

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FAULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

*O LUGAR DA CADA UM: INDICADORES
SOCIAIS DE DESIGUALDADE INTRAURBANA*

ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

ORIENTADOR: Prof. Dr. Raul Borges Guimarães

Presidente Prudente

2005

ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

*O LUGAR DA CADA UM: INDICADORES
SOCIAIS DE DESIGUALDADE INTRAURBANA*

Comissão Julgadora

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Geografia

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Raul Borges Guimarães

1º Examinador: Prof. Dr. Artur Magon Whitacker (UNESP)

2º Examinador: Prof. Dr. Júlio César de Lima Ramires (UFU)

Presidente Prudente, 24 de Junho de 2003

V713L

Vieira, Alexandre Bergamin.

O Lugar de cada um : indicadores sociais de desigualdade intraurbana / Alexandre Bergamin Vieira. – Presidente Prudente : [s.n.], 2005

149 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia

Orientador: Raul Borges Guimarães

1. Geografia. 2. Geografia urbana. 3. Segregação socioespacial. 4. Exclusão social. 5. Indicadores sociais. I .

Vieira, Alexandre Bergamin II. Guimarães, Raul Borges. III.

Título.

CDD (18.ed.) 910.133

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de dedicar este trabalho aos meus pais que sempre me apoiaram, financeira e espiritualmente nesta caminhada de vida e de pesquisa acadêmica e científica.

Dedicação especial vai para o imenso e eterno amor da minha vida, minha querida e amada esposa, e também companheira de pesquisa CLAUDIA MARQUES ROMA, que foi fundamental na confecção do trabalho.

Agradeço ao Prof. e amigo Raul Borges Guimarães pela orientação neste trabalho, nos debates e discussões acerca dos temas e, principalmente pela compreensão dos erros.

Agradeço aos Profs. Artur Withacker e Maria Encarnação Beltrão Sposito pelas construtivas críticas e observações realizadas durante a banca de qualificação deste trabalho, realizada numa quente tarde de sábado prudentina.

Agradeço ao CNPq, cuja concessão da bolsa, nos permitiu a dedicação exclusiva à pesquisa.

Agradeço à Universidade Pública, que preza pela qualidade no ensino pesquisa e extensão.

Finalmente, não poderia me esquecer todos os amigos de “chapação” que, nos debates nos bares geográficos, direta ou indiretamente contribuíram para o bom andamento e a conclusão do trabalho..

E, ainda, a todos aqueles que de uma forma ou de outra contribuíram nesta caminhada de pesquisa.

SUMÁRIO

	P.
LISTA DE TABELAS.....	i
LISTA DE MAPAS.....	ii
INTRODUÇÃO.....	01
PARTE 1	
DESIGUALDADES INTRAURBANAS: SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E EXCLUSÃO SOCIAL.....	05
CAPÍTULO 1 – O CONCEITO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL	07
1.1. A escola de Chicago: origem da discussão.....	07
1.2. Os pensadores de origem marxista.....	09
1.3. Algumas considerações acerca do conceito.....	14
CAPÍTULO 2 – O CONCEITO DE EXCLUSÃO SOCIAL.....	21
2.1. Exclusão Social: o início do debate.....	21
2.2. Desvendando o conceito de exclusão social.....	23
CAPÍTULO 3 – SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E EXCLUSÃO SOCIAL: COMPLEMENTARIDADES E DIFERENÇAS.....	36
CAPÍTULO 4 – MERCADO IMOBILIÁRIO E PODER PÚBLICO MUNICIPAL.....	40
4.1. O papel do mercado imobiliário.....	40
4.2. A influência do Poder Público.....	44
4.2.1 Os investimentos públicos.....	45
4.2.2 As políticas públicas habitacionais.....	45
4.2.3 A legislação urbanística.....	46
4.2.4 O planejamento urbano.....	48
4.3. A interrelação mercado imobiliário e poder público.....	49
PARTE 2	
OS INDICADORES DE DESIGUALDADE INTRAURBANA: ELABORAÇÃO E ANÁLISE.....	51
CAPÍTULO 5 – ANALISANDO OS INDICADORES DE DESIGUALDADE INTRAURBANA.....	55
5.1. O IDH e os indicadores de desigualdade intraurbana.....	59
CAPÍTULO 6 – A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA DE INDICADORES SOCIAIS DE DESIGUALDADE INTRAURBANA.....	70
6.1. Os Indicadores sociais intraurbanos selecionados.....	72
CAPÍTULO 7 – A CIDADE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP.....	76

CAPÍTULO 8 – MAPEANDO OS INDICADORES DE DESIGUALDADE INTRAURBANA.....	82
8.1. Indicadores habitacionais.....	92
8.2. Indicadores de infraestrutura de saneamento básico	105
8.3. Indicadores econômicos.....	118
8.4. Indicadores sociais.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
BIBLIOGRAFIA.....	145

LISTA DE TABELAS

	P.
Tabela 01 Demografia	61
Tabela 02 Escolaridade.....	62
Tabela 03 Escolaridade.....	63
Tabela 04 Vulnerabilidade.....	64
Tabela 05 Renda.....	64
Tabela 06 Habitação (%).....	66
Tabela 07 Índice de Desenvolvimento Humano.....	68

LISTA DE MAPAS

P.

Mapa 1	Localização de São José do Rio Preto	79
Mapa 2	Configuração intraurbana de São José do Rio Preto.....	81
Mapa 3	São José do Rio Preto 2000: Domicílios por setor censitário.....	83
Mapa 4	São José do Rio Preto 2000: Pessoas residentes por setor censitário em relação ao total da cidade.....	85
Mapa 5	São José do Rio Preto 2000: Meios de consumo coletivo.....	87
Mapa 6	São José do Rio Preto: Valor do m ² para cálculo do IPTU de propriedade urbana sem edificação.....	89
Mapa 7	São José do Rio Preto: Valor do m ² para cálculo do IPTU de propriedade urbana edificada.....	90
Mapa 8	São José do Rio Preto 2000: Domicílios tipo cômodo.....	93
Mapa 9	São José do Rio Preto 2000: Domicílios improvisados.....	95
Mapa 10	São José do Rio Preto 2000: Domicílios sem banheiro ou sanitário.....	97
Mapa 11	São José do Rio Preto 2000: Domicílios com quatro banheiros ou mais...	100
Mapa 12	São José do Rio Preto 2000: Domicílios com até quatro moradores.....	102
Mapa 13	São José do Rio Preto 2000: Domicílios com mais de quatro moradores.	103
Mapa 14	São José do Rio Preto 2000: Domicílios com abastecimento de água ligados à rede geral.....	106
Mapa 15	São José do Rio Preto 2000: Domicílios com abastecimento de água de outra forma.....	108
Mapa 16	São José do Rio Preto 2000: Domicílios com esgotamento sanitário ligado rede geral.....	110
Mapa 17	São José do Rio Preto 2000: Domicílios com esgotamento sanitário outra forma.....	112
Mapa 18	São José do Rio Preto 2000: Domicílios com lixo coletado pelo serviço de limpeza.....	114
Mapa 19	São José do Rio Preto 2000: Domicílios com lixo outro destino.....	116
Mapa 20	São José do Rio Preto 2000: Pessoa responsável pelo domicílio sem renda.....	119
Mapa 21	São José do Rio Preto 2000: Pessoa responsável pelo domicílio com renda até 2 salários mínimos.....	121

Mapa 22	São José do Rio Preto 2000: Pessoa responsável pelo domicílio com renda mais de 15 salários mínimos.....	124
Mapa 23	São José do Rio Preto 2000: Pessoa responsável pelo domicílio sem instrução e menos de um ano de estudo.....	128
Mapa 24	São José do Rio Preto 2000: Pessoa responsável pelo domicílio com mais de 17 anos de estudos.....	130
Mapa 25	São José do Rio Preto 2000: Pessoa responsável pelo domicílio com 10 a 19 anos de idade.....	132
Mapa 26	São José do Rio Preto 2000: Pessoas residentes em domicílios improvisados.....	134
Mapa 27	São José do Rio Preto 2000 – Mapa Síntese dos indicadores.....	138

RESUMO

Entendemos ser essencial a análise e a compreensão da produção e estruturação do espaço urbano das cidades brasileiras, que cada vez mais se apresentam desiguais, segregadas e excludentes. Dessa forma, propomos nesta dissertação de mestrado em Geografia, contribuir com a discussão desenvolvida no interior do SIMESPP na elaboração de um sistema de indicadores sociais de desigualdade intraurbana aplicável em cidades médias que dêem conta de revelar e desvendar as realidades sociais e espaciais dessas cidades, permitindo a elaboração de políticas públicas de inclusão social, abordando não apenas o conceito de segregação socioespacial, mas também, o conceito de exclusão social, que entendemos, ambos, e em conjunto, dar conta das complexidades relativas às desigualdades sociais e espaciais que se acirram nos últimos anos. Para isso, realizaremos, primeiramente, uma discussão teórica acerca dos conceitos de indicadores sociais, segregação socioespacial, exclusão social e, posteriormente, utilizaremos a cidade de São José do Rio Preto como base empírica para a implantação do sistema de indicadores elaborados.

Palavras chave: segregação socioespacial, exclusão social, indicadores sociais de desigualdade intraurbana, cidades médias, São José do Rio Preto.

ABSTRACT

O LUGAR DE CADA UM: INDICADORES SOCIAIS DE DESIGUALDADE INTRAURBANA¹

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado em Geografia tem sua origem ainda na graduação, quando das minhas indagações acerca da simples constatação das desigualdades observadas na paisagem urbana de uma cidade média do interior paulista, que resultou na elaboração de um projeto de iniciação científica denominado “A influência do Poder Público Municipal no processo de segregação socioespacial na cidade de São José do Rio Preto – SP”, desenvolvido entre os anos de 2000 e 2001.

Naquele projeto e, posteriormente, no relatório final da pesquisa, nos propusemos a realizar uma análise sobre as desigualdades sociais e espaciais intraurbanas que me intrigavam há muito tempo, tinha como foco central de estudo analisar um loteamento popular na cidade de São José do Rio Preto – SP: o bairro Solo Sagrado I e II, procurando inserir este estudo de caso no contexto do debate acerca da segregação socioespacial.

Interessava-nos, então, investigar como se caracterizava a ação do Poder Público Municipal de São José do Rio Preto no processo de segregação socioespacial a partir da análise do loteamento popular Solo Sagrado, implantado pela Prefeitura Municipal no ano de 1987 (VIEIRA, 2001).

Apontávamos naquele relatório duas considerações que nos parecem importantes:

- a) o papel do Poder Público na produção do espaço urbano, através das políticas habitacionais;
- b) neste processo de produção do espaço urbano, ressalta-se a importância do processo de segregação socioespacial.

Posteriormente, continuando as investigações nos propusemos apresentar uma monografia de bacharelado que tinha como objetivo central problematizar mais a fundo o conceito de segregação socioespacial, bem como, ampliar um pouco mais nossa pesquisa empírica, procurando evidenciar tal processo em todo o espaço intraurbano de São José do Rio Preto.

Constatamos naquele momento que o processo de segregação socioespacial era uma característica fundamental da cidade capitalista e do processo de urbanização

¹ Ressaltamos aqui que a utilizamos o termo lugar em seu sentido mais amplo, no sentido de pertencimento das pessoas aos lugares, não sendo objetivo discutir o conceito de lugar.

excludente, e que sua principal forma de expressão é a separação, em distintas áreas ou regiões gerais da cidade, das diferentes classes sociais, ou seja, a localização da classe mais rica, mais privilegiada segregada da classe social menos favorecida, tendo sua expressão máxima na produção de loteamentos ou condomínios horizontais fechados para a classe de mais alta renda, que busca, dessa forma, o isolamento e o não contato com o diferente.

Ou seja, longe de se constituir em um subproduto da urbanização brasileira, a segregação socioespacial deveria ser encarada por nós como um processo fundamental de sua dinâmica (VIEIRA, 2002).

Assim, dando seqüência a esta trajetória de pesquisa e de compreensão da produção e estruturação do espaço urbano das cidades brasileiras, que cada vez mais se apresentam desiguais, segregadas e excludentes, propomos nesta dissertação de mestrado em Geografia, a partir de um levantamento bibliográfico bastante amplo, de um levantamento de dados (principalmente de fontes secundárias) e das discussões e debates com o orientador, contribuir com a discussão desenvolvida no interior do SIMESPP² à respeito de metodologias elaboração de indicadores sociais de desigualdade intraurbana aplicável em cidades médias. Nessa perspectiva, o presente trabalho visa abordar não apenas o conceito de segregação socioespacial, mas também, o conceito de exclusão social, que entendemos, ambos, em conjunto, dar conta das complexidades relativas às desigualdades que se acirram nos últimos anos.

Seguindo esta orientação, organizamos nosso texto em duas partes.

Na Parte 1 – Desigualdades Intraurbanas: segregação socioespacial e exclusão social, procuramos trabalhar de forma mais aprofundada as questões teóricas daquilo que entendemos por desigualdades intraurbanas a partir dos conceitos de segregação socioespacial e exclusão social, procurando, com base na vasta bibliografia selecionada, realizar alguns apontamentos para acerca dos conceitos, suas complementaridades e diferenças.

Assim, no capítulo 1, discutiremos o conceito de segregação socioespacial, a partir de uma revisão bibliográfica acerca do conceito de segregação socioespacial, procurando apontar seu surgimento com a denominada Escola de Chicago e, posteriormente, apontar, entre várias outras abordagens existentes, a conceituação definida por outros autores, considerados marxistas. Concluindo o capítulo, abordaremos os diferentes atores/agentes promotores do processo de segregação socioespacial, bem como as diferentes dimensões em que ela pode se apresentar, quais sejam: a dimensão residencial, a dimensão política, a dimensão sócio-cultural e a dimensão espacial.

² Grupo de Pesquisa Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas.

A exclusão social, conceito novo e controverso, é abordado no capítulo 2, no qual procuraremos compreender a origem de sua discussão, as polêmicas existentes acerca de ser realmente ou não um conceito, principalmente pelo fato de nascer primeiramente na academia, mas nos discursos políticos. Apontaremos, ainda, as diferentes dimensões apresentadas pelo conceito: dimensão histórica, dimensão espacial, dimensão econômica, dimensão especificamente social, a dimensão das representações sociais e a dimensão política.

Apresentados os dois conceitos que entendemos serem fundamentais para a compreensão das desigualdades intraurbanas, realizaremos uma breve discussão, no capítulo 3, acerca das complementaridades e diferenças existentes entre ambos os conceitos.

No capítulo 4, analisaremos o papel exercido pelo mercado imobiliário e pelo poder público municipal na criação, manutenção e acirramento das desigualdades intraurbanas, entendendo serem eles, dois dos principais promotores da produção do espaço intraurbano.

E, na Parte 2 – Os indicadores de desigualdade intraurbana: elaboração e análise, procuraremos enfocar a parte mais prática da pesquisa, a partir de uma breve discussão teórica acerca do que entendemos por indicadores sociais e, posteriormente, a definição e elaboração de um sistema de indicadores sociais que desse conta de revelar como as desigualdades sociais e espaciais intraurbanas se configuram em cidades médias, tendo como exemplo de análise a cidade de São José do Rio Preto.

No capítulo 5, portanto, faremos uma sucinta análise teórica acerca dos indicadores sociais de desigualdade intraurbana, abordando sua importância e relevância atual, principalmente na sua relação como uma ferramenta de suporte para a compreensão da realidade social a partir dos conceitos de segregação socioespacial e exclusão social.

Ainda neste capítulo, procuraremos realizar uma breve análise do indicador social mais utilizado nos debates políticos e teóricos atuais, ou seja, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Na seqüência, no capítulo 6, procurando contribuir com o debate da construção de indicadores sociais, proporemos, a partir dos dados do Censo 2000 do IBGE, a construção de um sistema de indicadores sociais de desigualdade intraurbana que permita identificar e territorializar os processos de segregação socioespacial e exclusão social em uma cidade média do interior paulista: São José do Rio Preto, que faremos uma breve apresentação de suas características no capítulo número 7.

No capítulo 8, analisaremos a distribuição espacial, na cidade de São José do Rio Preto, dos indicadores sociais de desigualdade intraurbana selecionados na construção do sistema de indicadores.

Finalmente, nas considerações finais, procurando resgatar todas as discussões realizadas durante a realização da pesquisa, que nos permitam realizar e aprofundar as discussões acerca das desigualdades sociais e espaciais que cada vez mais se acirram nas cidades brasileiras.

PARTE 1

DESIGUALDADES INTRAURBANAS: SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E EXCLUSÃO SOCIAL

Como reflexo das relações sociais do modo de produção capitalista, as cidades irão apresentar, de forma cada vez mais intensa, as desigualdades e as diferenciações entre as classes sociais, com influências diretas no território. Este processo, por sua vez, ao “diferenciar os lugares”, passa a ser fundamental e determinante sobre a acessibilidade e possibilidade de localização no espaço intraurbano das diferentes classes sociais. Da mesma forma, o espaço produzido com estas características também passa a reproduzir tais condições de desigualdade social.

Percebe-se, então que as desigualdades sociais se apresentam no espaço intraurbano de longa data, mas que vêm aumentando nas últimas décadas, principalmente em decorrência da denominada crise do mundo do trabalho, em virtude do processo de liberalização da economia mundial, acentuando, assim, velhas e provocando novas desigualdades sociais que, em nosso entendimento, se constituem e se refletem com maior intensidade nas cidades.

Dessa forma, as ciências sociais, procurando dar conta dos processos ancorados no crescimento das desigualdades sociais a que se assiste nestas últimas décadas, lançam mão de vários conceitos como os de precariedade, vulnerabilidade, exclusão, segregação, desfiliação, desqualificação, deslocalização que passam a fazer parte do arsenal analítico para a compreensão deste fenômeno.

Entendemos que estas desigualdades não se refletem apenas nos planos materiais e objetivos dos indivíduos, mas, também nos planos subjetivos e psicológicos, ou seja, são múltiplas as dimensões que os diferentes processos de desigualdades sociais afetam a vida e o cotidiano dos cidadãos, tais como, social, econômica, cultural, social, psicológica, etc.

Neste trabalho, privilegiaremos trabalhar com os conceitos de segregação socioespacial e exclusão social, pois partimos do princípio de que a análise e caracterização destes dois conceitos constituem-se em uma chave para compreendermos a estruturação das cidades capitalistas e, mais particularmente, para verificar em que medida se acirram e evoluem as desigualdades sociais e espaciais intraurbanas, tendo o território urbano como base fundamental de análise.

Procuraremos, então, nesta primeira parte do trabalho desvendar a origem e a fundamentação dos conceitos de segregação socioespacial e exclusão social, bem como

interpretá-los e analisá-los à luz de uma vasta bibliografia, elucidar suas causas, suas múltiplas dimensões e seus principais atores e agentes e, ainda, apontar as possíveis complementaridades que ocorrem entre ambos os processos.

CAPÍTULO 1 – O CONCEITO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Sabemos que na cidade capitalista a localização residencial dos indivíduos ou das diferentes classes sociais não se dá de forma aleatória ou por escolha própria. As decisões de localização são, na realidade, direcionadas e/ou constrangidas por diferentes tipos de fatores econômicos, sociais, ambientais e espaciais, e gerando não apenas diferenças de padrão de uso e ocupação do solo urbano, mas também e, fundamentalmente, processo de segregação socioespacial, que poderíamos, resumidamente, definir como a separação das diferentes classes sociais em determinados espaços no interior das cidades, promovendo o afastamento ou isolamento e dificultando ou coibindo o contato entre essas diferentes classes sociais.

Este processo, por sua vez, ao “diferenciar os lugares”, passa a se constituir em processo determinante sobre a acessibilidade e possibilidade de localização residencial.

A partir destas observações preliminares, é possível afirmar que o processo de segregação socioespacial, mais que elemento presente e facilmente observável na paisagem urbana das cidades brasileiras, marcadas pela desigualdade – que como apontamos anteriormente, vem se acentuando nas últimas décadas – contradição e exclusão, trata-se de processo estruturador da própria produção deste espaço. Ou seja, longe de se constituir em um subproduto da urbanização brasileira, a segregação socioespacial deve ser encarada como processo fundamental de sua dinâmica.

Assim, a seguir, procuraremos realizar um breve histórico do conceito de segregação socioespacial, desde sua origem, com a Escola de Chicago, seu enfoque a partir de pensadores marxista e, por fim, tecer alguns comentários sobre o conceito com base em autores mais recentes.

Antes, porém, faz-se necessário abrir um parênteses. Ao abordarmos a questão da segregação, tanto na Escola de Chicago, quanto em relação aos autores marxistas, temos de deixar claro que ambos não abordavam o conceito segregação adjetivando-o de socioespacial, mas apenas como segregação ou segregação urbana ou segregação residencial. Contudo, para efeito de nossa discussão, adotaremos, de modo geral, a expressão segregação socioespacial.

1.1 – A Escola de Chicago: origem da discussão

O uso do conceito segregação urbana deu-se, primeiramente, com os pensadores da Escola de Chicago, nos anos de 1930/1940, com o qual procuravam explicar e/ou entender a escolha/preferência pela localização das residências das diferentes famílias

ou indivíduos de diferentes classes de renda e de diferentes empregos ou ocupações nos espaços intraurbanos das cidades estadunidenses.

A Escola de Chicago, ou melhor, alguns dentre os seus vários pensadores, em seus estudos urbanos, entendiam que a segregação urbana era uma característica comum das cidades capitalistas, ou seja, o que lhes interessava era constatar, a partir da simples observação da paisagem das cidades, se realmente a segregação urbana se confirmava, a partir da localização dos diferentes grupos/indivíduos ou classes de renda em lugares distintos e separados, apontando e destacando, dessa forma, a segregação como um processo espontâneo, decorrente das preferências individuais de cada um, como aponta Park (1970, p.29):

Gostos e conveniências pessoais, interesses vocacionais e econômicos tendem infalivelmente a segregar e por conseguinte a classificar as populações das grandes cidades. Dessa forma a cidade adquire uma organização e distribuição da população que nem é projetada nem planejada.

Dessa forma, para o mesmo autor:

[...] dentro da organização que a vida cidadina assume espontaneamente, a população tende a se segregar não apenas de acordo com seus interesses, mas de acordo com seus gostos e seus temperamentos. A distribuição da população resultante tende a ser bastante diferente daquela ocasionada por interesses ocupacionais ou por condições econômicas. (PARK, 1970, p.64)

Portanto, dado seu arcabouço teórico e suas opções metodológicas, ou seja, a partir das idéias de equilíbrio, de liberdade individual de escolha e harmonia social “num quadro institucional definido pelo funcionamento de um mercado imobiliário livre, neutro e perfeito e pela ação equidistante do Estado em relação aos agentes envolvidos” (FARRET, 1985, p.75), não lhes era possível, portanto, realizar uma análise mais aprofundada dos processos ou das causas, condições ou conseqüências desta separação das classes sociais no espaço urbano. A segregação urbana para esta corrente era tida como um fato natural, comum e inerente ao processo de urbanização, não sendo, desta forma, necessário ou importante analisar e entender os atores/agentes, as causas e os fundamentos deste processo.

Percebe-se, portanto, que o processo de segregação socioespacial não é negado. Porém, a sua análise e sua discussão se dão por diferentes pontos de vista e/ou posições políticas e ideológicas como apontam Preteceille (1996), Escorel (1999) e Veras (1999) e que podem ser expressos através, por exemplo, das expressões “grupos sociais naturais” ou “áreas sociais naturais” presentes na obra de Robert Park ou ainda, no recurso

de Ernest Burgess de considerar os processos urbanos como análogos ao metabolismo do corpo humano (VASCONCELOS, 1999). A preocupação destes autores era apontar apenas uma distinção do espaço ou o acesso a ele e não as diferenças imbricadas pelas condições sociais dos indivíduos ou classes sociais, como aponta Castells (2000, p.188) ao analisar Wilhelm (1964):

[...] sob a capa do organicismo ecológico, um traço fundamental do espaço humano fica negligenciado, a saber, a diferenciação contraditória dos grupos sociais, o fato de que a apropriação do espaço faz parte de um processo de luta concernente ao conjunto do produto social, e que a luta não é pura competição individual, mas opõe os grupos formados pela inserção diferencial dos indivíduos nos diversos componentes da estrutura social – enquanto o “complexo ecológico apresenta uma distinção sem diferença”.

A segregação, então, no contexto das cidades estadunidenses é analisada a partir das raças, línguas e culturas distintas de seus habitantes e aparece, então, como resultado natural das decisões de grupos e comunidades de vizinhança, como indicado por Park (1970, p.30) no qual:

Através dos tempos, todo setor e quarteirão da cidade assume algo do caráter e das qualidades de seus habitantes. Cada parte da cidade tomada em separado inevitavelmente se cobre com os sentimentos peculiares à sua população. Como efeito disso, o que a princípio era simples expressão geográfica converte-se em vizinhança, isto é, uma localidade com sentimentos, tradições e uma história sua. Dentro dessa vizinhança a continuidade dos processos históricos é de alguma forma mantida. O passado se impõe ao presente, e a vida de qualquer localidade se movimenta com um certo momento próprio, mais ou menos independentes do círculo da vida e interesses mais amplos ao seu redor.

1.2 – Os pensadores de origem marxista

A partir dos anos 1960/1970, o conceito de segregação socioespacial é inserido ou abordado pelo pensamento caracterizado por forte influência marxista, passando a ser utilizado e definido por pensadores desta corrente, principalmente os da denominada Escola de Sociologia Urbana Francesa, como uma ferramenta e um instrumento para entender/compreender os processos desiguais e contraditórios da urbanização capitalista.

Dessa forma, ao contrário dos pensadores da Escola de Chicago, para os quais a segregação socioespacial era um fator natural da urbanização, os autores marxistas “promoveram uma espécie de ‘desnaturalização’ da análise da produção do espaço urbano” (SOUZA, 2002, p.25–26), utilizando a segregação não como uma mera constatação da

localização das diferentes classes sociais no espaço urbano, pelas suas afinidades e gostos individuais, mas sim, compreendendo que a segregação socioespacial é resultado das contradições das relações sociais, das lutas de classe no sistema capitalista, refletidas e expressas na organização e estruturação do espaço urbano, como aponta Castells (2000, p.249-250):

A distribuição das residências no espaço produz sua diferenciação social e específica a paisagem urbana, pois as características das moradias e de sua população estão na base do tipo e do nível das instalações e das funções que se ligam a elas.

A distribuição dos locais residenciais segue as leis gerais da distribuição dos produtos e, por conseguinte, opera os reagrupamentos em função da capacidade social dos indivíduos, isto é, no sistema capitalista, em função de suas rendas, de seus status profissionais, de nível de instrução, de filiação étnica, da fase do ciclo da vida, etc. Falaremos, por conseguinte, de uma *estratificação urbana*, correspondendo ao sistema de estratificação social (ou sistema de distribuição dos produtos entre os indivíduos e os grupos) e, nos casos em que a distancia social tem uma expressão espacial forte, de *segregação urbana*. Num primeiro sentido, entenderemos por segregação urbana a tendência à organização de espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia.

Portanto, com os pensadores de origem marxista, a segregação deixa de ser um fator comum e natural da paisagem e do espaço urbano e começa a ser tida como objeto fundamental de estudo, passando a ser mais aprofundada ou melhor analisada e estudada por esta corrente do pensamento urbano, principalmente por três grandes pensadores clássicos da urbanização e do urbanismo capitalista, sendo eles: Jean Lojkine, Manuel Castells e Henri Lefèbvre como nos apontam Salas e Castro (1993).

Estes três autores abordarão a segregação urbana de forma diferenciada entre si, cada um dando destaque maior para determinado aspecto. Tais abordagens, a nosso juízo, no entanto, são, em alguns casos, complementares e não excludentes entre si, como resumidamente apontaremos a seguir.³

³ As considerações sobre os três autores em questão encontram-se organizadas de acordo com a data da primeira publicação dos trabalhos considerados mais relevantes para nossa análise, a saber: *Le droit a la cité* de Henri Lefèbvre (1968), *La question urbaine* de Manuel Castells (1972) e *Le marxisme, l'état et la question urbaine* de Jean Lojkine (1977).

Henri Lefèbvre

Um primeiro autor de origem marxista a abordar em seus estudos o conceito de segregação socioespacial é Henri Lefèbvre, como nos aponta Salas e Castro (1993, p.18).

Para Lefèbvre, o estilo ou a forma de organização do espaço em geral, e do espaço urbano em particular, na sociedade capitalista é uma forma de organização e de produção social, com três condicionantes básicos, sendo eles: a) o espaço urbano é tido como sendo também uma mercadoria; b) em consequência disto há um acesso diferenciado ao espaço urbano entre as diferentes classes sociais e; c) resultando das condicionantes anteriores, há uma apropriação subjetiva e ideológica dos diferentes espaços urbanos.

Com isso, para Lefèbvre, o espaço urbano seria, simultaneamente, como também afirma Corrêa (2000), um reflexo da sociedade, como também sua condicionante, ou ainda:

[...] el espacio no es solo el lugar en el que las prácticas sociales se llevan a cabo, sino también, un elemento que interactúa en el proceso de configuración de esas prácticas sociales, y por lo tanto, en la construcción simbólica de la ciudad. (SALAS e CASTRO, 1993, p.18).

Assim, para este mesmo autor, a segregação urbana seria um fenômeno social e espacial, e, ao analisá-lo ou estudá-lo deve-se levar em consideração quatro dimensões básicas: 1) coexistência espacial das diferentes classes sociais na cidade e seu acesso aos meios de consumo coletivo; 2) a repercussão cultural da composição de espaços homogêneos socioeconômicos; 3) a valorização ou desvalorização dos lugares e dos indivíduos ou grupos sociais menos favorecidos e, 4) os problemas de sociabilidade, ou seja, a possibilidade ou a impossibilidade de encontro/comunicação/contato entre os diferentes.

Observa-se, assim, que as quatro dimensões básicas no estudo do processo de segregação socioespacial para Lefèbvre se baseiam no resultado das condicionantes anteriormente apontadas da organização do espaço urbano, quer dizer, principalmente, mas não somente, no estudo da apropriação subjetiva do espaço pelos diferentes indivíduos ou diferentes classes sociais.

Lefèbvre afirma ainda que a segregação destrói morfologicamente a cidade, que as práticas e as tendências segregacionistas são ideológicas, que não são resultantes do acaso nem de conjunturas locais e que:

a segregação deve ser focalizada em seus três aspectos, ora simultâneos, ora sucessivos: espontâneo (proveniente das rendas e das ideologias) – voluntário (estabelecendo espaços

separados) – programado (sob pretexto de arrumação e de plano). (LEFÈBVRE, 1991, p.94)

Lefèbvre (2002, p. 124), nos afirma ainda que:

A separação e a segregação rompem a relação. Constituem, por si só, uma ordem totalitária, que tem por objetivo estratégico quebrar a totalidade concreta, espedaçar o urbano. A segregação complica e destrói a complexidade.

Manuel Castells

Outro autor de destaque na abordagem da questão da segregação socioespacial foi Manuel Castells, que aponta, principalmente, para a importância do papel exercido pelas políticas públicas habitacionais no processo de segregação (SALAS e CASTRO, 1993, p.20–21) que, concordando com Lojkin (como observaremos a seguir), serviria para promovê-lo e aumentá-lo.

Castells aponta a importância da questão política no processo de segregação socioespacial, ou seja, a atuação e o papel exercido pelas diferentes forças e atores políticos, econômicos e ideológicos presentes e atuantes na organização e produção do espaço urbano na sociedade capitalista.

Dentre essas diferentes forças ou atores políticos, podemos destacar o Estado, através da formulação e implementação das suas políticas públicas, principalmente as habitacionais, na formulação das legislações urbanísticas e sua fiscalização e nos processos de planejamento e gestão da cidade.

A elite detentora do capital seria uma segunda força ou ator político, com sua representatividade junto às autoridades e seu poder de barganha e *lobie*, bem como com seus mecanismos de cooptação e controle, principalmente através da imprensa, dos setores sociais médios e baixos.

Como terceira força política a influenciar no processo de segregação socioespacial destacamos as classes sociais menos favorecidas, pelo seu restrito acesso às informações, falta de representatividade ou mesmo por seu próprio desinteresse, além de outros atores políticos.

Este mesmo autor, ainda destaca, numa aproximação com as reflexões de Lojkin, que a definição do conceito de segregação socioespacial se basearia numa separação espacial das diferentes classes sociais no interior das cidades – mas não apenas como uma diferença de locais, “mas como capacidade de deslocamento e de acesso em relação a pontos estratégicos da rede urbana” (CASTELLS, 2000, p.262) – bem como o acesso desigual que estas mesmas classes possuem em relação aos bens ou meios de

consumo coletivo. Afirma também que o processo de segregação é condicionado por fatores econômicos, sociais, políticos e ideológicos.

Um outro aspecto abordado por Castells é o fato de a segregação socioespacial não se apresentar de forma estática, sendo ele um “processo”, e por isso, ser dinâmico e contínuo, um processo não conjuntural ou definitivo, sendo, portanto, possível e necessário estudá-lo e, na medida do possível, promover a sua diminuição e combater sua manutenção.

Jean Lojkine

Finalmente, o terceiro autor a trabalhar com o conceito de segregação urbana na linha do pensamento marxista foi Jean Lojkine, que afirmava que a forma de organização do espaço urbano sob o modo de produção capitalista era resultado da organização/divisão social.

Para Lojkine, seria a organização espacial urbana um resultado da forma desenvolvida da divisão social do trabalho (LOJKINE, 1997, p.42), com um papel determinante e fundamental do Estado, que, para ele, seria apropriado pela classe dominante e que a ela serviria e representaria na defesa e realização de seus interesses, em detrimento da sociedade em geral.

Nessa linha de raciocínio, sobre a segregação socioespacial, Lojkine aponta o seguinte:

[...] podemos [...] formular a hipótese de uma segregação espacial e social entre o espaço urbano ‘central’ monopolizado pelas atividades de direção dos grandes grupos capitalistas e do Estado e as zonas periféricas onde estão disseminadas as atividades de execução assim como dos meios de reprodução empobrecidos, mutilados, da força de trabalho. (LOJKINE, 1997, p.171–172).

Lojkine, ainda, aponta para a existência ou para a possibilidade de se distinguir três tipos de segregação socioespacial, quais sejam:

- 1 – Uma oposição entre o centro, onde o preço do solo é o mais alto, e a periferia [...]
- 2 – Uma separação entre zonas de moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular.
- 3 – Um esfacelamento generalizado das ‘funções urbanas’, disseminadas em zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas: zona de escritório; zona industrial; zona de moradia (LOJKINE, 1997, p.189).

Como apontam Salas e Castro (1993, p. 19–20), estas três formas de segregação socioespacial operariam em três níveis, sendo eles: a) acesso aos bens de consumo coletivo, transporte e situação das habitações; b) na atenção às políticas públicas habitacionais; c) na configuração espacial das cidades.

Lojkine, portanto, ao destacar o papel do Estado na produção do espaço urbano – sempre a serviço do capital – introduz no conceito de segregação socioespacial a importância do papel das políticas públicas, principalmente as políticas habitacionais, que, pelo fato de estarem a serviço do capital, serviriam para manter, promover e aumentar a segregação socioespacial.

No entanto, vale lembrar aqui que periferia urbana não se resume apenas ao distanciamento dos locais de moradia dos centros urbanos, ou seja, não se deve falar, atualmente, em periferia apenas no sentido geométrico, entendendo que sua conceituação se complexifica social e culturalmente, e não apenas espacialmente, como aponta Beltrão Sposito (2002).

Desta maneira, a segregação socioespacial se apresentaria como um processo de acesso desigual entre as diferentes classes à cidade, com um diferenciado consumo e utilização dos meios ou bens de consumo coletivo, como também com relação à sua localização espacial – ricos de um lado e pobres de outro.

1.3 – Algumas considerações acerca do conceito

Procuramos até o momento apresentar alguns argumentos elaborados por três grandes pensadores/autores marxistas que, em seus trabalhos e em suas obras sobre o espaço urbano, trataram mais diretamente do conceito de segregação socioespacial. No entanto, poderíamos, apontar vários outros autores desta mesma linha de pensamento que, direta ou indiretamente trabalham com o mesmo conceito, tais como David Harvey (1978), Edmond Preteceille (1996, 2004), Christian Topalov (1992), Marcuse (2004) entre outros.

Tem-se, ainda, alguns autores e pensadores brasileiros que também trabalham/abordam o conceito de segregação socioespacial, tais como Milton Santos (1988; 1989), Roberto Lobato Corrêa (2000), Ermínia Maricato (1985; 2000; 2001) Ana Fani A. Carlos (1992), dentre outros, que analisam o tema de forma mais ou menos direta em seus trabalhos sobre o espaço urbano e, também, Flávio Villaça (1998), que trabalha com o conceito de segregação mais diretamente, associado aos seus estudos sobre as regiões metropolitanas brasileiras, dando maior ênfase à questão dos transportes e dos tempos de deslocamento.

Com isso, procuramos realizar uma retrospectiva a respeito dos estudos realizados, até o momento, sobre o espaço urbano com um enfoque centralizado na segregação socioespacial e que procuraram promover uma definição e uma discussão a respeito deste conceito, que nós o definimos como segregação socioespacial.

Notamos, assim, que alguns autores consideram mais relevantes os aspectos subjetivos da segregação socioespacial, como é o caso de Henri Lefèbvre, enquanto outros autores apontam a importância do papel do Estado, a partir de suas políticas públicas, principalmente as políticas públicas habitacionais, como Jean Lojkine, ou ainda, a importância dada à questão política e ideológica do processo e de seus atores, como aborda Manuel Castells.

Mas, apesar das diferenças na análise sobre a segregação socioespacial dada por estes três autores – Henri Lefèbvre, Jean Lojkine e Manuel Castells – percebe-se que há uma questão e uma conclusão na qual todos concordam: que o processo de segregação socioespacial é o resultado das desigualdades existentes nas relações sociais entre as diferentes classes sociais e que resultam num acesso diferenciado à cidade, seja na sua localização espacial ou no acesso aos bens de consumo coletivos, pois, como nos aponta Carlos (1992, p.23) que “o uso diferenciado da cidade demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória. A desigualdade espacial é produto da desigualdade social”.

Neste sentido, com relação à localização ou acesso das diferentes classes sociais no interior do espaço urbano, Harvey (1978), Farret (1985) e Smolka (1987), afirmam que, enquanto as classes mais favorecidas dominam ou se apropriam do espaço, as camadas sociais menos favorecidas são reféns do mesmo, ou seja, verifica-se um acesso ao espaço urbano diferenciado e desigual, determinado pela condição socioeconômica e não por escolha própria – no caso das classes desfavorecidas – proporcionando, assim, a manutenção e ampliação do processo de segregação socioespacial nas cidades capitalistas.

Isso nos leva a concordar com Santos, para o qual:

[...] existem duas ou diversas cidades dentro da cidade. Este fenômeno é o resultado da oposição entre níveis de vida e entre setores de atividade econômica, isto é, entre classes sociais. (SANTOS, 1989, p.185).

Percebemos, portanto, que na cidade capitalista, o acesso ao espaço urbano é restrito e desigual para as diferentes classes sociais que nela se encontram, e que esse acesso desigual, fruto dessa desigualdade social, acaba por gerar uma (des)articulação espacial e social, que por sua vez, passa a gerar uma disputa, também desigual, como aponta Villaça:

[...] a segregação deriva de uma luta ou disputa por localização; esta se dá, no entanto, entre grupos sociais ou entre classes [...] A dimensão da luta aparece quando se introduz a segregação por classe. (VILLAÇA, 1998, p. 148).

O resultado dessa disputa, que articula e desarticula, ao mesmo tempo, o espaço urbano, gera um processo de segregação socioespacial que cada vez mais procura separar/distanciar ricos e pobres e que nos leva a concordar com Villaça, quando afirma que “[...] a segregação seria um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo a segregação de outros” (VILLAÇA, 1998, p.148).

Portanto, entendemos a segregação socioespacial como um processo dinâmico e contínuo, que envolve a sociedade e o espaço urbano como um todo, que se configura num processo contraditório e dialético e que, para Salas e Castro (1993), apresenta quatro dimensões, como apontamos a seguir.

No entanto, devemos fazer uma ressalva: entendemos existir outras dimensões no processo de segregação socioespacial, como a dimensão subjetiva ou a dimensão ideológica, mas que não procuramos abordar e aprofundar nesta pesquisa, porém entendendo ser estas dimensões não menos importantes que as demais, mas que no momento não era de nosso interesse específico abordá-la.

Assim sendo, a primeira dimensão do processo de segregação socioespacial apontada pelos autores é a residencial, na qual se destacam as condições de habitabilidade (infraestrutura e equipamentos urbanos e meios de consumo coletivo) dos bairros populares. Deve-se abordar, aqui, dois elementos: as leis de organização da sociedade capitalista e a ação estatal no processo de formação das cidades, incluindo aqui, a legislação urbanística, que para Maricato (2001) e Marisco (2003), sempre foram legitimadoras de práticas segregativas e excludentes. As desigualdades que se manifestam no acesso à terra urbana e sobre as condições gerais (as amenidades e ausências em seu entorno) e particular (a casa) devem ser analisadas como produto de uma dinâmica social q determina os lugares de cada um no interior das cidades, cristalizando a dinâmica da produção de desigualdades.

Dessa forma, Marisco afirma que:

[...] estes instrumentos urbanísticos (Leis de Zoneamento e de Uso e Ocupação do Solo de Leis de Parcelamento do Solo Urbano) forma legitimadores e ratificadores de práticas segregativas e excludentes no interior dos tecidos urbanos e, por outro lado, que o planejamento foi incorporado como técnica no processo de reestruturação da cidade, servindo como instrumento reprodutor de desigualdades socioespaciais e não como um instrumento que possibilitasse a

democratização do uso e ocupação do solo urbano.
(MARISCO, 2003, p.01)⁴

A segunda dimensão seria a dimensão política. Comparece aí a relação dos moradores entre si e entre estes e o poder público, na qual se destaca a análise das possibilidades de lutas sociais por melhorias para as classes menos favorecidas, sendo o Estado visto como arena de lutas e de disputas entre as diferentes classes. Dessa forma, para Salas e Castro (1993, p.23)

La segregación es enfocada como un fenómeno sociopolítico, el cual puede verse acentuado o disminuido según las resistencias e iniciativas colectivas que desarrollen los grupos sociales que se ven perjudicados con el desarrollo de este proceso.

Ainda com relação à dimensão política da segregação, devemos destacar também o papel exercido pela classe mais privilegiada em termos de renda, principalmente no que tange a apropriação do Estado por sua parte, naquilo Santos (1994) vai denominar de “socialização capitalista” das alocações de recursos pelo Estado nas diferentes localizações da cidade. Isso, para Castells (2000, p.262) vai reforçar cada vez mais a segregação, pois para ele:

Em *nível político-institucional*, a “democracia local” tende a reforçar as conseqüências da segregação, praticando uma política de serviços em função dos interesses da fração dominante de cada unidade administrativa. Com efeito, já que os recursos locais dependem do nível econômico da população, a autonomia local perpetua a desigualdade.

A terceira dimensão, apontada pelos autores é a sociocultural, destacando-se o papel dos sujeitos sociais, analisando-se os alcances e limites das suas ações frente à obtenção de melhorias nas condições de habitabilidade e de sua vida cotidiana. Assim, a questão aqui em debate refere-se às possibilidades de organização de sujeitos coletivos que reproduzem ou rompem as lógicas que os condicionam em suas vidas pessoais e coletivas, pois

[...] se somete a análisis las formas de interacción social que se producen en las barriadas populares (segregadas) y las formas de apropiación cultural del espacio urbano por ellos construido. La discusión sobre la segregación remite a la forma en que las clases y grupos sociales se constituyen en sujetos sociales, así como a la vida cotidiana que tiene lugar en esas barriadas. [...] Las angustias y privaciones culturales que produce la

⁴ Grifo nosso.

segregación urbana entre los pobladores son consideradas como un componente central de ese fenómeno.

Por último, a quarta dimensão, que entendemos ser o foco principal da segregação socioespacial, seria a espacial, caracterizada pela impossibilidade de sociabilidade entre as diferentes classes sociais e seus territórios na cidade, sendo o espaço um componente fundamental na ação social e não apenas como reflexo ou palco destas, pois entendemos que a dimensão espacial permite uma perspectiva de totalidade da questão social, pois concordamos com Souza (2003, p.99) ao afirmar que:

O espaço social não é um simples “dado” sem maior importância para a vida social. O espaço social é, ao mesmo tempo, um *produto* das relações sociais, e um *condicionador* dessas mesmas relações sociais. A organização espacial e as formas espaciais refletem o tipo de sociedade que as produziu, mas a organização espacial e as formas espaciais, uma vez produzidas, influenciam os processos sociais subseqüentes.

O reconhecimento e a interação entre as diferenças e os diferentes, que se rompe na produção espacial da segregação, encontra-se na origem de questões como a exclusão social.

Portanto, entendemos ser a segregação socioespacial como um elemento fundamental e necessário para analisar e compreender a organização e estruturação do espaço intraurbano, como afirma Villaça (1998, p.141): “a segregação como um processo fundamental para a compreensão da estrutura espacial intraurbana”.

Assim, a partir da análise acima realizada, baseando-nos em alguns autores clássicos, podemos afirmar que a segregação socioespacial não ocorre de forma espontânea ou por vontade ou desejo próprio dos moradores⁵ – quando se trata da classe de menor renda – mas sim, determinada, programada e planejada, de modo a separar ricos e pobres. Como mostra Sogame (1999, 22), ao analisar Lefèbvre (1983):

[...] a segregação é resultado de uma estratégia de extrema diferenciação social que conduz à formação de espaços homogêneos, impedindo a comunicação entre as diferenças.

Ainda nesse sentido, da impossibilidade da comunicação e do diálogo entre os diferentes, Beltrão Sposito conclui que a segregação socioespacial conduziria à fragmentação do espaço urbano:

⁵ Ou seja, como anteriormente apontamos com base em Souza (2002), a segregação socioespacial não é um processo natural, como apontavam os estudos da Escola de Chicago.

A segregação espacial [...] pode, então, ser compreendida como resultado de um processo de diferenciação que se desenvolve ao extremo e que leva na cidade, ao rompimento da comunicação entre as pessoas, da circulação entre os subespaços, do diálogo entre as diferenças, enfim, conduz à fragmentação do espaço urbano. (BELTRÃO SPOSITO, 1996, p.74).

Abrindo um parêntese, entendemos que esta fragmentação do espaço urbano ocorra nos dias de hoje de forma mais intensa nas metrópoles ou regiões metropolitanas, mas que ainda não se configura intensamente nas cidades médias brasileiras, onde o contato e as relações sociais entre as diferentes classes ainda é possível.

Apesar de concordarmos com Sogame (1999) de que a segregação é um resultado das realidades sociais produzidas cotidianamente, avançamos nesta análise em relação à formação de espaços homogêneos.

A sociedade desigual na qual nos encontramos se apresenta contraditória, tornando, portanto, a homogeneização de espaços praticamente impossível, ou seja, essa homogeneização espacial é pretendida, principalmente pela classe dominante, mas em longo prazo ela tende a não se concretizar, a não ser que seja em espaços bastante reduzidos, como é o caso dos condomínios ou loteamentos horizontais fechados, que atualmente têm sua produção aumentada, tanto nas grandes quanto nas médias e pequenas cidades.

Assim, concordamos com a idéia de que:

[...] a segregação não impede a presença nem o crescimento de outras classes no mesmo espaço. Não existe presença exclusiva das camadas de mais alta renda em nenhuma região geral [...] (VILLAÇA, 1998, p.142).

Nesse sentido, poderíamos entender, também, como espaços que tendem a homogeneização, as áreas onde se concentram grande parte da população de menor poder aquisitivo. Todavia, isso é uma tendência que, a longo prazo, pode se confirmar ou não, dependendo, no nosso entendimento, da atuação efetiva ou não do Estado, que através de suas políticas públicas habitacionais, principalmente, influencia diretamente nesse processo ou nessa tendência de homogeneização de determinadas áreas, aproximando, dessa forma, com as análises elaboradas por Lojkine (1997).

Por fim, o que para alguns é assumido como segregação urbana e para outros como segregação residencial ou de classes para nós será, aqui, utilizado como segregação socioespacial, pois entendemos que articular as dimensões social e espacial na construção do conceito de segregação é para nós de extrema importância na medida em que pregamos ser necessário tratar as resultantes espaciais dos processos sociais não apenas como

reflexo, mas também como suas condicionantes. Ou seja, a dimensão processual da segregação indica que espaço e relações sociais não se reduzem um ao outro, mas interagem e se condicionam mutuamente.

CAPÍTULO 2 – O CONCEITO DE EXCLUSÃO SOCIAL

Apresentado o conceito de segregação socioespacial, como ele se configura, se caracteriza e se apresenta nos espaços intraurbanos das cidades capitalistas, influenciando diretamente na sua produção e sua configuração, procuraremos neste momento elucidar como um outro conceito, o de exclusão social, que para nós se caracteriza também como processo, se torna fundamental na configuração e estruturação espacial das cidades que, da mesma forma como o processo de segregação socioespacial, promove o afastamento ou isolamento e coíbi ou dificulta o contato entre as diferentes classes sociais.

Fruto das desigualdades sociais que se acentuaram nos últimos anos, o processo de exclusão social pode ser entendido como a forma mais aprofundada da falta de condições dignas de vida para os cidadãos, levando alguns ao isolamento quase total do convívio e das relações sociais com a sociedade.

Portanto, entendemos ser o conceito de exclusão social estruturador do espaço intraurbano, bem como refletindo as condições de vida da população e das pessoas individualmente, sendo, assim, um processo mais complexo e amplo que o de segregação socioespacial, porém, complementares entre si, como apontaremos mais adiante.

2.1 – Exclusão Social: o início do debate

O conceito de exclusão social vem sendo desenvolvido mais recentemente do que o de segregação socioespacial – conceito nascido dentro do debate acadêmico e mais consolidado cientificamente – a partir da década de 1960/1970, primeiramente nos discursos e nas agendas das políticas sociais (Levitas, 2000 e Costa, 2001) e, posteriormente, adquire relevância acadêmica quando da sua popularidade pela mídia – utilizado muitas vezes de forma vulgarizada ou banal – e de uma maior necessidade e esforço para sua problematização e conceituação.

Inicialmente desenvolvido por autores franceses, o conceito de exclusão social é ainda muito polêmico e controverso, o que vem merecendo destaque e relevância tanto pela academia, como pelos movimentos sociais, por políticos, governantes e instituições, principalmente no que tange a formulação, elaboração e análise de políticas públicas.

Entendemos que o conceito de exclusão social procura delimitar um processo de injustiça social e desigualdade ou mesmo a falta de igualdade plena de direitos, que não é recente na história da humanidade, mas que com o sistema capitalista de produção se

acentua e, atualmente adquirir diferentes conotações e dimensões, pois como aponta Singer (2000, p.09):

A exclusão social é inerente ao capitalismo. Ela foi significativamente atenuada pelos implantes socialistas do sufrágio universal, da barganha coletiva, da legislação do trabalho da previdência social pública e universal. [...] Mas nesta quadra da história do capitalismo apresenta o que pode ser uma rejeição orgânica destes implantes (exceto o sufrágio universal). O que exige pensarmos o enfrentamento da exclusão social em novos termos.

Como a segregação socioespacial, o conceito de exclusão deve ser entendido como processo, como resultado de implicações sociais históricas e não apenas como implicações individuais ou situacionais, como se apresentam os conceitos de desigualdade (distribuição diferenciada e desigual das riquezas) e pobreza (genericamente definida como sendo os despossuídos de recursos para viver dignamente ou ainda uma situação na qual as necessidades básicas não são atendidas de forma adequada) como apontam Singer (2000) e Rocha (2003), ou seja, o processo de exclusão social deve ser entendido como expressão das contradições do sistema capitalista e não como uma fatalidade de pessoas ou indivíduos, ou ainda, a exclusão social como sendo fruto da racionalidade que comanda as ações hegemônicas atualmente no modo de produção capitalista (SANTOS, 2000, p.74).

Ou seja, o processo de exclusão social se torna o reflexo mais evidente de como o modo de produção capitalista promove a desigualdade, transforma o cidadão em desnecessário, desfocaliza o ser humano como necessário e passa a valorizar apenas o dinheiro e o consumidor, como apontava o professor Milton Santos em seus diversos trabalhos.

Assim, procurando desvendar esse processo estrutural na construção da sociedade contemporânea diversos autores das ciências sociais estão elaborando vários conceitos relacionados com o de exclusão social, tais como: desqualificação, apresentado por Serge Paugam; desinserção, apontado por Guajela e Leonetti; desfiliação, como aponta Robert Castel; ou ainda, apartação social, desenvolvido por Buarque (FURINI, 2003, p.35).

Apesar dos mais variados e diferentes argumentos apresentados por estes autores para elaborar outros conceitos e não o de exclusão social – que não será objetivo nosso desvendar cada um deles – procuraremos neste trabalho desenvolvê-lo por entendermos que o mesmo vem merecendo mais destaque nos debates teóricos da academia, nas discussões para a elaboração de políticas públicas e, principalmente, estar sempre relacionado mais às diferenças e às desigualdades sociais que evoluem e se acirram atualmente.

2.2 – Desvendando o conceito de exclusão social

Sucintamente, poderíamos definir exclusão social como um conceito amplo, refletindo um processo complexo de múltiplas dimensões (histórica, política, social, espacial, subjetiva, material, etc), resultante das desigualdades sociais construídas historicamente, sendo, portanto, expressão das contradições do sistema capitalista e não como resultado de fatalidades e, também, um processo dialético ou relacional – só existe exclusão em relação à inclusão.

Embora esteja na vitrine do debate acadêmico das ciências sociais, o conceito de exclusão social é ainda muito polêmico e controverso, sendo visto por alguns autores como um conceito errôneo ou equivocado, e que tem seu principal expositor o sociólogo José de Souza Martins, para o qual o termo exclusão não seria novo e que a sociedade capitalista já nasce com excluídos, portanto, para este autor, não haveria exclusão social ou excluídos sociais, mas sim incluídos marginais ou precários, como nos aponta Martins apud Veras (1999, p.29):

[...] o conceito de exclusão é um equívoco, uma fetichização que retrata imperfeitamente processos de inclusão, precária, instável e marginal, no conjunto das dificuldades e dos lugares residuais da sociedade atual.

Contudo, apesar de ter se tornado uma referência para aqueles que desqualificam o debate a respeito da exclusão social, observa-se na crítica de José de Souza Martins que não há uma negação do fenômeno, mas apenas o reconhecimento dele enquanto um processo sempre inacabado. Depreende-se dessa discussão dissonante e de outras a favor do conceito, que “o processo de formulação do conceito de exclusão social está longe de ser encerrado, a solução pragmática para o debate tem sido uma concordância implícita no que se refere à diferença, mas também à utilidade dos conceitos em circulação” (GUIMARÃES et. alli, 2003, p.12), ou seja, mesmo controverso, a exclusão social tem sido utilizada de forma cada vez mais intensa, seja como conceito, seja como termo ou noção, pelos diferentes discursos: políticos, teóricos ou midiáticos.⁶

⁶ Não iremos aqui abrir um debate filosófico aprofundado acerca da temática de termo, noção, conceito ou categoria, mas, resumidamente poderíamos defini-los como: “Os termos, ou simples palavras sempre são revestidos de significados; porém, emergindo do vocabulário ordinário (...) guardam uma coerência interna ao emissor, revelam elementos do seu universo simbólico individual, mas não permitem evidenciar nem uma teoria nem os elementos constituintes de um processo de conhecimento. As noções, por sua vez, podem constituir elementos iniciais de um processo de conhecimento, pois ‘são aqueles elementos de uma teoria que não apresentam clareza suficiente e são usados como imagens na explicação do real. Por conceitos entendemos as unidades de significação que definem a forma e o conteúdo de uma teoria; representam as vigas mestras de toda construção teórica (...) um caminho de ordenação da realidade. E, por categorias entendemos os conceitos mais importantes de uma teoria (Minayo, 1992)’.”(ESCOREL, 1999, p.23).

O que fica claro em todos estes discursos e tende a ser consenso é o significado de exclusão social, referindo-se sempre às condições de diferença e desigualdades sociais intrínsecas da sociedade capitalista, que se acentuam nas últimas décadas, elevando o número de pobres e miseráveis em todo o mundo.

E estas desigualdades e diferenças têm nas cidades, principalmente as brasileiras, sua maior concentração e onde elas se tornam mais nítidas e visíveis e, ao contrário dos países centrais, nos países chamados subdesenvolvidos, as condições de desigualdade, pobreza e exclusão social atingem não apenas as minorias (étnicas, religiosas, sexuais, etc) mas a maioria, senão, grande parte da população.

Nota-se, portanto, que o conceito de exclusão social surge sempre delimitando um processo acompanhado por duas outras situações transitórias, mas que se intensificam e se perpetuam para imensas parcelas da população, que são a desigualdade e a pobreza, e que às vezes são confundidos com a exclusão social, daí entendermos necessário abrir um parêntese e, sucintamente, esclarecer a diferenças entre os conceitos.

Desigualdade e pobreza embora expressem iniquidades sociais e sejam conceitos próximos, eles são distintos entre si e também do conceito de exclusão social.

As desigualdades sociais são inerentes a natureza humana e a qualquer sociedade e revela como é realizada a distribuição das riquezas materiais ou simbólicas produzidas e apropriadas em um determinado contexto histórico-social e, por sua vez, possibilitam identificar os valores sociais que orientam essa distribuição, como apontam Escorel (1999, p.24) e Nascimento (1994, p.58).

Na sociedade e no modo de produção capitalista, a desigualdade social é definida por uma estrutura de classes sociais estabelecidas por um “sistema de relações distribuídas em uma escala de acesso às riquezas e de valores que lhes atribui determinadas posições” (SCOREL, 1999, p.25), portanto:

As modalidades e os mecanismos mediante os quais são distribuídos bens e recursos escassos estruturam a sociedade, atribuindo posições diferenciadas relativas aos indivíduos e grupos quanto ao acesso aos bens, e também quanto a uma escala de valores mediante a qual esses lugares sociais são avaliados. Em uma dada sociedade (como a brasileira) há que se analisar, em determinados contextos históricos, qual o fato fundamental que está na origem da estrutura de posições e papéis sociais (propriedade da terra, artes militares, meios de produção, trabalho, etc.). (SCOREL, 1999, p.25)*

Nota-se, assim, que as desigualdades sociais são estruturais no modo de produção capitalista e tem sido uma característica histórica predominante no Brasil, que se

* Grifo nosso.

caracteriza como um dos países de maior concentração de renda e desigualdades sociais e que entendemos ser fundamental na compreensão do processo de exclusão social⁷.

Outro conceito ou termo relacionado, porém distinto da exclusão social é a pobreza.

Sucintamente, a pobreza é definida pela falta de acesso às necessidades básicas para se ter uma vida digna ou adequada, baseada geralmente em relação à insuficiência de renda pelos indivíduos, o que seria equivocado, como aponta Rocha (2003), para qual a pobreza deveria ser definida não só a partir da insuficiência de renda, mas também pelo acesso as necessidades básicas complementares (saúde, habitação, educação, subjetivas, etc.).

Para Nascimento (1994, p.58):

Pobreza [...] significa a situação em que se encontram membros de uma determinada sociedade de despossuídos de recursos suficientes para viver dignamente, ou que não têm condições mínimas para suprir as suas necessidades básicas. Vida digna e necessidades básicas constituem, sempre, definições sociais e históricas, variando, entanto, no tempo e no espaço.

Costa (1998) irá definir a pobreza como uma situação dinâmica de privação e de falta de recursos e que:

Ambas essas condições – *privação e falta de recursos* – são necessárias à definição de pobreza. Daqui resulta, por exemplo, que uma situação de privação que não resulte da falta de recursos não significa ‘pobreza’, mesmo que possa constituir um problema social grave. Da mesma definição decorre também que, para resolver uma situação de pobreza, não basta resolver a privação. (COSTA, 1998, p.19)

A pobreza, da mesma forma que a desigualdade, apresenta-se como uma situação estrutural na sociedade capitalista e não como um processo, e que, no Brasil, apresenta-se de longa data, mantendo uma parcela considerável e não residual da população nesta situação, seja na pobreza absoluta (na qual não há garantias mínimas de condições de vida consideradas essenciais) ou relativa (garantindo-se o mínimo vital, mas mantendo-se e acirrando-se as desigualdades), como apontam vários autores, dentre eles Escorel (1999) e Rocha (2003).

Pode-se apontar ainda que a desigualdade social e a pobreza são dependentes e interagem, na medida em que uma reafirma ou reforça o desempenho da outra, pois, geralmente, um aumento da desigualdade implica num reforço da pobreza, mas,

⁷ Para maiores informações sobre a concentração de renda no Brasil ver os relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), principalmente a partir das informações do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

por outro lado, nem sempre uma diminuição das condições de desigualdade melhora ou modifica as condições de pobreza.

Assim, mesmo se apresentando como conceitos diferenciados do de exclusão social, tanto as desigualdades sociais quanto a pobreza são considerados fundamentais na existência, manutenção e promoção da exclusão social, sendo a pobreza, ainda, uma condição necessária mas não suficiente para haver exclusão social (ATKINSON, 1998, p.111) e também ser considerada como uma forma de exclusão social, “na medida em que o pobre é excluído de alguns sistemas sociais básicos em relação aos quais se definiu” (COSTA, 1998, p.19) como essencial para as mínimas condições de vida.

Santos (1978 e 1993) procura definir e explicar a pobreza urbana, afirmando ser a cidade criadora de pobreza devido não somente ao seu modelo socioeconômico, mas também ao modelo espacial. Kowarick, no seu trabalho a respeito dos “espoliados urbanos” (1979) e também a obra de Maricato (2001), quando analisa a crise urbana e suas alternativas, são referências, por sua vez, para o estudo da questão em foco no contexto da urbanização brasileira, que inibe cada vez mais a participação e acesso de uma parte da população aos seus benefícios, principalmente a partir do processo de globalização mundial neoliberal.

Dessa forma, entendemos ser as complexidades e as novas formas das situações de desigualdades sociais e de pobreza, que atingem um enorme contingente de população das cidades brasileiras, a que se remetem as discussões acerca do conceito de exclusão social.

Portanto, o processo de exclusão social iria se configurar quando as condições de pobreza e desigualdade social atingissem situações extremas, nas quais haveriam rupturas nas relações sociais entre os indivíduos ou grupos e a sociedade como um todo, apontado por Costa (1998, p.10), ou seja, rupturas com o mercado de trabalho, rupturas familiares, afetivas e de amizade, cuja expressão principal seria o morador de rua.

Porém, entendemos que a configuração do processo de exclusão social não se dá apenas quando as rupturas societais atingem sua fase mais extrema, pois, dessa forma, estaríamos dando um caráter de condição ao conceito de exclusão social e não como um processo, como entendemos. Portanto, este processo se caracteriza, além destas rupturas, que designaria a máxima exclusão, também pela ausência de recursos mínimos, pelo acesso precário ou mesmo a falta de acesso a recursos e aos bens de consumo básicos, pela falta de acesso a educação, saúde, ao mercado de trabalho, a condições afetivas e subjetivas dignas, ou seja, haveria uma somatória de condições ou de critérios para a configuração da exclusão social, não significando, no entanto, que para ser considerado excluído, indivíduos ou grupos teriam de atingir todos estes critérios, pois como Costa (1998) aponta:

[...] deve ter-se em atenção que a questão não se põe, necessariamente, em termos de ter ou não ter acesso aos sistemas. Existem níveis mais ou menos satisfatórios de acesso, os quais configuram *graus* diversos de exclusão. Mesmo no caso de laços familiares, podem existir situações em que esses laços estão enfraquecidos, mesmo quando não exista uma ruptura completa. A noção de “graus de exclusão” também ajuda a compreender que nem toda forma de exclusão traduz na falta de acesso a *todos* os sistemas sociais básicos. Uma pessoa ou família pode ser excluída de alguns daqueles sistemas sociais, embora não o seja em relação a outros sistemas sociais. Relaciona-se com o ponto anterior o facto de a exclusão social constituir um *processo*. (COSTA, 1998, p.17-18)

A partir disso, dessa multiplicidade de formas, critérios e dimensões sociais que se apresentam ao processo, alguns autores irão considerar que seria mais interessante falar e pensar não em exclusão social, mas em “exclusões sociais” como aponta Escorel (1999, p.66):

A configuração do fenômeno da exclusão social é revelada de âmbitos e dimensões da vida em sociedade. Mas a ausência de recursos, a exclusão do mercado de trabalho, da educação e da formação profissional, a precariedade de habitação e de saúde constituem como um “núcleo” tão abrangente de dimensões sociais, às quais se associa tal variedade de temas, que seria preferível falar e pensar sobre “*as exclusões sociais*”.

Costa (1998) também admite o uso e a definição do processo de exclusões sociais devido a sua complexidade e heterogeneidade, permitindo, assim, a definição de diversos tipos de exclusão social, tais como:

- a) exclusão do tipo econômico: relacionada com a pobreza e pela privação múltipla e pela falta de recursos e caracterizada por más ou baixas condições de vida;
- b) exclusão do tipo social: é uma situação de privação do tipo relacional, caracterizada pelo isolamento e pela perda da auto-estima ou falta de auto-suficiência;
- c) exclusão do tipo cultural: determinada por fatores de ordem cultural, como os fenômenos do racismo e da xenofobia;
- d) exclusão do tipo patológica: condicionada por fatores patológicos, principalmente de natureza psicológica ou mental;
- e) exclusão por comportamento autodestrutivo; trata-se da exclusão ou da auto-exclusão provocada em consequência por comportamentos autodestrutivos, como alcoolismo, prostituição e o uso de drogas.

No entanto, tendemos em concordar com Nascimento (1994), que procura abordar a exclusão social como resultado de múltiplos fatores, como discriminação (sexual, étnica, religiosa, etc), exclusão de direitos (desempregados, marginalizados, deixados de

lado), a representação social da exclusão (aspecto subjetivo da sociedade em analisar a questão da exclusão).

Assim, como nos aponta Atkinson (1998, p.109), o conceito de exclusão social:

[...] estabelece a natureza multidimensional dos mecanismos através dos quais os indivíduos e grupos são excluídos das trocas sociais, das práticas componentes e dos direitos de integração social e de identidade [...] ele vai mesmo além da participação na vida do trabalho; englobando os campos da habitação, educação, saúde e acesso a serviços (European Commission, 1992).

Ainda neste sentido da multidimensionalidade do conceito de exclusão social, encontramos no trabalho de Sposati (1996), a partir de uma abordagem empírica e atenção especial à dimensão espacial da exclusão, sugere diferentes possibilidades conceituais, tais como:

- a) Exclusão estrutural: associada ao atual modelo de desenvolvimento econômico mundial excludente, gerando uma contínua desigualdade e promovendo um acesso seletivo ao mercado de trabalho;
- b) Exclusão absoluta: decorrente da pobreza absoluta de um elevado contingente da população, sofrendo uma privação total das condições de vida, tanto no sentido material quanto no sentido não material ou subjetivo;
- c) Exclusão relativa: promovida pela restrição do acesso de boa parte da população às riquezas socialmente geradas e das oportunidades historicamente acessíveis para uma melhoria nas condições de vida;
- d) Exclusão das possibilidades de diferenciação: decorrente do grau de homogeneização imposta nas regras de convívio entre os diferentes grupos sociais, restringindo direitos das minorias (opção sexual, opção religiosa, opção política, etc) gerados por intolerâncias e pela negação a heterogeneidade de ação e pensamento;
- e) Exclusão da representação: gerada através do grau de (im)possibilidades de expressão da democracia pelos diferentes grupos de interesse e de opinião dos vários segmentos sociais nas questões públicas e, principalmente, na relação sociedade-Estado;
- f) Exclusão integrativa: forma perversa de inserção precária e temporária no processo de acumulação.

Percebemos, assim, que a exclusão social é resultado da complexidade de vários fatores e situações de inserção social dos indivíduos, apresentando múltiplas dimensões, sejam elas objetivas ou subjetivas, como apontam Guimarães et. alli. (2003, p.14):

Revela-se assim, a enorme complexidade de situações passíveis de serem abarcadas pelo conceito de exclusão, sendo que os esforços teóricos devem se dirigir, paulatinamente, para aproximar seu conteúdo das reais possibilidades de alcançar as situações concretas de indivíduos, famílias e comunidades.

O conceito de exclusão social remete, portanto, à discussão das novas feições da pobreza e da desigualdade em suas dimensões objetiva, restando ainda um campo aberto a ser explorado para a apreensão e compreensão dos processos subjetivos que diferenciam social e individualmente grupos e segmentos que, cada vez mais, perdem seu lugar e suas referências enquanto atores/participantes de uma dada comunidade de valores.

Por mais difuso e sujeito a controvérsias, entretanto, o conceito tem a capacidade de jogar luz às facetas múltiplas do econômico, do social, do político e do psicológico que se perdeu para cada um frente ao estado de destituição de recursos de toda espécie para o enfrentamento de suas vulnerabilidades e riscos.

Assim, nos estudos e/ou análises do processo de exclusão social, como no estudo da segregação socioespacial, teríamos cinco dimensões a serem consideradas, como nos aponta Nascimento (1994), mas que gostaríamos de acrescentar uma sexta dimensão, quais sejam: a dimensão histórica, a dimensão espacial, a dimensão econômica, a dimensão especificamente social, a dimensão das representações sociais e, por fim, a sexta dimensão que seria a dimensão política.

A dimensão histórica da exclusão social, como apresentamos anteriormente, remete as desigualdades e as diferenças existentes, desde a Antiguidade, no pleno acesso aos bens e direitos de todos os membros de uma sociedade, como por exemplo, os escravos e mulheres na Grécia antiga ou os índios e negros no período colonial brasileiro e, atualmente, com a exclusão social na Europa promovida aos imigrantes, num acirramento das idéias de racismos e xenofobia, causadas, principalmente, pelo desemprego estrutural. Ou seja, na história da humanidade, a cada período, haveriam excluídos sociais com características específicas.

Tanto Nascimento (1994) como o debate público francês sobre a nova questão social (ESCOREL, 1999, p.54) apontam, hoje, para uma outra forma de exclusão, ou uma “nova exclusão social”, fundamentada principalmente na esfera da produção e no processo de acumulação capitalista, na qual os “desnecessários” – aqueles indivíduos que passam a não ser mais necessários ao desenvolvimento econômico, tornando-se obstáculos

e incômodos para a sociedade – configurariam como sendo seus principais representantes, sendo, portanto, uma característica específica da exclusão social no momento atual.⁸

Podemos entender, também, como dimensão histórica da exclusão social a sua definição como processo, ou seja, a exclusão social não surge de repente ou de um momento para outro, mas no decorrer do tempo, da história ela foi e continua sendo delineada e definida através de um processo de acirramento das desigualdades inerentes ao modo capitalista de produção.

A segunda dimensão a ser apresentada pelo processo de exclusão social seria a geográfica, ocorrendo em duplo sentido: os territórios da exclusão social e os excluídos sem lugar.

No primeiro sentido, os espaços da exclusão social seriam aqueles onde o processo se apresenta com maior nitidez, como seriam os casos dos países africanos, na escala mundial, ou ainda as periferias das cidades brasileiras, na escala mais local. Entendemos também que, além da exclusão se apresentar mais visível, seriam estes espaços influenciadores diretos do processo excludente, reflexos do processo de segregação socioespacial nas cidades, no caso brasileiro, ou seja, a exclusão urbanística, resultante das múltiplas dimensões da segregação socioespacial. Representaria, também, o território da exclusão, onde se nasce e cresce excluído (NASCIMENTO, 1994, p.66).

Nesse sentido, Sposati apud Koga (2003, p. 16) afirma que:

O território é um fator dinâmico no processo de exclusão/inclusão social, na medida em que expressa a distribuição de bens civilizatórios direcionados para a qualidade de vida humana [...] as condições de vida territorialmente analisadas é [...] “um dos instrumentos para concretizar a redistribuição social no enfrentamento das desigualdades econômicas e sociais”.

Nesta perspectiva da análise territorial, Rogério Haesbaert vêm desenvolvendo um novo conceito: o de aglomerados urbanos de exclusão social. Segundo ele:

Definir espacialmente os aglomerados de exclusão não é tarefa fácil, principalmente porque eles são, como a própria exclusão que os define, mais um processo – muitas vezes temporários – do que uma condição ou um estado objetiva e espacialmente bem definido. Se preferirmos, trata-se de uma condição complexa e dinâmica, mesclada sempre com outras situações, menos instáveis, através das quais os excluídos tentam a

⁸ Para um maior aprofundamento acerca da discussão sobre a “nova exclusão social” analisar Nascimento (1994).

todo instante se firmar (se reterritorializar) (HAESBAERT, 2004, P.327).

Mas este autor desconsidera em sua formulação um outro aspecto igualmente importante dos processos excludentes, que diz respeito à vida daqueles excluídos que não têm sua identidade ou seu vínculo social relacionados com lugar algum. Ou seja, diferentemente da abordagem territorial, que considera a exclusão social como um atributo do espaço social, neste caso, estamos nos referindo à exclusão social enquanto um atributo das pessoas e ao sentimento de pertencimento ou de reconhecimento a um determinado lugar. Um exemplo extremo seria o da população de rua, cuja mobilidade constante e permanente não lhes permite a identidade com um determinado lugar.

A terceira dimensão da exclusão social seria a econômica, relacionada principalmente ao aumento das desigualdades sociais e da pobreza, levando uma grande parcela da população a ter acesso restrito aos bens de consumo básicos e simbólicos, agravado pela baixa remuneração e o desemprego estrutural.

Em relação a esta dimensão econômica do processo de exclusão social, Lesbaupin (2001) aponta três fatores que se conjugam e reforçam entre si e contribuem para acentuação do processo, quais sejam: a reestruturação produtiva – possível através das inovações tecnológicas desenvolvidas desde a década de 1970, permitindo maior flexibilidade na produção e diminuição no número de trabalhadores e, conseqüentemente, precarização das relações/condições de trabalho e redução de salários e desemprego estrutural – o neoliberalismo – sucintamente definido como um afastamento ou menor intervenção estatal na esfera social, com políticas sociais e de bem estar social inexistentes ou mínimas, em nome da estabilidade financeira e monetária e a liberalização na esfera econômica, com a “mínima” intervenção estatal – e o último fator seria aquilo que atualmente se define como globalização, apresentado como um processo inevitável e irreversível e, muito bem caracterizada por Santos (2000), como “globalização perversa”.

A dimensão especificamente social ou dimensão sociofamiliar como classifica Escorel (1999, p.76) seria representada por uma parcela da população que se vê impossibilitada de participar da vida social da família ou da comunidade, perdendo seus vínculos básicos, sendo conduzidos às formas e estratégias mais inesperadas de sobrevivência. A situação é aprofundada pelo desemprego, pela perda da auto-estima entre outros fatores.

Escorel (1999, p. 76) aponta que:

Na dimensão sociofamiliar verifica-se a fragilização e precariedade das relações familiares, de vizinhança e de comunidade, conduzindo o indivíduo ao isolamento e à solidão. São percursos de distanciamento dos valores e das relações

que estruturam o cotidiano e trajetórias de dificuldades em conseguir mobilizar apoios frente a situações de labilidade dos vínculos econômicos ou políticos. As transformações da esfera produtiva e financeira vulnerabilizam o âmbito, podendo inviabilizar os suportes, proteções e conhecimentos aos seus membros.

Poderíamos, ainda, inserir nesta dimensão social do processo de exclusão social a dimensão humana, na qual no limite da exclusão social a vida ou a existência humana seria negada aos indivíduos ou grupos, cuja existência não interessaria a sociedade e seria limitada a sobrevivência mínima do corpo enquanto ser natural ou biológico, sendo retiradas ou negadas tanto suas necessidades materiais quanto suas necessidades subjetivas, suas vontades e seus desejos. Assim, nesta perspectiva a exclusão social se mostra como um descompromisso com o ser humano, negando-lhe acessos às condições mínimas de vida, promovendo uma situação de sobrevivência em substituição “da vida” (FURINI, 2003, p.40), ou seja, as necessidades do indivíduo tornam-se desumanas.

A quinta dimensão apresentada pelo processo de exclusão social, seria a representação social⁹, ou seja, a forma como indivíduos ou grupos sociais sujeitos a situações de exclusão são vistos pela sociedade como um todo, ou seja, tais grupos são tidos como diferentes, desnecessários para uma parcela da população.

Nesta dimensão da representação social da exclusão promove-se uma deterioração nas relações sociais entre os diferentes grupos que nela convivem, fazendo com que predominem nestas relações uma “lógica desumana do ‘estranho’” (SCOREL, 1999, p.80), onde há enormes dificuldades no reconhecimento e aceitação do outro, do diferente, acirrando a discriminação social e que, pouco a pouco indivíduos ou grupos excluídos “passam a ser percebidos como socialmente ameaçantes” (NASCIMENTO, 1994, p.70), ou seja, são vistos como bandidos, perigosos e violentos em potencial, sendo tidos como objetos de medo para a sociedade ou uma ameaça à coesão e à ordem social, portanto:

Nos processos de exclusão social a escala da ‘estranheza’ atinge o limite de retirar o caráter de humano do outro. A existência humana na indigência, restrita ao atendimento das mais poderosas necessidades do processo vital, é obscurecida e desumanizada. Esse obscurecimento da existência significa que não se participa da esfera pública, vive-se nas sombras, sem deixar vestígios da passagem pelo mundo. Procedem-se uma desumanização, o que significa que há uma retirada do

⁹ Nascimento (1994) faz uma reflexão acerca da representação social da exclusão social numa perspectiva de degradação da sociedade moderna, na qual aponta que “a constituição da exclusão social é hoje a maior ameaça à construção da sociedade moderna, uma ameaça direta ao seu ideário de igualdade...” (NASCIMENTO, 1994, p.65).

caráter de ser humano nas interações sociais que envolvem indivíduos pobres, relegados à condição de *animal laborans*. Ou “uma diferenciação tal entre os homens que pode chegar a criar ‘espécies’ diferentes de homens” (Buarque, 1993). (SCOREL, 1999, p.80)

E, finalmente, a sexta e última dimensão da exclusão social seria a dimensão política, relacionada nas possibilidades de existência e prática da cidadania nas relações sociais, ou seja, a existência da exclusão social seria a negação da cidadania.

Para Santos (1987, p.05) deveríamos na democracia priorizar em primeiro lugar a cidadania e, posteriormente, os aspectos econômicos. No entanto, nos dias de hoje, prevalece os aspectos econômicos sobre os aspectos sociais, promovendo uma cidadania incompleta, onde os direitos mínimos não são garantidos a todos os cidadãos, ou ainda negando a uma grande parcela da população, ou melhor, negando aos excluídos de ter direito a ter direitos, como podemos observar através do desrespeito à vida humana em seu sentido pleno, pois “o direito à integridade se inclui entre as prerrogativas inalienáveis do cidadão e se estende do campo biológico aos da cultura, da política e da moral, isto é, inclui o patrimônio material e imaterial” (SANTOS, 1987, p.21).¹⁰

Devemos ser atentos para a definição da cidadania não apenas como acesso aos bens de consumo materiais ou apenas as melhores condições de vida no plano material, pois desta forma, estaríamos nos equivocando e confundindo cidadania com possibilidade de consumo pela população, o que atualmente é facilmente percebido, dando um caráter de naturalização da falta de cidadania e, portanto da exclusão social.

Assim, é que a exclusão social também deve ser analisada pela ótica da cidadania, ou seja, o “reconhecimento de que o indivíduo é um semelhante e, portanto, alguém revestido de direitos e, sobretudo, do direito a ampliar seus direitos” (NASCIMENTO, 1994, p.73), seja a partir das lutas sociais por melhorias nas condições materiais básicas, seja nas lutas por maior representatividade política por parte da população menos beneficiada ou excluída ou ainda nos movimentos reivindicatórios que confluem para além daquilo que era o ponto inicial da luta e se converta numa forma de luta por transformações mais amplas e coletivas para a sociedade como um todo, como aponta Kowarick (2000, p.77).

Dessa forma, resultado de múltiplas dimensões, o conceito de exclusão social exige um olhar para a totalidade dos problemas e das desigualdades da sociedade contemporânea, nos orientando para a necessidade de mudanças estruturais e profundas na sociedade como um todo.

¹⁰ Para uma maior discussão e aprofundamento acerca do debate sobre o tema cidadania e sua interrelação com a Geografia ver a obra O espaço do cidadão (SANTOS, 1987).

Mas, se há excluídos há também sua outra face, os incluídos e ambos são constitutivos do mesmo processo por nós definido como exclusão social e que, portanto, se define como um processo dialético e relativo, ou seja, o acirramento da pobreza e das desigualdades sociais nos exige a definição de um conceito que nos permita, ao analisar diversas realidades urbanas e, principalmente, intraurbanas, indicar quais as necessidades e as condições mínimas exigidas para a valorização da vida e da dignidade do cidadão, pois:

Discutir a inclusão social significa a busca pela universalização do ponto básico de dignidade, o qual na sociedade brasileira denota a busca pelo padrão ainda não conquistado pela sociedade como um todo [...]

A inclusão social significa não apenas uma posição cidadã já alcançada, mas também desejada. A possibilidade de concretização do desejo está justamente no fato de a situação existir em outro lugar que não o vivido.

A medida da inclusão social surge a partir do confronto exclusão/inclusão social, provocando um rompimento com a constatação da desigualdade, da apartação, demonstrando a possibilidade do desejo da inclusão social. Este movimento provocativo da medida é que faz dela um elemento central em busca da efetivação da cidadania. (KOGA, 2003, p.176)

Ainda com relação a este ponto básico de inclusão, Koga (2003, p.178) aponta que:

Uma característica sutil que se pode notar no padrão básico de inclusão social é justamente o seu caráter de mobilização da sociedade, pois ele leva necessariamente a um debate coletivo sobre que inclusão se faz necessária para a dignidade dos cidadãos que vivem em realidades marcadas por extremas desigualdades.

Nesse sentido, apontamos para a necessidade de elaboração de políticas públicas eficazes de inclusão social, tendo por base a elaboração e uma metodologia de indicadores de desigualdade intraurbana, que associe os processos de segregação socioespacial e exclusão social, que facilite e estimule decisões tanto da sociedade como do poder público, a exemplo do que vem sendo construído no interior do grupo de pesquisa SIMESPP (Sistema de Indicadores Municipais de Exclusão Social para Políticas Públicas).

No entanto, antes de entrarmos mais especificamente na discussão dos indicadores de desigualdades intraurbanas, faremos a seguir uma breve discussão acerca das complementaridades e disparidades existentes entre ambos os conceitos de segregação socioespacial e exclusão social que acabamos de definir e que para nós se configuram como estruturadores fundamentais dos espaços intraurbanos, e ainda uma

sucinta abordagem acerca dos dois principais agentes da configuração destes espaços desiguais, que entendemos ser o poder público municipal e mercado imobiliário.

CAPÍTULO 3 – SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E EXCLUSÃO SOCIAL: complementaridades e diferenças

Após a análise anteriormente apontada acerca dos conceitos de segregação socioespacial e exclusão social, procuraremos, neste momento, desvendar as possíveis complementaridades e disparidades apresentadas entre ambos e que nos permita, posteriormente, demonstrar como estas desigualdades sociais se configuram no espaço intraurbano das cidades brasileiras.

Um primeiro destaque a ser apontado no debate acerca dos conceitos de segregação socioespacial e exclusão social é o fato de ambos serem considerados para nós como um processo, reflexo das desigualdades sociais que se acirram nas últimas décadas e que têm na paisagem e nos espaços intraurbanos, especialmente no caso brasileiros, sua maior concentração e suas principais resultantes.

Ou seja, reflexo de situações ou condições de desigualdade social e pobreza que historicamente se acirram e se perpetuam na sociedade capitalista, os conceitos de segregação socioespacial e exclusão social procuram determinar processos que englobam espaço e sociedade, em seu plano material e não-material, e que cada vez mais atingem maiores contingentes populacionais das cidades e que estratificam e fragmentam estes mesmos espaços e as relações sociais que nele se dão, promovendo a disparidade e a injustiça social, provocando cada vez mais o afastamento do contato e da relação entre as diferentes classes sociais e complexificando o reconhecimento do diferente e os direitos a melhores condições de vida garantidas a todos os cidadãos em suas múltiplas dimensões.

Assim, notamos que ambos os conceitos se relacionam e, as vezes até se confundem, no sentido de representarem um conjunto de perdas nas mais amplas e diferentes dimensões (econômicas, sociais, espaciais, políticas, socioculturais, subjetivas, residenciais, etc.), determinando uma complementaridade fundamental entre a segregação socioespacial e a exclusão social, demonstrando não serem processos díspares ou divergentes e que se apresentam paralelamente ao se analisar as desigualdades sociais e espaciais intraurbanas, como apontaremos mais adiante neste trabalho.

Dessa forma, podemos perceber que tanto o processo de segregação socioespacial pode contribuir para o surgimento ou acentuação do processo de exclusão social quanto o contrário também pode ocorrer. No entanto, devemos apontar para o fato de que nem todo tipo de segregação socioespacial promove a exclusão social e nem toda exclusão é sinônimo de segregação, cujo exemplo mais nítido seja o caso dos moradores de condomínios fechados, que se auto-segregam, no entanto, de forma alguma se encontram excluídos socialmente.

Outro fator de destaque nesta complementaridade entre os conceitos que ora discutimos é quanto seus principais processos geradores e seus principais atores ou agentes. Assim entendemos que os dois processos são resultados da lógica e da própria estruturação do modo de produção e da sociedade capitalista, que promove e acirra as diferenciações e os conflitos entre as classes sociais, provocando rupturas nas relações sociais e fragmentando o espaço geográfico. Isso significa que as forças de comando principais que regem os processos se dão em escalas muito mais amplas do que onde as ações se verificam, ou seja, enquanto observamos que os processos de segregação e exclusão ocorrem com maior intensidade e se concentram nas cidades, não é nelas que os seus atores e os processos geradores se encontram, mas nas escala da nação e, principalmente na escala internacional ou mundial. Dessa forma, concordamos com Guimarães (2003, p.14–15):

No momento atual, segundo Santos (1996), o poder de comando encontra-se cada vez mais centralizado em instâncias superiores e distantes, verificando uma assimetria nas relações entre os atores, localizados e articulados em níveis escalares diversos. No nível local, tem-se o lugar da realização do fenômeno, que pode ser denominada da escala da ação. Em nível mais amplo, quer seja do Estado-nação ou mesmo do sistema mundial, tem-se o lugar do comando, que é a escala das forças operantes. Com base nesta idéias, consideramos que os processo geradores da exclusão social e da segregação socioespacial nas cidades brasileiras são aqueles decorrentes da perda crescente de poder decisório do nível local. Quanto mais encontra-se dissociada a escala da ação do nível de comando e controle, maior o grau de exclusão social e segregação socioespacial.¹¹

No entanto, entendemos que atores e agentes nas tomadas de decisões no nível local também contribuem para fortalecer e acirrar ou, mesmo, diminuir ou amenizar os processos de segregação socioespacial e exclusão social nas cidades brasileiras, quais sejam os principais¹²: poder público municipal e mercado imobiliário, que iremos analisar de forma mais aprofundada no capítulo seguinte.¹³

¹¹ Grifos nosso.

¹² Entendemos que outros agentes locais atuam na promoção ou redução dos processos de exclusão social e segregação socioespacial, que apontamos, não como menos importantes, mas que proporcionam demandas a poder público e ao mercado e aparecem em um segundo plano nas tomadas de decisões como as elites e empresários locais dominantes do capital econômico, a classe média que procura negligenciar as questões sociais, entidades da sociedade civil ou organizações não governamentais que atuam a favor ou contra melhorias sociais e, ainda, a própria população que sofre diretamente as conseqüências dos processos apontados, quando da sua ação e da conscientização de sujeitos da sua própria historia.

¹³ Exemplos de experiências locais acerca de políticas públicas de combate à exclusão social podem ser encontradas em Lesbaupin (2000).

Dessa forma, podemos relacionar esta instância local de tomada de decisão ao acirramento dos processos de exclusão social e segregação socioespacial com as práticas e ações de planejamento urbano no Brasil, que cada vez mais se mostram segregativas e excludentes, como podemos observar em vários trabalhos, como os de Kowarick (2000), Maricato (2001) e Marisco (2003) que transformam cada vez mais cidadãos e espaços em subcidadãos vivendo em subespaços.

Fazemos uma ressalva, aqui, que apesar de entendermos estes atores locais como fundamentais na análise dos dois processos, assinalamos que eles se remetem mais diretamente ao processo de segregação socioespacial do que em relação ao processo de exclusão social, ou seja, numa perspectiva de transformação social e minimização ou mesmo extinção dos processos segregativos e excludentes, tanto poder público municipal quanto mercado imobiliário teriam impactos mais diretos no primeiro do que no segundo, que demandaria mudanças em escalas mais amplas.

A partir disso, podemos apontar não uma disparidade, mas, uma diferenciação entre os processos de segregação socioespacial e exclusão social: mudanças estruturais locais teriam um grau de influência maior no primeiro processo que no segundo, que também sofreria impactos, porém, menos relevantes. No entanto, isso não quer dizer que mudanças estruturais em escala maior não interfiram na configuração de ambos os processos.

Uma outra distinção entre os conceitos seria, no nosso entendimento, com relação à dimensão espacial, pois, como apontamos anteriormente, a segregação socioespacial tem, necessariamente, a questão espacial intrínseca na sua configuração e estruturação, ou seja, a segregação se materializa no espaço, ela se configura territorialmente e é influenciada diretamente pelo espaço, pois tanto o morador de um condomínio fechado como o morador de um loteamento popular ou uma favela se reconhecem e se identificam, nem sempre, espacialmente.

Por outro lado, o processo de exclusão social também recebe influências diretas do espaço, também se territorializa e são criados os espaços da exclusão, onde há o reconhecimento e o sentimento de pertencimento aquele espaço, mas tem, por outro lado, a dimensão dos excluídos sem espaço, sem lugar, no qual o processo atinge apenas as pessoas ou grupos sociais, que não se reconhecem e não têm o sentimento de pertencimento a lugar algum.

Portanto, entendemos que enquanto o conceito de segregação socioespacial seja eminentemente territorial, pois associa diretamente espaço e sociedade, interagindo e complementando-se mutuamente, porque espaços e pessoas ou grupos sociais são segregadas, o conceito de exclusão social, engloba outras dimensões do espaço, relacionadas com o universo simbólico, político e econômico. Ou seja, o contexto espacial

da exclusão se configura como essencial, porém, não fundamental ou determinante do processo.

Nestes termos, podemos considerar que a segregação socioespacial pode se configurar como a dimensão espacial da exclusão social, mas não sendo um processo considerado mais ou menos amplo ou mais ou menos importante do que o outro, pois sabemos que seus atores e suas condicionantes sejam os mesmos na escala intraurbana, ou seja: poder público municipal e mercado imobiliário, fazendo a ressalva que o processo de exclusão social tem ainda suas determinantes fundamentais numa escala de tomada de decisão mais ampla, como apontamos anteriormente.

CAPÍTULO 4 – MERCADO IMOBILIÁRIO E PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Procuraremos neste capítulo realizar uma discussão e uma análise mais aprofundada com relação a dois dos principais agentes dos processos de segregação socioespacial e exclusão social, ou seja, entender como atuam e o papel exercido pelo Poder Público municipal e pelo mercado imobiliário na escala intraurbana, sabendo, no entanto não serem estes os únicos agentes relevantes. Esta escolha se justifica pelo fato de entendermos ser estes dois agentes na estruturação da cidade capitalista, devido ao seu papel de representação dos diferentes interesses das diversas classes sociais e agente mediador dos conflitos entre as mesmas classes – no caso do Poder Público Municipal – e de expressar a característica fundamental do modo de produção capitalista, que é a possibilidade de transformar as coisas em mercadoria, ou mais especificamente, o solo urbano em mercadoria – no caso do mercado imobiliário.

4.1 – O papel do mercado imobiliário

Esclarecemos que uma análise aprofundada sobre o papel do mercado imobiliário no processo de estruturação das cidades capitalistas não é interesse fundamental nesta pesquisa. Assim, não iremos neste momento analisar como atuam os diferentes atores deste mercado, quais sejam: incorporadores imobiliários, proprietários fundiários, construtoras, investidores fundiários, etc..., mas, sim analisar como este mercado imobiliário como um todo, influencia diretamente nos processos de exclusão social, principalmente em sua dimensão espacial, e de segregação socioespacial, de modo mais específico. Como Villaça (1998, p.143), ao analisar Lojkine, nos indica, a segregação socioespacial e, para nós, também a exclusão social, seriam uma manifestação da estrutura fundiária urbana, ou seja, seriam resultados de uma manifestação nas cidades da atuação direta do mercado imobiliário e seus agentes.

Assim, ao considerarmos a segregação socioespacial e a exclusão social processos dialéticos, orquestrados e planejados, poderíamos afirmar que uma das principais fundamentações de sua ocorrência na escala intraurbana, em termos espaciais, seria a necessidade do controle deste mesmo espaço urbano pela classe dominante, que, como afirma Villaça (1998, p.160), a segregação, e nós inserimos também a exclusão, são determinações geográficas, produzida pela classe dominante, e com a qual essa classe exerce sua dominação através do espaço urbano.

E, para que isso ocorra, tornando-a uma das principais causas da existência da segregação socioespacial e da exclusão social, em sua dimensão espacial, temos a presença, dentro do modo capitalista de produção, da propriedade privada da terra, mais especificamente, do solo/terreno urbano, pois “a segregação é provocada essencialmente pela manutenção, na sociedade capitalista, da propriedade privada da mercadoria terreno urbano como forma dominante de ocupação do espaço”, como afirma Sogame (1999, p.38), ao analisar o processo de segregação socioespacial, mas que entendemos ser válida na análise da configuração espacial da exclusão social.

Antes de continuarmos em nossa análise, devemos fazer um parêntese aqui, e esclarecermos que nem sempre a terra fora considerada uma mercadoria. Pelo contrário, até o século XIX, havia uma disputa entre os diversos atores sociais com relação à idéia de comercialização da terra e conseqüentemente, do solo e do terreno urbano, como aponta Polanyi (2000), pois até esse período, o sistema econômico, inclusive o mercado eram absorvidos pelo sistema social.

No entanto, a partir do século XIX, o sistema social passa a ser subordinado completamente pelas leis de mercado, e a terra, que até este momento não era tida como mercadoria, num contexto mais geral, passa a se configurar como tal, como aponta Polanyi (2000). Assim a articulação do mercado de terras, ou seja, do mercado imobiliário com outros atores, no planejamento e orquestração da segregação socioespacial e da exclusão social é um processo mais recente, sendo, portanto, uma característica atual, constituída historicamente.

Portanto, a existência da propriedade privada da terra, no caso, do terreno urbano leva-o, como apontado anteriormente, à característica de mercadoria, ou seja, para possuí-lo é necessário adquiri-lo através do processo de compra e venda, ou seja, no mercado. Mas, como se sabe, nem todos têm condições de acesso a essa mercadoria dado o seu alto valor unitário frente a outras mercadorias. Isso tudo, gera uma nítida segregação e exclusão espacial e social no espaço urbano, como apontado por Sogame (1999, p.180):

Para se ter acesso a um pedaço de terra é preciso pagar por ele, seja através da compra ou do aluguel. Isto porque a apropriação desta mercadoria é medida por relações monetárias em virtude da existência jurídica da propriedade privada da terra. Assim, a forma valor, a mercadoria e o dinheiro são elementos importantes para se compreender a produção de espaços diferenciados e segregados e excluídos no meio urbano.¹⁴

Assim, denota-se que propriedade privada da terra, promove, não apenas a segregação socioespacial, mas também a exclusão social, nos dois sentidos que ela

¹⁴ Grifo nosso.

assume na sua dimensão espacial: cria, paralelamente a segregação, espaços, territórios da exclusão social, principalmente nas periferias urbanas em seu sentido geográfico e não apenas geométrico, para aqueles que tem condições de adquirir um pedaço de terra, muitas vezes clandestino, irregular ou ilegal, ou mesmo através da ocupação desses mesmos espaços, através de movimentos espontâneos ou organizados. Ao mesmo tempo cria os excluídos sem espaço, desprovidos de qualquer condição material de adquirir esta mercadoria terreno, além de já serem destituídos de outros bens materiais e simbólicos.

Dessa forma, podemos perceber claramente a importância e a influência exercida pelo mercado imobiliário e devemos deixar claro que não entendemos o mercado imobiliário como algo autônomo, que atua por vontade própria. Ou seja, reconhecemos que por trás das ações do mercado encontram-se grupos de interesse os mais variados possíveis e que diante dos processos de segregação socioespacial e exclusão social nas cidades capitalistas, como afirma Maricato (2000, p.123):

a segregação e a exclusão territorial e todos os corolários que a acompanham – falta de saneamento ambiental, riscos de desmoronamentos, riscos de enchentes, violência – estão a ele – mercado imobiliário – vinculados.¹⁵

Além disto, o mercado imobiliário também exerce sua influência nos processos de segregação socioespacial e exclusão social a partir da construção de cenários e necessidades imaginários, vendidos para uma parcela da população em busca de *status*, através de grandes campanhas de marketing, como por exemplo, a venda de lotes/terrenos a altos preços em condomínios ou loteamentos fechados.

Nesse sentido, Maricato (2000, p.159) afirma que a escassez de moradias e a segregação territorial são produtos de um mercado imobiliário que, entre outras coisas, vende o cenário e a paisagem como signos de distinção de renda e de poder, acirrando os processos excludentes e segregativos no interior dos espaços urbanos brasileiros.

Depreende-se também a importância do mercado imobiliário ser um dos principais agentes da produção do espaço (intra)urbano, como aponta Smolka (1989) ou como Beltrão Sposito (1996, p.79) ao afirmar que “os interesses fundiários e imobiliários desempenham um papel primaz no processo de produção e estruturação do espaço urbano”.

Smolka, ainda nesse sentido, avança em sua análise sobre o papel exercido pelo mercado imobiliário na estruturação do espaço urbano, apontando o seguinte:

¹⁵ Grifos nosso.

Esta atuação de forma discriminativa e seletiva no espaço, isto é, da penetração, organização e subordinação do (sic!) mercado imobiliário, se apresenta como necessário para obstruir possíveis pressões pela apropriação social da cidade. (SMOLKA, 1987, p.75).

Podemos depreender disso que o mercado imobiliário influencia diretamente nos processos de planejamento e gestão das cidades, acabando por impor um planejamento urbano antidemocrático, a favor de seus interesses, promovendo a manutenção e o aumento dos processos de segregação socioespacial e de exclusão social.

Um outro fator importante de se destacar com relação à influência do mercado imobiliário no processo de segregação socioespacial é a propriedade fundiária ou imobiliária se tornar não apenas um valor de uso, mas também um valor de troca para o seu proprietário, fazendo com que os lucros auferidos pelos proprietários fundiários ou pelos incorporadores sejam cada vez maiores e, por outro lado, o acesso a esse “direito” que é a moradia se tornar um sonho cada vez mais distante das classes de menor renda, como se pode analisar a partir de Smolka (1987, p.51).

[...] a expectativa sobre o mercado imobiliário é um fator de valorização, que o incorporador faz do comprador do imóvel um investidor, ou seja, o que seria um valor de uso do imóvel, passa a ser valor de troca, [...] isso valoriza o imóvel para o incorporador, tornando-o mais caro para o comprador, e isso, subentende-se, a existência do marketing imobiliário.¹⁶

Outro fator a ser destacado em relação ao terreno urbano como valor de troca e a restrição quanto ao acesso a este por parte das classes menos favorecidas está em que as disputas pela apropriação das rendas imobiliárias ou fundiárias determinam os destinos e o desenvolvimento das cidades, fazendo com que determinadas regiões ou espaços da cidade sejam mais valorizadas do que outras.

Como exemplo deste processo nas cidades brasileiras, podemos citar, de um lado, a comercialização de terrenos e/ou imóveis em loteamentos ou condomínios fechados principalmente para uma classe média em busca de maior *status* social e econômico, em uma determinada região da cidade, valorizando seu entorno e, por outro lado, a criação de loteamentos populares legais ou ilegais em outra região da cidade, promovendo um acirramento dos processos de segregação e exclusão.

¹⁶ Grifo nosso.

4.2 – A influência do Poder Público

Um outro agente importantíssimo para a manutenção e promoção do processos de segregação socioespacial e exclusão social é o Poder Público Municipal. Como aponta Preteceille (1996, p.26), este, a partir de suas políticas públicas, sejam elas habitacionais, sociais, de saneamento, entre outras, sempre atende a determinados interesses políticos em detrimento de outros – privilegiando na maioria das vezes a classe de maior renda, que geralmente domina o mercado imobiliário nas cidades capitalistas. Nesse sentido o autor anteriormente citado aponta que:

[...] os eventuais efeitos segregativos das políticas públicas só podem ser compreendidos quando se consideram as interações complexas entre diversos atores e instituições políticas [...] que defendem interesses e/ou agem segundo lógicas diversas.(PRETECEILLE, 1996, p.26).

Ou ainda, como aponta Cymbalista (1999, p.89):

[...] se depreende claramente a importância do perfil político da administração municipal para a conformação de uma estratégia de regulação e sua relação com os padrões de exclusão social.

Seriam inúmeras as citações possíveis de serem apontadas com relação à atuação do Estado e do Poder Público¹⁷ frente ao processos por ora abordados. Porém, falta a elucidação de uma questão: de qual(ais) forma(s) o Estado – entenda-se, Poder Público municipal – atuaria nestes processos de segregação socioespacial e exclusão social?

Entendemos que são várias as formas que o Poder Público utiliza para exercer o seu papel de agente segregador, mas principalmente através de quatro maneiras:

- 1) através da alocação de investimentos públicos em infraestrutura urbana para determinadas áreas;
- 2) através da elaboração de políticas públicas habitacionais;
- 3) através da legislação urbanística;
- 4) através do planejamento passivo ou privatista.

Vejamos, a seguir, cada uma delas mais especificamente.

¹⁷ Devemos esclarecer, aqui, a diferença entre Estado e Poder Público. Enquanto entendemos o primeiro como a estrutura instalada e o aparelho de Estado existente, o Poder Público pode ser entendido como sendo o exercício do poder de quem ocupa provisoriamente a estrutura do Estado.

4.2.1 – Os investimentos públicos

A primeira forma sobre como o Poder Público pode interferir diretamente no aumento/expansão dos processos de segregação socioespacial e exclusão social no interior das cidades capitalistas se dá através da alocação de investimentos públicos, principalmente em infraestrutura urbana, de forma diferenciada para as diferentes classes sociais, pois como afirma Lojkine (1997, p.193):

Agente principal da distribuição social dos equipamentos urbanos para as diferentes classes e frações de classes, o Estado [...] vai, portanto, refletir ativamente as contradições e as lutas de classe geradas pela segregação social dos valores urbanos.

Dessa forma, se trabalhamos com a noção de que o Poder Público – na maioria das vezes, quando a população e a sociedade civil não são organizadas para defender o direito e os benefícios para grande parte da população ou a socialização e democratização dos investimentos – é apropriado pela classe dominante e a ela serve e beneficia, entenderemos que a alocação de infra-estrutura urbana será maior e de melhor qualidade para áreas onde a sua concentração e a sua presença são mais determinantes, em detrimento de outras áreas, sejam elas mais necessitadas de infraestrutura ou não. Amplia-se, portanto, o processo de segregação socioespacial, bem como o processo de exclusão social, no interior das cidades como aponta Lojkine, ao afirmar que:

[...] por trás das aparências, a continuidade e a coerência de um processo de seleção urbanística que privilegia o equipamento de algumas zonas urbanas de que se apropriou a fração de classe dominante [...] em detrimento dos equipamentos coletivos que deveriam beneficiar outras camadas sociais. (LOJKINE, 1997, p.241).

4.2.2 – As políticas públicas habitacionais

Uma segunda forma como o Poder Público Municipal influenciaria no acirramento e manutenção dos processos de exclusão social e segregação socioespacial é na elaboração/formulação de políticas habitacionais, pois “o planejamento habitacional nas condições atuais, reforça as tendências segregacionistas” (SANTOS, 1989, p.203) e excludentes na urbanização brasileira.

Assim, quando da elaboração dessas políticas, o Poder Público Municipal irá definir várias determinantes que podem ser consideradas como fatores excludentes e segregadores, tais como: localização – geralmente distante dos centros urbanos ou vazios

urbanos, em áreas inadequadas para o desenvolvimento urbano racional¹⁸ – tamanho e qualidade das habitações – pequenas, construídas com material de baixa qualidade na maioria das vezes – infraestrutura – inexistente ou de qualidade precária – e no financiamento – exigências tantas que a maior parte da população não alcança, fazendo com que poucos tenham acesso ao projeto, como aponta Azevedo (1982, p.71): “Apenas uma minoria dos setores populares logrará ser inserida nos programas governamentais de habitação popular”.

Interessante notar também na ação do poder público municipal é a elaboração de leis ou criação de instrumentos urbanísticos específicos, como por exemplo a Legislação Especial de Habitação e de Interesse Social, voltados para a formulação das políticas habitacionais, com a intenção de facilitar aprovação de projetos de habitação e moradia, que se apresentam na maioria das vezes com parâmetros construtivos e de urbanização diferentes dos usuais ou menos exigentes, principalmente quando demandados por outras esferas governamentais, como aponta Rolnik (1999, p.08).

Uma outra questão quanto às políticas habitacionais é o fato delas poderem ser utilizadas de forma ideológica, com o objetivo de dominação política – principalmente com práticas populistas e clientelistas – e também como forma de melhorar o mercado de habitações e não com o propósito de amenizar as dificuldades das classes menos favorecidas, diminuindo a segregação, como podemos observar a seguir:

Estariam também enquadrados dentro das motivações ideológicas, argumentos que vêm nessa ação do Estado [...] um objetivo de legitimação política. A maioria desses programas teria uma importância mais simbólica – mostrar a preocupação do governo com os pobres – do que propriamente uma busca de maior eficiência na construção de casas populares. (AZEVEDO, 1982, p.100)¹⁹.
[...] o que se pretenderia [...] não é minorar o problema habitacional das classes de baixa renda, mas sim criar condições para assegurar uma maior valorização do capital voltado para a produção [...] (AZEVEDO, 1982, p.98).

4.2.3 – A legislação urbanística

A terceira maneira do Poder Público Municipal influenciar no processo de segregação socioespacial, é através da legislação urbanística, que em sua grande maioria, determina diversas formas de se ocupar o espaço urbano que acaba excluindo a maior parte

¹⁸ Com relação à localização, ao determinar a área de instalação de um loteamento popular, o Poder Público Municipal pode estar criando condições para valorização de terrenos urbanos, quando, por exemplo, instala um loteamento descontínuo da malha urbana.

¹⁹ A ação aqui citada é a oferta de moradias populares.

da cidade e que reflete o jogo de interesses existentes na produção do espaço urbano, como aponta Marisco (2003, p.41):

A produção de todo e qualquer instrumento de regulação urbanística traz em seu bojo um jogo de interesses (de classes, econômicos, políticos e ideológicos) [...]. Os instrumentos são documentos que refletem as lutas e as contradições de uma sociedade de classes, portanto contraditória. Seu conteúdo reflete essas lutas e contradições.

Dessa forma, resultado de um jogo de interesses dos diferentes grupos ou classes sociais, a legislação urbanística poderá tanto minimizar ou extinguir os processos de segregação socioespacial e exclusão social, como também acentuar ainda mais estes processos, e entendemos ser o que prevalece no desenvolvimento da urbanização brasileira, como a mesma autora aponta:

No caso brasileiro, o urbanismo conservador consolidou uma forma de fazer e pensar a cidade onde os mecanismos e os instrumentos de planejamento legitimaram práticas segregativas e excludentes, uma vez que há um nítido jogo de interesses na gestão das cidades, beneficiando parcelas do território para determinados segmentos de classe. (MARISCO, 2003, p.11)

Nesse mesmo sentido, ao analisar a questão do zoneamento nas cidades brasileiras, Maricato (2000, p.177) afirma que este “tem contribuído para restringir o mercado e, portanto, o acesso à moradia, por meio de padrões segregadores ou distinguidores” e que:

No Brasil, as críticas já desenvolvidas sobre a legislação urbanística e do zoneamento e sua aplicação permitem chegar a algumas conclusões:

- 1) ela está bastante descaracterizada, com grande parte das edificações e seu uso, fora da lei;
- 2) dificulta a ampliação do mercado privado em direção às camadas de mais baixa renda;
- 3) desconsidera a questão ambiental;
- 4) é de difícil compreensão e aplicação;
- 5) ignora as potencialidades dadas pelos arranjos locais ou informais, e, finalmente;
- 6) contribui com a segregação e a ilegalidade.(MARICATO, 2001, p.114)

Isso nos leva a concordar com Kowarick (2000, p.54) ao afirmar que:

Irregularidade, ilegalidade ou clandestinidade em face de um ordenamento jurídico-institucional que, ao desconhecer a realidade socioeconômica da maioria, nega o acesso a

benefícios básicos para a vida na cidade. Não se trata apenas do inconsciente perverso de tecnocratas bem-intencionados. Trata-se de um processo político que produz uma concepção de ordem estreita e excludente e, ao fazê-lo, decreta uma vasta condição de subcidadania urbana.

É interessante notar, ainda, que a legislação urbanística acaba por se aplicar apenas a cidade dos ricos, a cidade ideal e não a cidade real, pois, em alguns casos, como aponta Maricato (2001, p.39) a cidade legal, dentro das normas e da legislação torna-se a exceção e a cidade ilegal ou irregular torna-se a regra porque a maior parte da população mora fora dos padrões exigidos pela legislação, principalmente nas cidades de regiões metropolitanas.

Isso, além de acirrar os processos de segregação e de exclusão, acaba por atender aos interesses do mercado imobiliário, pois sua existência, ao desvalorizar determinadas áreas, ao mesmo tempo valoriza as áreas da cidade legal.

4.2.4 – O planejamento urbano

Por fim a quarta forma de atuação do Poder Público Municipal nos processos de segregação socioespacial e exclusão social se dá através do planejamento urbano, que jamais se configuram como neutras e cujo objetivo seria o desenvolvimento urbano que se define numa melhoria das condições de vida e na justiça social para toda a população, o que é difícil em uma sociedade de classes com diferentes interesses, como aponta Souza (2002, p.86–87):

O objetivo do planejamento, nos marcos de uma ética comunicativa crítica, não é o 'equilíbrio' (idéia sempre artificial e ideológica em uma sociedade de classes) e a conciliação de interesses a todo custo, mas a promoção de maior justiça social (e de melhor qualidade de vida nos marcos da justiça social), sobre a base da explicitação dos conflitos latentes e do estímulo ao diálogo racional, buscando evitar, com isso, o recurso à violência.

No entanto, o que se observa no Brasil é um planejamento urbano que se configura como um planejamento passivo ou privatista, entendido como um planejamento feito de forma equivocada, servindo a interesses de alguns poucos, inclusive do mercado imobiliário e não aos interesses de toda a população, garantindo uma equalização de acesso aos bens públicos, bem como à qualidade de vida de toda população, como o planejamento deve ser, apontado pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 182 e que portanto, promove e acentua os processos de segregação socioespacial e exclusão social, pois como afirma Preteceille (2004, p.18)

Quanto às práticas das políticas públicas, em relação à segregação e à exclusão, parece importante observar que elas praticamente nunca buscaram reduzir a segregação residencial e a exclusão social nas cidades; o paradigma organizador das políticas públicas foi de reduzir as conseqüências desiguais [...]²⁰

Assim, nessas quatro formas, o Poder Público Municipal atua como agente ativo e fundamental dos processos segregativos e excludentes, contribuindo para a sua manutenção e ampliação.

4.3 – A interrelação mercado imobiliário e poder público

Devemos ainda ressaltar a importância da interrelação entre os dois agentes que ora apontamos na promoção, manutenção e aumento dos processos de segregação socioespacial e exclusão social, ou seja, mercado imobiliário e Poder Público Municipal não atuam sozinhos ou em separado, mas, pelo contrário os dois agentes se complementam, quando não se confundem ou se tornam parceiros de um mesmo empreendimento, como analisa Smolka (1987).

Nesse sentido, Maricato avança, apontando para o seguinte:

Existe [...] uma correlação entre mercado e gestão pública urbana. Mas essa relação vai mais longe. O mercado imobiliário controla os investimentos públicos urbanos que são o fator mais importante de valorização imobiliária. Isso justifica e explica a sofisticação dos *lobies* existentes sobre a orientação dos investimentos públicos no processo de urbanização. (MARICATO, 2001, p.43).

Um dos exemplos dessa atuação em conjunto entre mercado imobiliário e Poder Público, pode ser tanto uma falta de legislação rígida ou específica para o controle da proliferação dos já citados loteamentos ou condomínios fechados, ou ainda a implantação de loteamentos populares em áreas inadequadas ao desenvolvimento urbano, como também a negligência ou a falta de capacidade de fiscalização e controle sobre a produção da cidade e do espaço urbano como um todo.

Essa associação entre o Poder Público Municipal e o mercado imobiliário, da qual o primeiro também participa gera um planejamento e uma gestão urbanos pouco democráticos, como afirma Souza (2002), que procura sempre privilegiar os interesses uma pequena parcela da população, em detrimento de melhores condições de vida para a grande maioria da população

²⁰ Grifos nosso.

Dessa forma, podemos concordar que:

[...] a segregação social e espacial e a exclusão social daí resultante, passa a ser entendida não como um mero subproduto, mas como parte de uma explicação mais ampla sobre as interrelações entre a estruturação urbana e os próprios agentes responsáveis por este processo. (SMOLKA, 1987, p.78).²¹

Portanto, necessita-se de mudanças, e condições devem existir, pois os ideais de uma cidade mais igual e a “utopia de uma cidade justa [...] é fundamental” (VAINER, 1998, p.44) e que:

Práticas que incorporam uma leitura do espaço urbano – que reconhecem-no como território de disputas, desequilíbrios e desigualdades, e pressupõem o estado como agente mediador dos conflitos e promotor de inclusão social e espacial – demonstram que há espaços para reformas no campo da regulação urbanística, com efeitos democratizantes concretos sobre os mercados de terras, a legalidade e a cidadania (CYMBALISTA, 1999, p.91).

Dessa forma, ao apontarmos para a necessidade de mudanças que levem a minimização ou diminuição ou mesmo a extinção dos processos segregativos e excludentes nas cidades brasileiras, dentro de uma lógica de maior justiça social e diminuição das desigualdades sociais, entendemos serem necessárias a elaboração de políticas públicas consistentes e que, para isso, faz-se interessante a elaboração de indicadores sociais na escala intraurbana que possam configurar como que neste espaço esses processos se espacializam, se materializam e permitam, posteriormente, proporcionar melhorias para sua população em suas múltiplas dimensões.

E é isso que nos propomos a seguir, na segunda parte deste trabalho.

²¹ Grifos nosso.

PARTE 2

OS INDICADORES DE DESIGUALDADE INTRAURBANA: ELABORAÇÃO E ANÁLISE

Procuramos anteriormente, na primeira parte do trabalho, desvendar e analisar os conceitos de segregação socioespacial e exclusão social. Tais conceitos foram caracterizados como processos estruturais e históricos, acentuados sob o modo capitalista de produção e que são fundamentais na estruturação do espaço intraurbano das cidades brasileiras, que cada vez mais se apresentam desiguais e proporcionam possibilidades diferenciadas de acesso aos benefícios da urbanização às diferentes classes sociais. Por causa disto, as cidades brasileiras apresentam um território fragmentado e dividido, no qual o lugar de cada um é determinado pela sua classe ou condição social.

Assim, procuramos mostrar que ambos os conceitos/processos, intrínsecos e fundamentais ao modo capitalista de produção, resultantes das desigualdades sociais e da pobreza que se complexificam e se acirram nos últimos anos, caracterizam-se a partir de deficiências ou carências de múltiplas dimensões: habitacionais, socioculturais, econômicas, políticas, sociais, das representações sociais, espaciais, etc., e que tem sua principal concentração e configuração na paisagem e no espaço intraurbano, principalmente nas cidades brasileiras.

Portanto, seguindo a tradição dos estudos geográficos, procuraremos neste trabalho realizar um percurso de territorializar os indicadores sociais de desigualdade intraurbana, a partir de um estudo de caso específico de uma cidade média do interior paulista, que possa caracterizar, diferenciar e distinguir áreas ou lugares segundo a composição socioeconômica das diferentes classes sociais que neles habitam. Buscaremos, assim, a compreensão de como se configuram neste espaço intraurbano os processos de segregação socioespacial e exclusão social, pois:

O território também representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder. É no território que as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços se apresentam.

Dessa forma, o direito a ter direito é expresso ou negado, abnegado ou reivindicado a partir de lugares concretos... (KOGA, 2003, p.33)

Entendemos assim, ser fundamental considerar os espaços intraurbanos das cidades brasileiras nas análises dos conceitos de segregação socioespacial e exclusão social, principalmente no que tange às suas crescentes desigualdades. Procuraremos, portanto, desvendar uma realidade socioespacial que cada vez mais se diferencia e se torna característica da estruturação destes mesmos espaços urbanos e na configuração dos processos ora abordados, aumentando as condições de desigualdade social e pobreza, bem como a distância entre as diferentes classes sociais.

Desvendando como as classes sociais se distribuem e se territorializam no espaço intraurbano, encontraremos também os territórios da segregação e da exclusão, bem como a materialização no espaço das ações promovidas pelo poder público municipal e pelo mercado imobiliário que, como apontamos anteriormente, são dois mais importantes agentes dos processos de segregação socioespacial e de exclusão social.

Notamos, portanto, que considerar os diferentes territórios intraurbanos na análise dos processos de segregação socioespacial e exclusão social, tornam-se essenciais na medida em que este componente territorial nunca teve a importância e a relevância necessárias, como aponta Santos (1987) e ainda é no território e nos lugares concretos que a vida em sociedade se reproduz e onde o exercício da cidadania se concretiza e, também, onde a formulação de políticas públicas transformadoras e revolucionárias devem ter como referência.

Assim, tendemos a concordar com Sposito et.alli. (2000, p.21) que, ao analisar Santos (1987), afirmam que:

[...] as “*revelações do espaço*” permitem que se perceba e que se entenda uma contradição que é básica. Ao mesmo tempo que o processo de produção do espaço conduz a situação de alienação, de “*socialização invertida*”, dividindo os homens conforme suas “*capacidades de usar o território*”, a cidade, com todas as suas possibilidades e multidimensionalidades, pode conduzir um aumento nos graus de consciência. Portanto, a desalienação e a reconstrução da cidadania (no caso brasileiro, a sua apropriação) se associam necessariamente ao “*direito ao entorno*”, traduzidos nos direitos de (locais de) trabalho, terra, moradia, serviços públicos, espaços públicos, natureza, patrimônio histórico, cultural etc. O componente territorial é, dessa forma, fundamental para o entendimento dos contextos de desigualdade (de distribuição dos fixos, dos serviços, da informação, de acesso aos mercados etc.).

Para Santos(1987), a promoção da consciência e da pauta de direitos da cidadania, etapa necessária à construção de um “*discurso territorial cidadão*”, passa pela qualificação e socialização da informação, pela “*publicização dos fixos*” e por “*ações de âmbito territorial*” não-mercantis, isto é, que incluam os lugares (e os homens) em “*redes*” que não sejam mediadas exclusivamente pela lógica mercantil. A possibilidade de cidadania depende, em grande medida, do território. Os

caminhos e possibilidades de enxergar o futuro e apresentar soluções, estão invariavelmente ligados a este ensinamento de Santos (1987).¹⁹

Ressaltamos ainda, que ao desvendarmos esse território intraurbano desigual e fragmentado, criamos a possibilidade do (re)conhecimento deste espaço por parte de toda a população que não estuda e não conhece a geografia da sua cidade (SPOSATI, 2000, p.03), gerando condições de sua efetiva participação e exercício de sua cidadania na luta por um “lugar melhor” e nas reivindicações por políticas públicas necessárias às melhorias nas condições de vida.

É nesse sentido que entendemos que o (re)conhecimento do território e do espaço intraurbano se torna fundamental tanto na caracterização e configuração dos conceitos/processos de segregação socioespacial e exclusão social, quanto nas possibilidades de minimização e extinção dos processos que possam ser geradoras de mudanças e transformações na realidade socioespacial das cidades brasileiras.

Assim sendo, o desafio é compreender e atuar sobre os novos significados da vida urbana e dos processos geradores da segregação socioespacial e da exclusão social nas cidades brasileiras, revertendo-os a partir das lutas sociais e de políticas públicas comprometidas com a cidade e com o cidadão. Para isto, faz-se necessário o desvendamento das realidades socioespaciais locais, remetendo-nos à importância do componente territorial na análise dos processos segregativos e excludentes na escala intraurbana, pois:

O fato é que à medida que vão sendo considerados os territórios locais, as desigualdades internas se tornam mais visíveis e gritantes. Este movimento da lente passando de um território mais amplo até chegar no município significa um exercício metodológico importante no debate sobre políticas públicas justamente no que se refere ao estatuto dos padrões de inclusão social que a sociedade brasileira almeja, sem desconsiderar as realidades locais e suas desigualdades internas. (KOGA, 2003, p.72)

Assim, para o reconhecimento e o desvendamento dessa realidade socioespacial intraurbana desigual torna-se necessário a elaboração e análise de indicadores socioespaciais de desigualdade intraurbana que reflitam como os processos de segregação socioespacial e exclusão social se espacializam e se territorializam na escala intraurbana, pois como apontamos, é nela que a vida cotidiana acontece e onde as relações sociais se desenvolvem.

¹⁹ Grifos nosso.

Portanto, é isso que nos propomos a realizar neste momento, na segunda parte deste trabalho: a elaboração e análise de indicadores socioespaciais de desigualdade intraurbana que possibilitem revelar e desvendar determinadas realidades e medir o grau em que nelas se apresentam os processos de segregação socioespacial e exclusão social, tendo como referência fundamental e ponto de partida os trabalhos realizados junto ao Projeto de Políticas Públicas desenvolvido pelo SIMESPP (Sistema de Informação de Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas), e utilizando como exemplo para aplicação desta metodologia uma cidade média do interior paulista, qual seja: São José do Rio Preto.

Dessa forma, a seguir procuraremos resgatar as discussões desenvolvidas no interior do SIMESPP acerca dos indicadores sociais de desigualdade intraurbana, bem como uma análise da bibliografia sobre o tema e que possam nos esclarecer o caminho a ser percorrido e quais indicadores podemos selecionar.

CAPÍTULO 5 – ANALISANDO OS INDICADORES DE DESIGUALDADE INTRAURBANA

Entendemos que os indicadores de desigualdade intraurbana, sejam eles, econômicos, sociais ou geográficos, podem ser elaborados e definidos a partir daquilo que entendemos como sendo indicadores sociais, definido por Januzzi (2001, p.14) como:

uma medida em geral qualitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

[...] é importante ressaltar que os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem aprofundamento das investigações acadêmicas sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais.

Sabóia (2001, p.44) aponta ser nos Estados Unidos, a partir de estudos da NASA, no final da década de 1960, sobre os efeitos sociais dos programas de pesquisas espaciais o “ponta pé” inicial para o surgimento e a produção dos indicadores sociais em todo o mundo.

Assim, da mesma forma que a exclusão social, as discussões sobre os indicadores sociais surgem primeiramente no âmbito político/institucional, ou seja, longe do debate acadêmico, e começaram a se destacar a partir da década de 1960, com a elaboração de diversos instrumentos de mensuração do bem-estar e de mudanças sociais por parte de várias instituições multilaterais (OCDE, UNESCO, FAO, OIT, OMS, etc.), que perceberam um descompasso entre o desenvolvimento ou crescimento econômico e a melhoria das condições de vida da população nos diferentes países.

Ou seja, o PIB (Produto Interno Bruto) até então utilizado como indicador de desenvolvimento socioeconômico dos países “mostrava-se cada vez menos apropriado como medida representativa do bem-estar social” (Januzzi, 2001, p.13), levando, assim, em todo mundo, a disseminação e a criação de sistemas nacionais de produção de indicadores sociais e estatísticas públicas com a esperança de melhor orientar e avaliar as ações estatais na produção de políticas públicas mais incluídas e que pudessem superar as iniquidades entre desenvolvimento econômico e as condições de vida da população.

No entanto, os indicadores sociais, por diversos fatores, acabaram por cair em descrédito a partir da década de 1970, como aponta Januzzi (2002, p.54).

Porém, o mesmo autor aponta para uma guinada e um novo processo de desenvolvimento na elaboração de indicadores, a partir dos anos 80, com o aprimoramento de novas experiências de formulação e implementação de políticas públicas, principalmente na escala local, de combate à desigualdade e à pobreza, na qual sindicatos, Universidades e centros de pesquisa passam a desenvolver esforços para o aprimoramento conceitual e metodológico de instrumentos de quantificação e qualificação das condições de vida.

Portanto, cada vez mais os indicadores sociais tornam-se indispensáveis para o planejamento e a implementação de políticas públicas e passam a ser elaborados e analisados tanto pelos setores público e privado quanto pela esfera da sociedade civil em busca de garantia por maior transparência e efetividade na gestão dos gastos públicos (Morais e Lima, 2001).

Estes mesmos autores afirmam ainda que:

Os indicadores permitem, ainda, garantir a participação dos diversos grupos de interesse no processo de elaboração, implementação e avaliação de políticas, aumentando a transparência e o controle social dos gastos públicos, comparar a qualidade de vida entre localidades ao longo do tempo ou num mesmo período de tempo; avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade das políticas, planos e programas governamentais, bem como sinalizar oportunidades de investimento para o setor privado. (Morais e Lima, 2001, p.22)²²

Além disso, entendemos que os indicadores sociais podem revelar as desigualdades e os significados da vida urbana, onde os processos segregadores e excludentes são cada vez mais intensos, criando uma cidade e um território urbano fortemente marcados pela exclusão social e pela segregação socioespacial.

Portanto, os indicadores sociais não surgem separados de uma elaboração teórica e conceitual, como procuramos realizar através da discussão dos conceitos de segregação socioespacial e exclusão social, pois como aponta Sabóia (2001, p.45):

[...] a montagem de um sistema de indicadores sociais envolve uma série de decisões metodológicas. A primeira delas é a definição operacional do conceito abstrato ou a temática que se refere ao sistema em elaboração. A partir deste conceito teórico é necessário especificar as suas dimensões e formas de interpretação e abordagem desse sistema. Definindo essas dimensões de investigar, são obtidas estatísticas pertinentes e é possível construir os indicadores e compor um sistema, que

²² Januzzi (2001) faz uma interessante discussão acerca da eficiência, da eficácia e da efetividade dos indicadores sobre políticas públicas.

traduz, em termos mais tangíveis, o conceito abstrato inicialmente selecionado.

Neste sentido, KOGA (2003, p.86) aponta para a necessidade de ao se analisar uma metodologia de construção de indicadores sociais seria necessário desvendar por quais teorias e objetivos ela fora construída, pois “é possível deparar-se com metodologias com forte empenho propositivo e frágeis do ponto de vista intelectual, bem como é possível metodologias com forte embasamento conceitual e proposições reducionistas”.

Januzzi (2002, p.56) chama a atenção ainda para a questão da banalização dos conceitos quando da construção e elaboração dos indicadores, como se estes fossem a expressão exata ou ideal dos conceitos abordados ou mesmo quando primeiro elabora-se os indicadores para posteriormente inferi-lo ou relacioná-lo com um determinado conceito.

Outro apontamento feito pelo mesmo autor com referência a formulação dos indicadores sociais, principalmente na análise das políticas públicas, é a sua suposta isenção de valores ideológicos, como podemos observar a seguir:

A “reificação” da medida em detrimento do conceito tem outro desdobramento muito preocupante sobre o campo da formulação de políticas, que é o de reforçar a tendência de encará-la como isenta de valores ideológicos ou políticos, como se na sua construção não estivessem orientações teóricas e opções metodológicas dos seus proponentes. (JANUZZI, 2002, p.56)

Dessa forma, Januzzi (2002) aponta que:

[...] para a pesquisa acadêmica, o indicador social é, pois, o elo entre os modelos explicativos da teoria social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados. (p.55)
Enfim, um indicador consistente deve estar referido a um modelo teórico ou a um modelo de intervenção social mais geral, em que estejam explicitados as variáveis e categorias analíticas relevantes e o encadeamento causal ou lógico que as relaciona (p.56)

A partir disso, podemos entender que os indicadores de desigualdade intraurbana que nos propomos a elaborar e analisar permitam caracterizar as desigualdades e contradições no espaço intraurbano de cidades médias, bem como definir como que se apresentam e se definem os processos de segregação socioespacial e exclusão social nessas cidades, proporcionando, portanto, elo de ligação entre os conceitos e a realidade empírica, social e espacial.

Devemos, no entanto, nos atentar para os riscos na elaboração e análise desses indicadores de desigualdade intraurbana, pois:

Apesar dos avanços ocorridos na produção e disseminação de indicadores, a qualidade e a representatividade dos dados

ainda deixam muito a desejar, comprometendo a sua confiabilidade e comparabilidade. Há muitos obstáculos a superar, relativos a descontinuidades, atrasos e problemas de cobertura e desagregação dos dados derivados de pesquisas já existentes. Acrescentam-se às dificuldades metodológicas a falta de recursos e a pouca integração entre os órgãos produtores e usuários de informações. (MORAIS e LIMA, 2001, p.22)

Dessa forma, percebemos que o exercício de elaboração de indicadores sociais não é uma tarefa fácil ou simples, principalmente pelo fato de não existir uma teoria formal ou definida que a oriente e também pelo fato de haver poucas fontes de dados e estatísticas confiáveis, tanto no que diz respeito a sua periodicidade quanto na sua confiabilidade.

No entanto, apesar de todas as dificuldades e dos desafios encontrados, o desenvolvimento da elaboração de indicadores sociais vem sendo cada vez mais nos últimos anos impulsionado por diversas instituições, nacionais ou internacionais, seja para auferir o grau de confiabilidade das políticas e dos gastos públicos quanto para medir as melhorias nas condições de vida da população.

Entendemos, portanto, a importância da nossa tentativa de elaboração de indicadores sociais de desigualdade intraurbana que levem em conta as características das realidades urbanas brasileiras, marcadas pela desigualdade e pobreza que acirram os processos de exclusão social e segregação socioespacial e que dessa forma, possam, nesta escala intraurbana, focalizar e destacar os grupos e as regiões das cidades mais vulneráveis para serem alvos de projetos e políticas públicas de inclusão social e espacial pois como apontam Guimarães et. alli. (2003, p.21)

Ao considerarmos ou constituirmos indicadores sociais, pode-se revelar uma fonte rica de análise de uma situação desde que apresentem as características e propriedades adequadas. Neste sentido, os indicadores sociais contribuirão para uma avaliação diagnóstica confiável e nortearão ações e decisões políticas tanto para instituições públicas e privadas como para os movimentos sociais.

Dessa forma, em seguida, procuraremos realizar uma breve discussão acerca das propriedades e características básicas que os indicadores sociais devem apresentar, bem como as possíveis classificações que se apresentam e ainda levantar alguns questionamentos acerca do indicador social mais utilizado atualmente nos debates políticos e acadêmicos qual seja: o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) elaborado e desenvolvido pelo PNUD/ONU, procurando ressaltar suas deficiências e a necessidade da elaboração de indicadores sociais na escala intraurbana, pois entendemos ser nesta escala

onde a vida cotidiana se desenvolve e se materializa e as contradições socioespaciais se concretizam.

5.1 – O IDH e os indicadores de desigualdade intraurbana

Como apontamos anteriormente, a partir da década de 1980, com o desgaste do PIB *per capita* (Produto Interno Bruto) como indicador de desenvolvimento socioeconômico de referência para os países, pois mascarava as desigualdades sociais existentes, a ONU, na busca de desenvolver um indicador social capaz de sintetizar e aferir as condições de vida e o grau de desenvolvimento entre os países, através do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) elabora um índice sintético denominado de IDH.

Assim, o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – seguindo a concepção de desenvolvimento humano do PNUD, que “deveria ser entendido como um processo dinâmico e permanente de ampliação das oportunidades dos indivíduos para a conquista crescentes de bem-estar” (JANUZZI, 2001, p.120) leva em consideração três dimensões consideradas básicas para o desenvolvimento humano, quais sejam: escolaridade da população; longevidade e o PIB *per capita*.

Dessa forma, Januzzi (2001, p.120) aponta o seguinte:

Para avaliar operacionalmente os nível e o progresso do desenvolvimento humano propôs-se o cálculo de um índice – o IDH – construído a partir da aglutinação de indicadores representativos das três dimensões básicas citadas do desenvolvimento humano e para as quais se dispõe de informações com maior regularidade nos diversos países: um indicador composto de nível educacional (computado a partir da taxa de alfabetização de adultos e da taxa de escolarização); a esperança de vida, como medida-síntese das condições de saúde e riscos à morbimortalidade; e o produto interno bruto per capita ajustado segundo técnica específica, de modo a refletir melhor a necessidade de recursos monetários para a compra de bens e serviços indispensáveis à sobrevivência material em cada país.

A partir de 1990, o IDH vem sendo divulgado ano a ano pela ONU através do Relatório de Desenvolvimento Humano e ao mesmo tempo vem sofrendo alterações na metodologia de sua construção de forma a garantir melhorias na sua confiabilidade de comparação entre os diferentes países.

Entretanto, este índice deve ser encarado e analisado com ressalvas, como apontam vários autores.

Morais e Lima (2001) apontam para o fato de que devido às três dimensões consideradas em sua construção apresentarem abrangências muito diversas e serem medidos em diferentes unidades de medida, com diferentes intervalos de variação compromete a sua comparabilidade.

Dessa abrangência diversa apresentada pelos componentes do Índice de Desenvolvimento Humano, Januzzi (2001) aponta para sua dificuldade ou fragilidade em superar as limitações de validade do PIB *per capita* como indicador do nível de desenvolvimento socioeconômico, como o autor afirma ao analisar a posição brasileira em relação a outros países:

[...] o Brasil tem sido classificado nos relatórios com um país pertencente ao grupo de médio desenvolvimento humano [...] contribui para tal resultado o nível comparativamente elevado do PIB *per capita* brasileiro [...]. Considerando os outros dois componentes do IDH, o Brasil exibe cifras típicas de países de nível de desenvolvimento humano mais baixo, como os localizados na Ásia setentrional. Países como México, Cuba e Costa Rica, que têm PIB *per capita* ajustados com valores próximos ao do Brasil, acabam sendo classificados em posições superiores no *ranking* do IDH, pela situação comparativamente melhor do padrão educacional e de saúde. Essas observações ilustram, pois uma relativa fragilidade conceitual (operacional?) do IDH em superar as limitações de validade do PIB *per capita* como indicador do nível de desenvolvimento socioeconômico. Além disso, deve-se observar que, sendo o PIB *per capita* uma variável mais suscetível a variações conjunturais, as alterações do IDH (e da classificação do país entre os demais) podem estar refletindo de forma mais efetiva as mudanças desta componente, e não dos eventuais progressos nas dimensões de educação e saúde. (JANUZZI, 2001, p122-123)

Uma outra ressalva feita ao Índice é com relação a sua característica de não ser um indicador de fácil acesso e compreensão para o público em geral, ou seja, o IDH não apresenta, segundo Sposati (2001, p.51), uma característica pedagógica-política, dificultando seu domínio por parte da população como um todo, ficando restrito seu entendimento aos técnicos governamentais e acadêmicos.

Outra crítica, se assim podemos dizer, com relação ao IDH é com relação ao fato dele representar uma média dos indicadores de condições de vida nele presentes, pois, entendemos ser consenso que as médias mascaram a existência das desigualdades nas realidades socioespaciais de cada país, estado, município, escalas nas quais vem sendo aplicada a metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano. Por isso, “o IDH pode até ser um indicador sensível, mas não é claramente específico a efeitos de políticas sociais” (JANUZZI, 2002, p.69) incluídas e que atuem diretamente na questão da diminuição dos processos de segregação socioespacial e exclusão social.

Assim, é que observamos ao analisar o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil® que, procurando desenvolver a mesma metodologia do IDH, com algumas alterações, para os estados, microrregiões geográficas e municípios brasileiros, a partir do IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), utilizando as médias de diversos indicadores, mascara a realidade social e espacial das cidades, estados e microrregiões, que entendemos serem marcadas por extremas desigualdades internas e externas, principalmente quando analisadas através dos processos de segregação socioespacial e exclusão social, marcas registradas das cidades brasileiras.

Portanto, como poderemos observar nos quadros e tabelas a seguir, iremos observar uma realidade um pouco escamoteada, em nosso ponto de vista, quando analisamos os indicadores ou estatísticas de algumas cidades médias²³ do interior paulista com relação aos dados da metrópole paulistana, do estado de São Paulo como um todo e do Brasil, obtidos junto ao Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil®.

Assim, selecionamos alguns dados que entendemos serem os mais abrangentes possíveis e representarem os componentes utilizados na composição do IDH, como informações sobre educação, longevidade e renda, além de informações mais amplas em relação aos domicílios e a apresentação de outros índices complementares, que possam demonstrar o perfil das cidades a partir do IDH-M.

Tabela 01
Demografia: Taxa de Urbanização e População Total
2000

Município	Taxa de Urbanização (%)	População
São José do Rio Preto	94,08	358.523
Marília	96,14	197.342
Presidente Prudente	97,91	189.186
Araçatuba	97,16	169.254
Bauru	98,22	316.064
São Paulo	94,05	10,5 mi.
SP (estado)	93,41	
Brasil		

Fonte: IPEA – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Na Tabela 01, apenas para exemplo de apresentação dos municípios a serem observados, procuramos demonstrar a taxa de urbanização e a população dos mesmos, ressaltando, que a escolha por estes municípios se deu pela sua posição geográfica em relação á capital do Estado, ou seja, na porção mais ao Oeste do Estado e distantes mais de 300 km da capital, bem como por serem cidades médias analisadas em estudo recente pelo SIMESPP, com a elaboração do mapa de exclusão social em cada município.

²³ Posteriormente iremos realizar uma sucinta discussão acerca daquilo que entendemos por cidades médias.

Observamos que a taxa de urbanização de todos eles são superiores às do Estado de São Paulo e do Brasil, representando uma realidade de todas as cidades médias do interior paulista.

Com relação à população, entendendo ser desnecessário uma comparação com a capital paulista, o estado e o país, apesar de uma disparidade entre os municípios de São José do Rio Preto e Bauru em relação aos demais, entendemos que suas características como cidades médias são as mesmas, não significando que a população maior represente dinâmicas sociais, espaciais e econômicas muito diferentes umas das outras.

Tabela 02

Escolaridade: Precariedade na escolarização e crianças e jovens na escola 2000

Município	Adultos com mais de 25 anos de idade e menos de 08 anos de estudos (%)	Analfabetos adultos com mais de 25 anos de idade (%)	Crianças de 07 a 14 anos freqüentando a escola (%)	Jovens de 14 a 17 anos freqüentando a escola (%)
São José do Rio Preto	52,1	6,6	98,2	86,6
Marília	54,5	8,4	98	85,6
Presidente Prudente	51,2	7,8	98,6	86,6
Araçatuba	52,9	7,9	98	86,1
Bauru	50,4	6,6	97,1	82,6
São Paulo	46,9	5,62	96,43	84,27
SP (estado)	56,8	7,9	96,8	82,5
Brasil	63,7	16,04	89,82	77,72

Fonte: IPEA – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Apresentamos na Tabela 02 indicadores referentes aos dados escolares da população adulta, crianças e jovens em idade escolar.

Em relação à população adulta com baixa escolaridade percebemos um percentual elevado, acima de 50% em quase todos os casos, com exceção ao município de São Paulo (46,9%), representando uma característica nacional de uma população pouco instruída, com a maioria da população adulta não tendo completado o ensino fundamental. Porém, notamos que todos os municípios analisados possuem percentuais menos elevados que as taxas apresentadas pela média estadual e nacional, representando, portanto, melhores situações de educação na escala municipal. Isso se confirma a partir dos outros índices, principalmente pelo percentual de adultos analfabetos, com todos os municípios apresentando médias melhores e inferiores a metade (exceto Marília com 8,4%) que a média nacional, com uma população adulta analfabeta perfazendo 16,04%.

Nos outros dois índices também notamos condições melhores de acesso e freqüência à escola e à educação por crianças e jovens em idade escolar nos municípios em relação às médias nacionais e estaduais. Destacamos ainda o caso da metrópole paulistana, com percentuais inferiores nestes dois indicadores de freqüência escolar em

relação a maioria dos outros municípios, mas possui menores percentuais de analfabetismo entre adultos e da população adulta com mais de 25 anos de idade e poucos anos de estudos.

Refletindo estas mesmas características em relação à escolaridade da população e acesso à educação e a escola, a Tabela 03 apresenta três indicadores interessantes sobre os graus de escolaridade da população adulta.

Tabela 03
Escolaridade: Nível de escolaridade
2000

Municípios	Média de anos de estudos adultos com mais de 25 anos de idade	Pessoas com 25 anos ou mais de idade com 12 anos ou mais de estudos (%)	Pessoas com 25 anos ou mais de idade frequentando ensino superior (%)
São José do Rio Preto	7,3	16,3	2,1
Marília	7	15,1	2,1
Presidente Prudente	7,5	17,3	2,3
Araçatuba	7,2	15,4	2
Bauru	7,5	16,6	2,1
São Paulo	7,8	18,6	2,2
SP (estado)	6,9	13,1	1,6
Brasil	5,8	9,3	1,5

Fonte: IPEA – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Notamos, assim, que as médias de todos os municípios selecionados apresentam-se em todos os casos sempre melhores e superiores às médias nacional e estadual, porém, sendo sempre inferior (exceto o município de Presidente Prudente, com percentual mais elevado em relação às pessoas freqüentando o ensino superior), à média do município de São Paulo, resultado da centralização financeira e da maior concentração de mão de obra mais qualificada na capital paulista.

Os índices que caracterizam a vulnerabilidade da população pode ser outro indicador que podemos utilizar como exemplo para confirmar as “melhores condições de vida” nas cidades médias do interior paulista em relação ao estado de São Paulo como um todo e ao país em geral, como podemos observar na análise da Tabela 04.

Tabela 04**Vulnerabilidade por mortalidade infantil e Esperança de vida ao nascer 2000**

Município	Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)*	Esperança de vida ao nascer
São José do Rio Preto	15,7	71,3
Marília	15,6	71,4
Presidente Prudente	11,8	73,6
Araçatuba	10,3	74,5
Bauru	17,3	70,5
São Paulo	21,7	70,7
SP (estado)	17,5	71,2
Brasil	30,57	68,61

Fonte: IPEA – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

* Crianças até 1 ano de vida

Observamos na Tabela 04 índices de mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer representando as condições de vulnerabilidade que estão sujeitas a população.

Notamos, como em todos os indicadores de escolaridade, uma situação melhor nos municípios analisados em relação aos percentuais do estado de São Paulo e do Brasil e também com relação ao município de São Paulo, sendo exceção a esperança de vida ao nascer por parte de Bauru, com taxa inferior (70,7 para o primeiro e 70,5 para Bauru).

Destacamos aqui o município de Araçatuba, com os melhores indicadores nos dois temas, o que pode refletir em sua melhor posição no IDH-M perante os outros municípios analisados, como apontaremos mais adiante.

Tabela 05**Distribuição de renda, Renda Média *per capita* e índices de indigência e pobreza 1991/2000**

Município	renda média <i>per capita</i>	Pobres (%)*	Indigentes (%)*	gini	40% mais pobres (% renda total)	10% mais ricos (% renda total)
São José do Rio Preto	419/512	8,1	2,96	0,56	10,2	60,5
Marília	357/421	11,5	3,73	0,57	10,1	61,4
Presidente Prudente	370/483	12	4,16	0,59	9,1	63,8
Araçatuba	347/503	11,3	3,52	0,63	8,4	67,8
Bauru	376/500	10,4	4,18	0,59	9,1	68,2
São Paulo	536/610	12,06	5,6	0,62	7,38	49,21
SP (estado)	383/443	14,4	5,9	0,59	8,7	63,5
Brasil	230/297	32,75	16,32	0,65	6,36	52,36

Fonte: IPEA – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

* Apenas pessoas residentes em domicílios particulares permanentes

Na Tabela 05 observamos os indicadores relativos a renda da população residentes em domicílios particulares permanentes, ou seja, não estão incluídos a população que mais sofre com os processos segregativos e excludentes: os moradores de rua e a população dos domicílios improvisados.

Primeiramente, devemos destacar uma elevação da renda média *per capita* significativa em todos os municípios entre os anos de 1991 e 2000, além do estado de São Paulo e do Brasil, com maior destaque para o município de Araçatuba, com um aumento da renda de aproximadamente 45% no período e o município de São Paulo apresentando o menor crescimento, de apenas 14%.

Percebemos ainda, que além de São Paulo, os municípios de São José do Rio Preto, com aumento da renda de 22%, Marília, 18% de aumento e o estado de São Paulo com 16% apresentaram crescimento da renda média *per capita* menores que o Brasil, que atingiu um crescimento de aproximadamente 23% no período.

Já os municípios de Bauru e Presidente Prudente tiveram um incremento na renda média *per capita* superior ao Brasil, com 33% e 30% de aumento, respectivamente.

No entanto, todos os municípios se encontram com a renda média *per capita* muito superior à média nacional e estadual, mas inferior a média da capital do estado.

Isso ocorre em todos os outros índices, com os municípios sempre apresentando-se em situações melhores que a média nacional e estadual. Excetua-se aqui o indicador de percentual da renda obtida pelos 10% mais ricos da população, cujo percentual do país (52,36%) é superior apenas ao do município de São Paulo, com 49,21% da renda total sendo obtida pela parcela da população mais rica.

Neste indicador destacamos o município de São José do Rio Preto, que apresenta a segunda maior renda média *per capita* (512), ficando atrás apenas de São Paulo (610); apresenta os menores percentuais de pobres (8,1%) e indigentes (2,96%); tem a melhor distribuição de renda, com o índice de Gini de 0,56; os 40% mais pobres da população adquirem o maior percentual da renda total (10,2%) em relação aos outros municípios analisados e em relação ao estado e ao país e; a percentual da renda obtida pelos 10% mais ricos da população (60,5%) é superior apenas ao percentual do Brasil (52,36%) e São Paulo (49,21%).

Tabela 06**Habitação* (%) – serviços urbanos, aparelhos domésticos e condições do domicílio 2000**

Município	Banheiro e água encanada	Energia elétrica	Coleta lixo**	geladeira	TV	Telefone	Computador	Domicílios subnormais	Domicílios +2 pessoas dormitório
São José do Rio Preto	98,16	99,9	99,7	98,8	97,2	71,1	19,2	0	11,7
Marília	97,8	99,8	98,2	98,1	96,7	55,9	15,8	1,75	12,36
Presidente Prudente	97,46	99,8	98,8	98,3	96,7	77	17,9	0	10,22
Araçatuba	98,71	99,7	98,8	98,8	97,1	67,7	15,5	0,09	11,01
Bauru	97,99	99,7	98,3	97,9	96	66,7	20,3	1,96	14,02
São Paulo	96,59	99,91	99,33	97,92	97,55	66,29	25,70	8,76	218,64
SP (estado)	96,6	99,7	98,8	96,8	95,8	56,3	18	5,63	24,82
Brasil	76,97	93,48	91,16	81,93	86,02	37,4	10,27	3,81	21,5

Fonte: IPEA – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

* Percentual de pessoas que vivem em domicílios que possuem:

** Apenas domicílios urbanos

Acima, na Tabela 06 apresentamos os indicadores referentes as condições da habitação, num total de 09 temas.

Numa análise sucinta da tabela confirmamos novamente o que vem ocorrendo com todos os indicadores abordados na análise do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: as cidades médias do interior paulista analisadas apresentam, na maioria dos indicadores e temas, índices e percentuais revelando melhores condições que a situação nacional e estadual e, em alguns casos, níveis melhores que a metrópole paulistana.

Notamos um elevado percentual (próximo dos 100%) em todos os municípios e no estado de São Paulo nos indicadores referentes ao saneamento (banheiro e água encanada e coleta de lixo), bem como acesso à energia elétrica, revelando uma melhor situação que a média nacional, principalmente na questão de domicílios com banheiro e água encanada, cujo percentual no Brasil atinge apenas 76,97% da população

O mesmo ocorre no percentual da população em domicílios com a presença de eletrodomésticos, como geladeira e televisão, com o estado paulista e os municípios apresentando índices superiores a 95%, ao contrário do percentual nacional, que apresenta uma média de 81,93% da população em domicílios com geladeira e 86,02% com televisão.

Já o percentual da população moradora em domicílios com telefone e computador é bem menor que o percentual dos outros eletrodomésticos, mas apresenta, também, uma grande disparidade entre a média nacional e os municípios analisados e a média do estado de São Paulo, cujos índices com relação ao acesso ao telefone são superiores a 55% e a média nacional não ultrapassa os 37,4%.

Com relação ao percentual da população residente em domicílios com a presença de computadores, temos níveis ainda muitos baixos, demonstrando que este bem

de consumo ainda não se popularizou e é de acesso restrito a um percentual muito pequeno da população em geral, com a média nacional atingindo apenas 10,27% da população. Destaca-se o grande percentual do município de São Paulo, com 25% da população residindo em moradias com acesso ao computador.

São José do Rio Preto e Presidente Prudente destacam-se em relação aos domicílios improvisados, com 0% da população residindo neste tipo de habitação, refletindo a inexistência destes durante a realização da pesquisa. Já na outra ponta da tabela, o município e o estado de São Paulo apresentam, respectivamente, 8,76% e 5,63%, índices maiores que a média do Brasil, que é de 3,81%, superiores aos dos outros municípios abordados.

As mesmas características do percentual da população em domicílios subnormais ocorrem com o percentual da população residente em domicílios com mais de duas pessoas por dormitório, com o estado de São Paulo e a metrópole paulistana com os piores índices, respectivamente, 24,82% e 28,64%, seguidos da média do país (21,5%) e os melhores percentuais atingidos pelas cidades de Presidente Prudente (10,22%) e Araçatuba (11,01%).

Novamente, como analisado na Tabela 05, o município a ser destacado é São José do Rio Preto, que possui os melhores percentuais nos seguintes temas: banheiro e água encanada (98,16%); energia elétrica (99,9%); coleta de lixo (99,7%); geladeira (98,8%); telefone (71,1%) e; domicílios subnormais (0%). Apresenta, ainda, o segundo melhor percentual com relação à população em domicílios com televisão (97,2%) e o terceiro nos outros dois indicadores, computador (19%) e domicílios com mais de duas pessoas por dormitório (11,7%).

Resultando de todos estes indicadores apresentados nas tabelas de 01 a 06, refletindo, em quase todos eles, realidades e condições de vida melhores em relação às médias do estado e do país, na tabela 07, apresentamos uma síntese final do Atlas do Desenvolvimento Humano, com os dados do IDH-M e de seus indicadores componentes para cada um dos municípios.

Assim, ao analisarmos a tabela, confirmamos aquilo que vínhamos constatando durante a análise dos outros indicadores, ou seja, todos os municípios analisados possuem percentuais médios superiores e melhores que os apresentados pela realidade brasileira em geral.

Todos os municípios e o estado de São Paulo apresentam IDH-M superior ao índice sintético de 0,8, enquanto o índice atingido pela média nacional é de 0,766.

Educação apresenta-se como componente melhor avaliado no geral, com índice superior a 0,9, exceto para o país, com índice igual a 0,849, seguidas pela renda e longevidade recebendo o menor índice.

Assim, como classificação final dos municípios a partir do IDH-M desenvolvido pelo IPEA, na elaboração do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, temos a seguinte ordem: Araçatuba (0,848), Presidente Prudente (0,846), São Paulo (0,841), São José do Rio Preto (0,834), Bauru (0,825) e Marília (0,821). Índices, estes, portanto, melhores que os índices do estado de São Paulo (0,820) e do Brasil (0,766).

Tabela 07

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal: indicadores 2000

Município	IDHm	Educação	Renda	Longevidade	posição Estado de SP/Brasil
São José do Rio Preto	0,834	0,916	0,814	0,772	25/95
Marília	0,821	0,908	0,782	0,773	58/212
Presidente Prudente	0,846	0,924	0,804	0,81	14/43
Araçatuba	0,848	0,909	0,811	0,825	12/38
Bauru	0,825	0,908	0,81	0,758	47/175
São Paulo	0,841	0,919	0,843	0,761	17/63
SP (estado)	0,820	0,901	0,790	0,770	3
Brasil	0,766	0,849	0,723	0,727	Xxx

Fonte: IPEA – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

No entanto, apesar destas características apresentadas nas tabelas anteriores e a síntese final na tabela 07, demonstrando situações ou melhores condições de vida nas cidades médias e na capital do estado em relação ao estado e ao país, devemos ressaltar que a construção do IDH trata-se apenas de um índice sintético, com a aglutinação de três indicadores relacionados às áreas de saúde, educação e renda, apresentando uma suposta capacidade de síntese de analisar e avaliar as situações de bem-estar, condições de vida ou nível socioeconômico de diversos grupos sociais em várias escalas espaciais, como apresenta Januzzi (2001, p.22), apontando que:

Contudo, vale acrescentar que esta operação de sintetização da informação social costuma incorrer em perda crescente da proximidade entre conceito e medida de transparência para seus potenciais usuários.

Outra questão que deve novamente ser explicitada é que na metodologia implementada na elaboração do IDH, trata-se apenas das médias municipais, estaduais e nacionais e como sabemos, indicadores sociais que levem em conta as médias não dão conta das relações de segregação e exclusão com inclusão espacial e social (SPOSATI, 2001, p.50).

Apesar dessas críticas e ressalvas, no entanto:

[...] não invalidam o uso do IDH como medida-síntese de bem-estar, mas servem para apontar suas limitações e falta de

especificidade para retratar avanços e retrocessos de certas políticas sociais. Na realidade, ademais da compilação das estatísticas e análises trazidas juntamente com as estimativas do IDH, sua divulgação pela imprensa cria a oportunidade de retomar periodicamente, nos círculos diplomáticos, políticos e acadêmicos, a temática da pobreza, da exclusão e da desigualdade [...] (JANUZZI, 2002, p.69)

Ainda no sentido da relevância e da importância apresentada pelo IDH, apesar de suas ressalvas, “é possível que a metodologia do IDH municipal, mais elaborada e, ao mesmo tempo mais desagregada espacialmente, apresente indicativos mais condizentes com as realidades vividas pelos diferentes municípios brasileiros” (KOGA, 2003, p.99). Afinal, como vimos na primeira parte deste trabalho, a desigualdade intraurbana é uma característica da cidade capitalista em geral, e nas cidades brasileiras, em particular.

A partir disso, portanto, um novo desafio na construção dos indicadores sociais se apresenta: a elaboração de um sistema de indicadores sociais que nos permita compreender as dinâmicas das desigualdades sociais e espaciais que acentuam os processos de segregação socioespacial e exclusão social nas cidades brasileiras, a partir da desagregação territorial do espaço intraurbano, ou seja, indicadores ou “medidas que partem das diferenças e desigualdades das cidades para compreender a sua totalidade” (KOGA, 2003, p.81).

Dessa forma, a seguir, procuraremos apresentar a discussão da elaboração e análise de um sistema de indicadores sociais de desigualdade intraurbana para cidades médias que nos permitam desvendar e retratar as dinâmicas territoriais dos processos de segregação socioespacial e exclusão social, pois são nos territórios intraurbanos que a vida é celebrada e também conflitos se acirram e onde podem surgir as possibilidades de transformação e mudanças.

CAPÍTULO 6 – A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA DE INDICADORES SOCIAIS DE DESIGUALDADE INTRAURBANA

Após a discussão acima desenvolvida acerca dos indicadores sociais, na qual procuramos esclarecer sua validade como instrumentos importantes no auxílio da formulação e análise de políticas públicas inclusivas, por ser um recurso metodológico que informa os vários aspectos da realidade empírica, balizados numa fundamentação teórico-conceitual, entendemos que a discussão a seu respeito, com todos os avanços ocorridos na sua elaboração e disseminação, apresenta, ainda muitas questões por resolver, principalmente em relação ao:

1. estabelecimento de um marco teórico-conceitual adequado aos indicadores intraurbanos;
2. produção de informações e armazenamento e atualização dos dados;
3. publicização dos indicadores de forma democrática; dentre outras que poderíamos apontar.

Dessa forma, uma informação necessária e importante ao propormos a elaboração de um sistema de indicadores sociais de desigualdade intraurbana é esclarecer que a fonte de dados e informações mais confiável nesse nível de desagregação espacial é o censo demográfico, realizado a cada dez anos, ou seja, apresenta uma defasagem em sua atualização.

Apesar das dificuldades apontadas, propomos a elaboração de um sistema de indicadores, pois concordamos com Januzzi (2001, p.17) quando afirma que o “espaço social requer um sistema de indicadores, referidos a múltiplas dimensões, para caracterizar um fenômeno social”, como entendemos ser o caso de analisarmos as realidades intraurbanas no Brasil, mais especificamente das cidades médias do interior paulista, e compreendermos a territorialização dos processos de segregação socioespacial e exclusão social.

Assim, seguindo a metodologia proposta por Januzzi (2001)²⁴, entendemos que ao elaborarmos um sistema de indicadores sociais de desigualdade intraurbana devemos considerar quatro etapas:

- 1) definição operacional da fundamentação teórico-conceitual da temática;
- 2) a especificação das suas dimensões e das diferentes formas de abordagem;
- 3) obtenção das informações, dados e estatísticas públicas pertinentes;

²⁴ Januzzi (2001, p.18) apresenta um quadro esquemático da construção de um sistema de indicadores sociais.

4) a composição do sistema de indicadores que traduza em termos mais tangíveis o conceito abstrato idealizado.

Dessa forma, a partir da metodologia do SIMESPP, um sistema de indicadores deve apresentar os seguintes objetivos segundo Guimarães et. alli (2003, p.21-22):

- Adquirir novos conhecimentos e/ou transmitir os existentes;
- Aquisição de um meio para prover as políticas com informações;
- Demonstrar o desempenho ao longo do tempo e realizar previsões;
- Ser utilizado para promoção de políticas específicas e/ou de maior abrangência;
- Monitorar variações espaciais e temporais das ações públicas;
- Demonstrar resultados das políticas em curso ou de sua ausência;
- Identificar as necessidades de uma determinada situação.

Portanto, devemos ser muito criteriosos na eleição dos indicadores para a construção de um sistema, que possa refletir de forma mais próxima a dinâmica da realidade empírica analisada.

Januzzi (2001), nesse sentido, apresenta claramente as propriedades a serem consideradas quando da seleção dos indicadores sociais, como uma ordenação classificatória dos mesmos.

Resumidamente, as três propriedades básicas apontadas pelo autor são: relevância social, validade e confiabilidade. Além delas, os indicadores sociais devem ter ainda, as seguintes propriedades: cobertura, sensibilidade, especificidade, inteligibilidade de sua construção, comunicabilidade, factibilidade para obtenção, periodicidade na atualização, desagregabilidade e historicidade²⁵.

Várias são as formas de classificação dos indicadores sociais sugeridas por Januzzi (2001): simples ou compostos, quantitativo ou qualitativo, descritivos ou normativos, dentre outros²⁶.

Baseando-nos nestes critérios apresentados por Januzzi (2001) e com respaldo no SIMESPP, procuramos escolher os dados censitários do IBGE que nos transmitissem maior confiança e aumentassem sua potencialidade como indicador na elaboração do que denominamos Sistema de Indicadores Sociais de Desigualdade Intraurbana.

Além disso, procurando facilitar a compreensão e acesso ao sistema de indicadores elaborados, procuramos apresentá-los no formato cartográfico, uma vez que o mapa, sendo uma representação espacial, permite ver o mundo de uma maneira muito mais

²⁵ Para maior detalhamento acerca de cada uma das propriedades desejáveis que os indicadores sociais devem possuir sugerimos analisar Januzzi (2001).

²⁶ Idem nota anterior.

ampla e complexa do que é possível observar na vida cotidiana, pois os mesmos expressam a profunda desigualdade das condições de vida nas cidades médias brasileiras (GUIMARÃES et. alli, 2003, p.23-24).

Portanto

Partindo do princípio de que nas cidades de porte médio as situações de exclusão social e segregação socioespacial apresentam particularidades e seu dimensionamento exige um instrumental analítico específico, bancos de dados múltiplos podem ser cruzados para gerar indicadores sociais de maneira a comportar a multidimensionalidade da exclusão social e da segregação socioespacial, quer seja em sua expressão territorial ou pela distribuição descontínua pela área urbana dos grupos sociais específicos mais sujeitos a situações de risco e vulnerabilidade (GUIMARÃES et. alli, 2003, p.23).

Assim, apresentaremos, a seguir, os indicadores sociais selecionados que nos permitem construir o SISTEMA DE INDICADORES SOCIAIS DE DESIGUALDADE INTRAURBANA e identificar e territorializar os processos de segregação socioespacial e exclusão social em São José do Rio Preto, caracterizando-a posteriormente como cidade média e, na seqüência realizando o mapeamento dos indicadores propostos.

6.1 – Os Indicadores sociais intraurbanos selecionados

É com base na análise das propriedades desejáveis e das formas de classificação assumidas pelos indicadores sociais definidas por Januzzi (2001) que procuramos definir os indicadores fundamentais que nos permitissem atingir nosso objetivo de compreender a configuração de uma cidade média do interior paulista a partir da dinâmica dos processos de segregação socioespacial e exclusão social.

Portanto, faz-se necessário realizar alguns esclarecimentos metodológicos. Em primeiro lugar, optamos por trabalhar com 19 indicadores que procuram cobrir situações e/ou características relativas aos domicílios e às pessoas. Ou seja, cobrir as dimensões habitacionais, econômicas e sociais.

A fonte principal para a elaboração destes indicadores foi o aplicativo em software desenvolvido pelo IBGE, através do qual encontram-se disponibilizadas as informações de cada município, na escala de setor censitário, relativas ao Censo 2000, denominado ESTATCART®.

Dispondo, então, das informações selecionadas para cada setor censitário, foi possível construir indicadores sociais relativos para cada um. De maneira a comparar as

situações nestes diferentes setores da cidade, havíamos optado em um primeiro momento por utilizar a técnica estatística dos quartis.

No entanto, esta técnica não se mostrou a mais adequada pois em alguns indicadores selecionados não permitia a compreensão da realidade, principalmente em relação ao número de domicílios por setor, mascarando, dessa forma, as diferentes realidades entre setores.

Sendo assim, procuramos utilizar a metodologia de dispersão dos indicadores para cada setor censitário da cidade. Ou seja, para cada uma das variáveis, calculamos o percentual de sua ocorrência ou não em cada setor censitário em relação ao total de possibilidades (seja de domicílios, seja de pessoas, seja pelo chefe de família) do mesmo setor e, a partir dos dados obtidos, definimos três categorias diferentes, com os valores variando em cada um dos indicadores.

Esta maneira de organizar as informações permite a visualização, com relativa facilidade, dos setores ou áreas intraurbanas que concentram determinadas características (dependendo do indicador utilizado) em detrimento de outros setores onde tal característica não comparece ou se apresenta com menor intensidade. Trata-se, assim, de um instrumento relativamente simples, mas que permite observar as áreas urbanas agrupadas por suas características e, dessa forma, visualizar e mapear as desigualdades intraurbanas existentes.

Assim, como resultado final, a partir das três categorias diferentes, obtivemos três conjuntos de setores, os quais passamos tratar da seguinte maneira:

- a) Os setores que apresentaram os piores indicadores sociais relativos a cada variável;
- b) Aqueles setores intermediários, com percentuais variados para cada indicador;
- c) Aqueles que apresentaram os setores com os melhores indicadores sociais considerados.

Desta maneira, todos os mapas apresentarão as variáveis analisadas de acordo com suas respectivas categorias. Ou seja, não se trata de apresentar os percentuais de cada indicador social, mas sim, sua distribuição territorial de acordo com a intensidade relativa de sua ocorrência.

Organizados assim, os indicadores obtidos foram mapeados através do software MapInfo®, permitindo, assim, representar cada indicador selecionado na base cartográfica digital da malha urbana de São José do Rio Preto, cidade média escolhida para a implementação da metodologia do sistema de indicadores sociais de desigualdade intraurbana.

Os resultados finais formam, então, mapas por setor censitário de cada indicador social sobre a malha urbana que encontram-se representados nas cores, vermelha, alaranjada e amarela sendo, respectivamente, a primeira para os piores setores,

a segunda para os setores censitários com indicadores intermediários e a terceira para os melhores setores²⁷.

A seguir, apresentamos a lista das variáveis selecionadas que nos permitam elaborar um sistema de indicadores que possibilite a análise das desigualdades intraurbanas, dividida em quatro subgrupos.

No primeiro subgrupo temos as 06 variáveis relativas aos domicílios:

- Domicílios particulares improvisados
- Domicílios particulares permanentes tipo cômodo
- Domicílios particulares permanentes sem banheiro ou sanitário
- Domicílios particulares permanentes com 04 banheiros ou mais
- Domicílios particulares com até 04 moradores
- Domicílios particulares com mais de 04 moradores

No segundo subgrupo, apresentamos as 06 variáveis relacionadas aos domicílios com acesso aos meios de consumo coletivo de saneamento básico:

- Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água da rede geral canalizada em pelo menos um cômodo
- Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água de outra forma
- Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário com esgotamento sanitário ligado a rede geral de esgoto ou pluvial
- Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário com esgotamento sanitário de outra forma
- Domicílios particulares permanentes com destino do lixo coletado
- Domicílios particulares permanentes com outro destino do lixo

No terceiro subgrupo, das variáveis da renda das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes temos 03 variáveis:

- Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes sem rendimento nominal mensal;
- Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal até 2 salários mínimos;
- Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal mais de 15 salários mínimos.

²⁷ Devemos ressaltar neste momento que os indicadores foram apresentados nos mapas em três cores e com quatro categorias, sendo que os setores intermediários apresentam-se subdivididos em duas categorias. Isto se dá pelo fato de diferenciarmos, no mapa síntese, as quatro categorias e entendermos que os indicadores intermediários podem apresentar tendência para melhor ou pior indicador.

No quarto e último subgrupo, apresentamos 04 variáveis, sendo 02 referentes ao grau de escolaridade do responsável pelo domicílio, uma variável referente à idade do responsável pelo domicílio e duas referentes às pessoas residentes em domicílios particulares.

- Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes sem instrução e menos de um ano de estudo;
- Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com 17 anos ou mais de estudo.
- Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com 10 a 19 anos de idade
- Pessoas residentes em domicílios particulares improvisados

Além desses 19 indicadores sociais que podemos classificá-los como objetivos, simples e normativos, de acordo com a definição de Januzzi (2001), temos um indicador síntese, que procura aglutinar todos os 19 indicadores componentes do sistema proposto.

Apresentamos, ainda, outros cinco mapas que entendemos serem essenciais para a análise das desigualdades sociais e espaciais, mas que não se apresentam como indicadores propriamente ditos. O primeiro deles, o mapa 03, apresenta o percentual de domicílios por setor censitário em relação ao total de domicílios da cidade e, no mapa 04, complementando o mapa anterior, apresentamos o percentual de pessoas residentes em cada setor censitário em relação ao total da cidade. No mapa 05 apresentamos a distribuição espacial na cidade dos meios de consumo coletivo básicos para a população: unidades de saúde municipais, creches, escolas municipais de ensino fundamental e médio e escolas estaduais de ensino fundamental e médio. E os mapas 05 e 06 representam os valores venais do m² dos terrenos sem edificação e das propriedades edificadas, respectivamente, para cálculo do IPTU, pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto.

Detalhados todos os indicadores sociais considerados para a composição do Sistema de Indicadores Sociais de Desigualdade Intraurbana, fundamental para nossa análise e configuração dos processos de segregação socioespacial e exclusão social, iremos, na seqüência, apresentar as características de São José do Rio Preto como cidade média, principal motivo da sua escolha e, posteriormente, passaremos a mapear e analisar os indicadores sociais em separado bem como realizar o mapa síntese.

CAPÍTULO 7 – A CIDADE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP

Primeiramente, antes de apresentarmos as características da cidade média selecionada para a aplicação do sistema de indicadores proposto, faz-se necessário esclarecer o que influenciou em sua escolha.

O motivo principal da escolha de São José do Rio Preto se deu a partir de constatarmos na análise dos indicadores selecionados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil que a cidade se destaca em muitos indicadores comparados as outras cidades, principalmente aqueles relacionados à renda e habitação. Dessa forma, entendemos que o estudo desta cidade seria interessante para demonstrarmos como os indicadores que levam em conta apenas as médias encobrem a realidade dos centros urbanos brasileiros como um todo, principalmente quando se faz uma análise das desigualdades socioespaciais intraurbanas.

Situada na 9ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, ou Região da Alta Araraquarense e distando aproximadamente 450 km da capital do Estado (mapa 1, na página seguinte), o município de São José do Rio Preto possui uma população estimada em 358.523 habitantes (IBGE, CENSO 2000), apresentando uma taxa de crescimento populacional anual, média, em torno de 2,73% (entre 1991 e 2000), possuindo uma área total de 434,10Km².

Por que classificar a cidade de São José do Rio Preto como cidade média?

Entendemos que o tema é bastante polêmico e controverso e emerge nos debates teóricos da geografia brasileira desde a década de 1970. Isso nos remete ao debate a respeito de quais critérios seriam mais relevantes para identificá-las.

O primeiro e mais utilizado dos critérios é o demográfico, com parâmetros bastante objetivos, mas que é capaz de identificar apenas o grupo ou faixa que pode conter as cidades médias e não expressa correspondência direta entre o tamanho demográfico de uma cidade e seu papel na rede.

Um segundo critério que podemos destacar seria a relevância regional destas cidades, que nos remete à forma como as cidades interagem e se inter-relacionam com as outras ao seu redor, com suas semelhantes e com as metrópoles. Neste critério é fundamental a compreensão da rede urbana. As cidades médias seriam aquelas que estariam num nível cujo seu oferecimento de serviços, sua produção, sua capacidade de oferecer empregos, influenciassem o direcionamento de fluxos que deixam de ser dirigidos para as metrópoles, estabelecendo-se como centros de atração.

É importante, ainda, considerar a dinâmica da produção do espaço intra-urbano. Pelo que as pesquisas revelam, as cidades médias constituem-se em localidades

potenciais de absorção de empreendimentos, principalmente indústrias e de serviços de novas tecnologias, pois apresentam algum tipo de economia de aglomeração de potenciais. Numa economia em transformação, a partir da disseminação da organização flexível do trabalho, sua capacidade de absorção de investimentos também é relevante. Assim sendo, as cidades médias seriam aquelas cidades de porte médio e distantes das áreas metropolitanas, mas com capacidade atrativa dos investidores em relação às cidades ao seu redor; o que reafirmaria seu destaque regional.

Aceitando-se esse raciocínio, a distância de grandes centros urbanos poderia ser uma das determinantes de maior ou menor importância de uma cidade. Conforme argumenta Spósito (2001), tanto maiores poderão ser os papéis urbanos de uma cidade, quanto mais distante estiver de outras que, pertencentes a níveis superiores da hierarquia urbana, possam oferecer mais bens e serviços à sociedade.

Assim, a partir destes critérios, a cidade de São José do Rio Preto pode ser considerada média ou cidade de porte médio, não apenas pelo seu contingente populacional, mas, também, por ser a cidade pólo da região, influenciando áreas de outros estados, como Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, concentrando, quantitativamente e qualitativamente, os mais variados tipos de comércio – grandes redes de lojas e supermercados ou hipermercados – e serviços, como educação – 07 Universidades, Faculdades ou Centros Universitários e grandes redes de ensino privado – saúde – 10 Hospitais de médio ou grande porte, com um média de leitos do SUS de 3,9 leitos por mil habitantes – e prestação de serviços em geral, como serviços em informática e financeiros, dentre outros.

Rio Preto – como mais comumente é denominada por seus habitantes – possui uma economia baseada, principalmente, no comércio, com 12.416 estabelecimentos comerciais, 6.509 prestadoras de serviço e 2.382 indústrias, perfazendo um total de 21.307 empresas, além de 58 agências bancárias, classificando a cidade na 37ª posição no ranking nacional e 11ª no ranking estadual de potencial de consumo.

Nesse sentido, apontando São José do Rio Preto como município pólo da região Whitacker (2003, p.51) aponta que:

[...] a partir dos anos de 1970 São José do Rio Preto torna-se município com características de pólo de atração de comércios e serviços, abrangendo uma ampla áreas de municípios vizinhos. Esta é de fato, a característica que distingue a cidade de Rio Preto das demais cidades que também são centros regionais no oeste paulista, ou seja, a permanência, por longo período histórico, da cidade como pólo de comércio e serviços modernos, que recicla de forma intensa essas funções, intensificando recorrentemente, sua urbanização e expando a cidade, já no final da década de

1960, ao agravamento do problemas sociais urbanos, particularmente na área da habitação.

Além das características anteriormente apontadas, São José do Rio Preto, como outras cidades médias tal como analisado em Andrade e Serra (2001), caracteriza-se por uma renda per capita superior às médias brasileiras, com uma previsão, para o ano de 1998, de um PIB *per capita* anual de US\$8.554(Conjuntura Econômica, 2003), apesar de entendermos sua limitação como indicador de desenvolvimento socioeconômico.

No entanto, apesar dessas características econômicas – “atingidas apenas por cidades de países desenvolvidos”²⁸ (CONJUNTURA ECONÔMICA, 2000, p.II) – o município, como reflexo do próprio país, apresenta uma distribuição de renda desigual, gerando, dessa forma, enormes problemas sociais, refletidos na configuração do espaço urbano, no qual tem-se uma expressiva segregação socioespacial entre as diferentes classes sociais e uma concentração da exclusão social em determinadas regiões da cidade.

²⁸ Esses números e essa afirmação de que os números são atingidos por cidades de primeiro mundo, são utilizados como marketing pela Prefeitura Municipal para atrair investimento para a cidade e apontar a qualidade e o padrão de vida do município.




MAPA 01

Localização do município de São José do Rio Preto



<http://www.prudente.unesp.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

-  São José do Rio Preto
-  São Paulo
-  Outros Municípios

Fonte dos Dados: IBGE e MapInfo
Organização e Realização:
ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Financiamento: CNPq
Presidente Prudente, 2005.

Escala 1 : 4.250.00
4,25 0 4,25 8,5 km

Sistema de Projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Côrrego Alegre



São Paulo a S.J. do Rio Preto
Distância = 452km

Isso pode ser percebido, já preliminarmente, a partir da localização dos dois elementos que mais amplamente refletiriam os processos de segregação socioespacial e exclusão social: os loteamentos populares e os condomínios ou loteamentos fechados, como podemos observar no mapa 2 a seguir.

Enquanto os 16 loteamentos populares instalados na cidade (até o ano 2000), dentre eles 11 implantados pelo Poder Público Municipal, localizam-se, principalmente na periferia norte e noroeste da cidade (distanto, em média 35 minutos do centro da cidade em transporte coletivo), os condomínios e/ou os loteamentos fechados (total de 12, instalados até o ano 2000) se localizam, em sua maioria, na periferia sul da cidade, numa região mais próxima ao centro (15 minutos no máximo em transporte coletivo) abastecida de uma melhor infraestrutura pública (escolas, hospitais, saneamento básico, entre outros) ou privada (shopping center, escolas e universidades privadas, etc).

Realizada esta breve introdução sobre as características e a configuração socioespacial da cidade de São José do Rio Preto, procuraremos, a seguir, mapear e analisar os diferentes indicadores sociais de desigualdade intraurbana da cidade que nos permitam compreender a territorialização dos processos de segregação socioespacial e exclusão social.

MAPA 02

São José do Rio Preto - 2000

Configuração intraurbana de São José do Rio Preto



<http://www.prudente.unesp.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

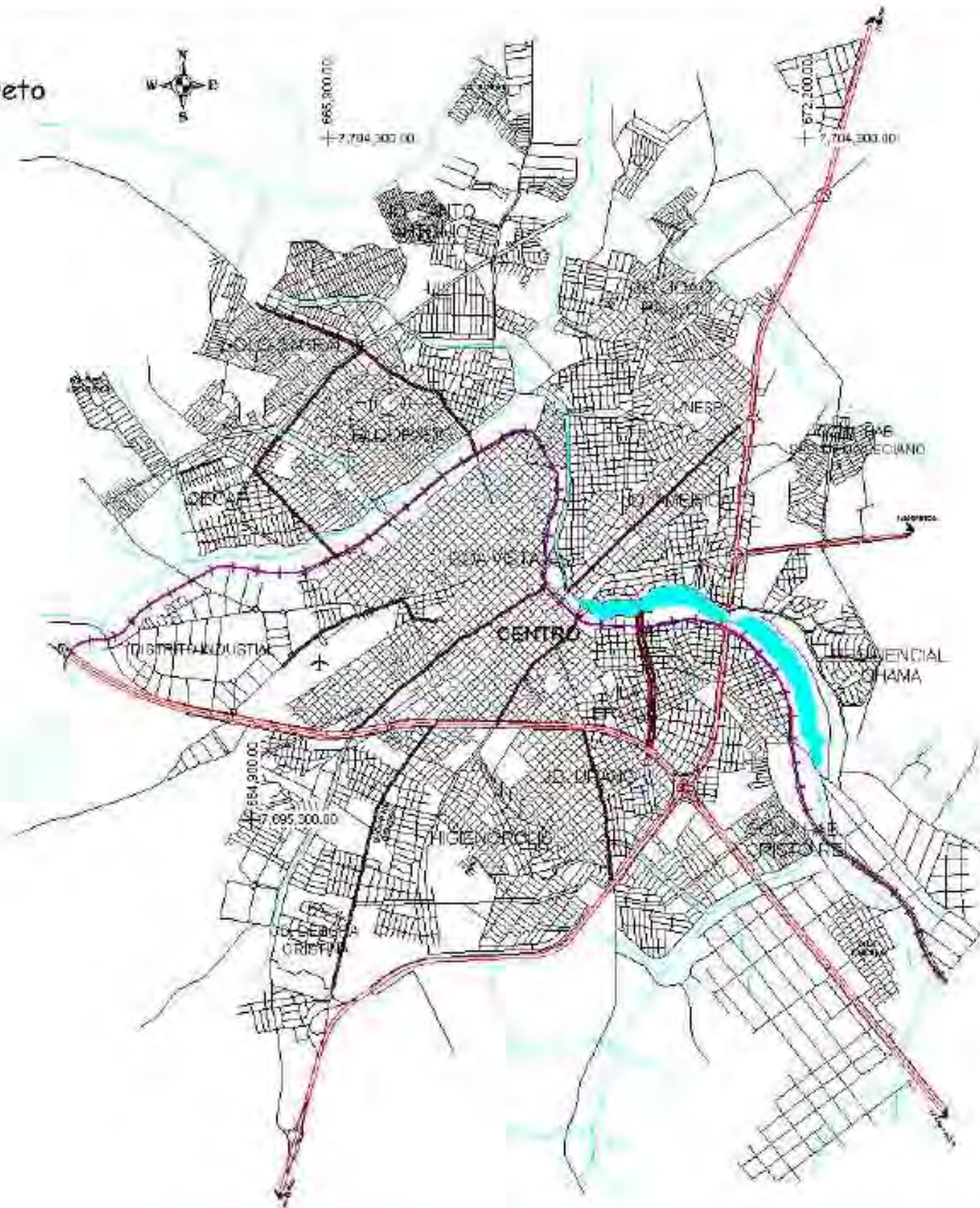
- () Número de setores censitários
- Unidades de Saúde Municipais
- Creches e Escolas Infantis Municipais
- ◆ Escolas Municipais
- Escolas Estaduais
- ✈ Aeroporto
- Rodovias
- Avenidas principais
- Ferrovia
- Hidrografia

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000
Organização e Realização:
ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Financiamento: CNPq
Presidente Prudente, 2005.

Escala 1:60.000
0 600 1200m

Sistema de Projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Córrego Alegre.



CAPÍTULO 8 – MAPEANDO OS INDICADORES DE DESIGUALDADE INTRAURBANA

Neste capítulo procuraremos realizar o mapeamento dos indicadores sociais intraurbanos selecionados para a elaboração do sistema de indicadores, procurando facilitar a compreensão da configuração territorial dos processos de segregação socioespacial e exclusão social.

Dessa forma, podemos agrupar os indicadores sociais selecionados em quatro subgrupos de variáveis quais sejam:

- i. subgrupo dos indicadores habitacionais, referentes às características dos domicílios;
- ii. Subgrupo dos indicadores dos domicílios com acesso aos meios de consumo coletivos de saneamento básico
- iii. Subgrupo dos indicadores econômicos, referentes à renda mensal dos chefes de família do domicílios permanentes;
- iv. Subgrupo dos indicadores sociais, referentes ao grau de escolaridade e a idade do chefe de família e também às pessoas residentes em domicílios particulares ou improvisados.

Assim, procurando dar uma caráter mais pedagógico e facilitando o acesso as informações fornecidas pelos indicadores sociais, iremos proceder o mapeamento da seguinte forma: primeiro fazemos uma breve apresentação do subgrupo a ser analisado, apontando os indicadores presentes nele e posteriormente, um a um, apresentamos o mapa e em seguida um breve comentário a seu respeito e sobre o indicador mapeado.

Antes, porém, utilizando o mesmo procedimento acima apontado, apresentaremos os cinco mapas que não apresentam os indicadores sociais de desigualdade intraurbana propriamente ditos, mas que são essenciais na nossa análise acerca das desigualdades sociais e espaciais intraurbanas

MAPA 03
São José do Rio Preto - 2000
Domicílios por setor censitário



<http://www.prudente.uesp.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

Percentual de domicílios por setor censitário em relação ao total da cidade

0,3 ou mais	(55)
0,2 a 0,29	(225)
0,1 a 0,19	(129)
0,01 a 0,09	(6)

() Número de setores censitários

- Unidades de Saúde Municipais
- Creches e Escolas Infantis Municipais
- Escolas Municipais
- Escolas Estaduais
- Aeroportu
- Ródovias
- Avenidas principais
- Ferrovia
- Hidrografia

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000
 Organização e Realização:
 ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Financiamento: CNPq
 Presidente Prudente, 2005.

Escala: 1:60.000
 0 600 1200m

Sistema de Projeção: UTM
 Elipsóide: Hayford - Corrego Alegre



No mapa 03 procuramos representar o percentual de domicílios por setor censitário em relação ao total de domicílios da cidade, demonstrando, assim, a localização dos setores censitários onde a densidade habitacional é mais significativa no espaço urbano de São José do Rio Preto, configurando uma importante informação para a análise dos indicadores de desigualdade intraurbana selecionados, pois permite relacionar a quantidade de domicílios por setor censitário com os indicadores selecionados, não mascarando a realidade.

Assim, analisando o mapa percebemos uma distribuição espacial homogênea por toda a cidade do percentual de domicílios em cada setor censitário, pois não podemos observar nenhuma área geral da cidade que se destaca com a presença de maior ou menor número de domicílios por setor censitário. Este é um critério estabelecido pelo IBGE, para a delimitação dos setores censitários, para a coleta de informações pelos recenseadores.

Essa homogeneidade pode ser constatada a partir da observação de que 354 setores censitários apresentam percentuais entre 0,1% a 0,3% de domicílios e estão distribuídos por todo o espaço intraurbano da cidade; o mesmo ocorrendo com os 66 setores cujos percentuais são iguais ou superiores a 0,3%.

Em relação aos 06 setores com percentuais inferiores a 0,1% percebemos representarem vazios urbanos, principalmente na área mais a leste da cidade.

Ressaltamos, ainda, que não entendemos ser a presença de maior o menor percentual de domicílios em cada setor um indicador pior ou melhor, portanto a escolha da cor do mapa não seguir o padrão anteriormente apresentado, ou seja, as cores amarelo, laranja e vermelho para os setores censitários classificados como melhores, intermediários ou piores, respectivamente.

MAPA 04

São José do Rio Preto - 2000

Pessoas residentes por setor em relação ao total da cidade



<http://www.prudente.uasp.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

Pessoas residentes por setor censitário em relação ao total da cidade (%)

0,4 ou mais	(10)
0,3 a 0,39	(56)
0,15 a 0,29	(203)
0,001 a 0,14	(147)

- () Número de setores censitários
- Unidades de Saúde Municipais
- Creches e Escolas Infantis Municipais
- ◆ Escolas Municipais
- Escolas Estaduais
- ✈ Aeroporto
- Rodovias
- Avenidas principais
- Ferrovia
- Hidrografia

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000
Organização e Realização:
ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Financiamento: CNPq
Presidente Prudente, 2005.

Escala | 60.000
0 500 1000m

Sistema de Projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Corrego Alegre



No mapa 04 procuramos representar a densidade populacional dos setores censitários da cidade de São José do Rio Preto em relação à sua população total.

Como o mapa 03, entendemos ser as informações reveladas neste mapa fundamental na análise dos indicadores sociais de desigualdade intraurbano selecionados, pois apresenta a distribuição espacial da população por toda a cidade, permitindo posteriormente relacionar os melhores ou piores setores censitários com o contingente populacional que possuem.

Novamente, ressaltamos que não entendemos ser a presença de maior ou menor percentual de pessoas residentes em cada setor censitário um indicador pior ou melhor. Portanto, na confecção do mapa utilizamos da mesma metodologia empregada na elaboração do mapa anterior.

Na análise deste mapa 04, ao contrário do mapa 03, não temos uma homogeneidade na distribuição populacional pelo espaço intraurbano da cidade de São José do Rio Preto.

Percebemos uma leve concentração da população na área norte e noroeste da cidade, com 08 dos 10 setores, cuja densidade populacional é igual ou superior a 0,4%, ali localizados, bem como a presença de vários setores censitários com densidade variando entre 0,3% a 0,4%.

Assim, ao compararmos este mapa com o mapa 02, percebemos que os setores censitários com maior densidade habitacional localizam-se nos locais onde se concentram a maioria dos conjuntos habitacionais ou loteamentos populares.

No entanto, não podemos afirmar que há uma forte concentração da população apenas em uma única área geral da cidade, pois os 147 setores censitários que apresentam a menor densidade habitacional (inferior a 0,15%) estão distribuídos por todo o espaço intraurbano, com um destaque principal para os vazios urbanos e a área central da cidade.

MAPA 05
São José do Rio Preto - 2000
Meios de consumo coletivo



<http://www.prudente.unesp.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

- Unidades de Saúde Municipais
- Creches e Escolas Infantis Municipais
- Escolas Municipais
- Escolas Estaduais
- Aeroporto
- Rótovias
- Avenidas principais
- Ferrovia
- Hidrografia

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000
 Organização e Realização:
ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Financiamento: CNPq
 Presidente Prudente, 2005

Escala | 50.000
 0 500 1000m

Sistema de Projeção: UTM
 Elipsóide: Hayford - Córrego Alegre



Outro mapa que não representa os indicadores de desigualdade intraurbana propriamente dito é o mapa 05, onde apresentamos a localização e a distribuição espacial dos meios de consumo coletivo essenciais à população, quais sejam: escolas públicas de ensino fundamental e médio, creches e escolas públicas infantis e unidades de saúde municipais.

Analisando-o podemos perceber uma distribuição desses meios de consumo coletivo por todo o espaço urbano de São José do Rio Preto, com a presença de escolas, creches e unidades de saúde municipais em praticamente todas as áreas da cidade, possibilitando, num primeiro momento, o acesso de toda a população da cidade aos serviços públicos prestados.

No entanto sabemos que a qualidade dos serviços prestados nem sempre é a melhor, em relação às unidades de saúde, faltando profissionais, instalações inadequadas, falta de medicamentos, longas filas, etc... As creches não possuem vagas para todos os que necessitam. As escolas nem sempre atendem as verdadeiras necessidades da população local, com poucas escolas de ensino médio nos bairros mais periféricos, principalmente onde se localizam a maior parte dos loteamentos populares (zonas norte e noroeste).

Ou seja, a simples presença dos meios de consumo coletivo não significa uma melhoria nas condições de vida da população que deles necessitam.

Podemos destacar ainda o fato de as áreas onde concentram os setores censitários que apresentam as maiores densidades habitacionais (norte e noroeste) possuem, em geral, os mesmos serviços que as outras áreas da cidade, mostrando que estes serviços estão atendendo um número elevado de pessoas e, portanto, uma qualidade inferior em relação a outros pontos da cidade.

Assim, entendemos que os mapas 03, 04 e 05 nos permitem uma visão geral da cidade riopretense, mostrando uma distribuição espacial homogênea do percentual de domicílios por setor censitário, uma pequena concentração de setores com maior densidade populacional nas porções norte e noroeste da cidade e uma distribuição dos meios de consumo coletivo por todo o espaço urbano de Rio Preto, o que poderia nos levar a concluir haver uma igualdade de condições para toda a população da cidade.

Porém, a realidade social e espacial das diferentes áreas gerais da cidade se mostra bem diferenciada, como poderemos observar a seguir, a começar pela análise dos diferentes valores adotados pela Prefeitura Municipal para a cobranças do IPTU, o que mostra uma grande desigualdade entre os diferentes pontos da cidade, definindo, assim, o lugar de cada classe social em determinados pontos da cidade.

MAPA 06 IPTU TERRITORIAL (em anexo – arquivo com trava de acesso e edição proibida)

MAPA 07 IPTU PREDIAL (em anexo – arquivo com trava de acesso e edição proibida)

A partir dos mapas 06 e 07, acima apresentados, começamos a perceber como as desigualdades sociais e espaciais intraurbanas de São José do Rio Preto se estruturam e começam a configurar os processos de segregação socioespacial e exclusão social.

Podemos observar que os valores do m^2 para cálculo da cobrança do imposto territorial e predial são bem diferenciados entre as áreas onde se localizam os loteamentos populares – principalmente aqueles implantados pela prefeitura municipal – porções norte, noroeste e nordeste da cidade, cujos valores variam, aproximadamente, entre R\$30,00 e R\$18,00 o m^2 para o imposto territorial e entre R\$72,00 e R\$108,00. Muito diferente do que observamos nas áreas sul e sudeste da cidade, comprovadamente, as áreas mais valorizadas da cidade.

Nestas áreas, observamos valores especiais do imposto predial para os condomínios horizontais fechados (R\$302,00) e os outros valores variando entre R\$151,00 e R\$187,00; e os valores do m^2 para o cálculo do imposto territorial variando entre R\$31,00 e R\$136,00, ou seja, valores muito superiores àqueles observados nas outras áreas gerais da cidade.

Destaque especial deve ser dado ao quadrilátero central da cidade e o seu entorno mais próximo, onde os valores observados são, respectivamente, R\$474,00 e R\$271,00 em relação ao imposto territorial e para o imposto predial os valores são de R\$175,00.

Outro destaque deve ser apontado em relação ao valor do m^2 para o cálculo do imposto territorial observado em apenas um condomínio horizontal específico, localizado na porção leste da cidade, com valores entre R\$56,00 e R\$66,00, mas que no imposto predial é cobrado o valor especial (R\$302,00).

A partir dessa análise podemos concluir que as desigualdades espaciais e sociais começam a se configurar a partir da definição, por parte do poder público municipal, dos valores a serem cobrados nos IPTU, pois determina os lugares onde determinadas classes sociais irão se localizar nos espaço intraurbano da cidade. Ou seja, a classe social mais favorecida terá a liberdade de escolher onde irá edificar sua residência, devido ao poder aquisitivo lhe permitir a escolha, enquanto a classe social menos favorecida será obrigada a se instalar naquelas áreas preestabelecidas, onde o valor do m^2 é o menos elevado possível.

Dessa forma, podemos confirmar aquilo que apontamos na primeira parte da pesquisa, quando afirmamos que a interrelação poder público municipal e mercado imobiliário influenciam diretamente na segregação socioespacial e na exclusão social nas cidades brasileiras, pois o poder público ao definir a localização dos loteamentos populares e definir valores diferenciados para a cobrança do IPTU desvaloriza essas áreas e, em

detrimento disso, valoriza as outras áreas de maior interesse do mercado imobiliário, onde se localizam os condomínios horizontais fechados.

Portanto, apresentados os cinco mapas anteriores, passaremos a seguir realizar uma breve apresentação de cada um dos subgrupos nos quais foram divididos os indicadores sociais de desigualdade intraurbana e analisar cada um deles individualmente, a partir do seu mapeamento.

8.1 – Indicadores Habitacionais

Entendemos que a importância dos indicadores habitacionais está na possibilidade de determinar a localização das diferentes classes sociais no espaço intraurbano de São José do Rio Preto e verificar a qualidade e as características de seus locais de moradia, percebida através de indicadores de domicílios com alto padrão, através do indicador de domicílios particulares permanentes com 04 banheiros ou mais, como também a localização das casas de baixo padrão ou qualidade, através dos indicadores de domicílios sem banheiro, e dos domicílios do tipo cômodo ou do tipo improvisado, ou ainda, indicadores relacionados com o número de pessoas residentes por domicílio.

Portanto, na seqüência, apresentamos os mapas seguidos de um sucinto comentário sobre o indicador mapeado e uma breve explicação do mapa.

MAPA 08

São José do Rio Preto - 2000

Domicílios tipo cômodo



<http://www.prudente.unesp.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

Domicílios por setor (%)

0 a 0,9	(81)
1 a 2,9	(10)
3 a 4,9	(6)
5 a 20	(3)

() Número de setores censitários

- Unidades de Saúde Municipal
- Creches e Escolas Infantis Municipais
- ◆ Escolas Municipais
- Escolas Estaduais
- ✈ Aeroporto
- Rodovias
- Avenidas principais
- Ferrovia
- Hidrografia

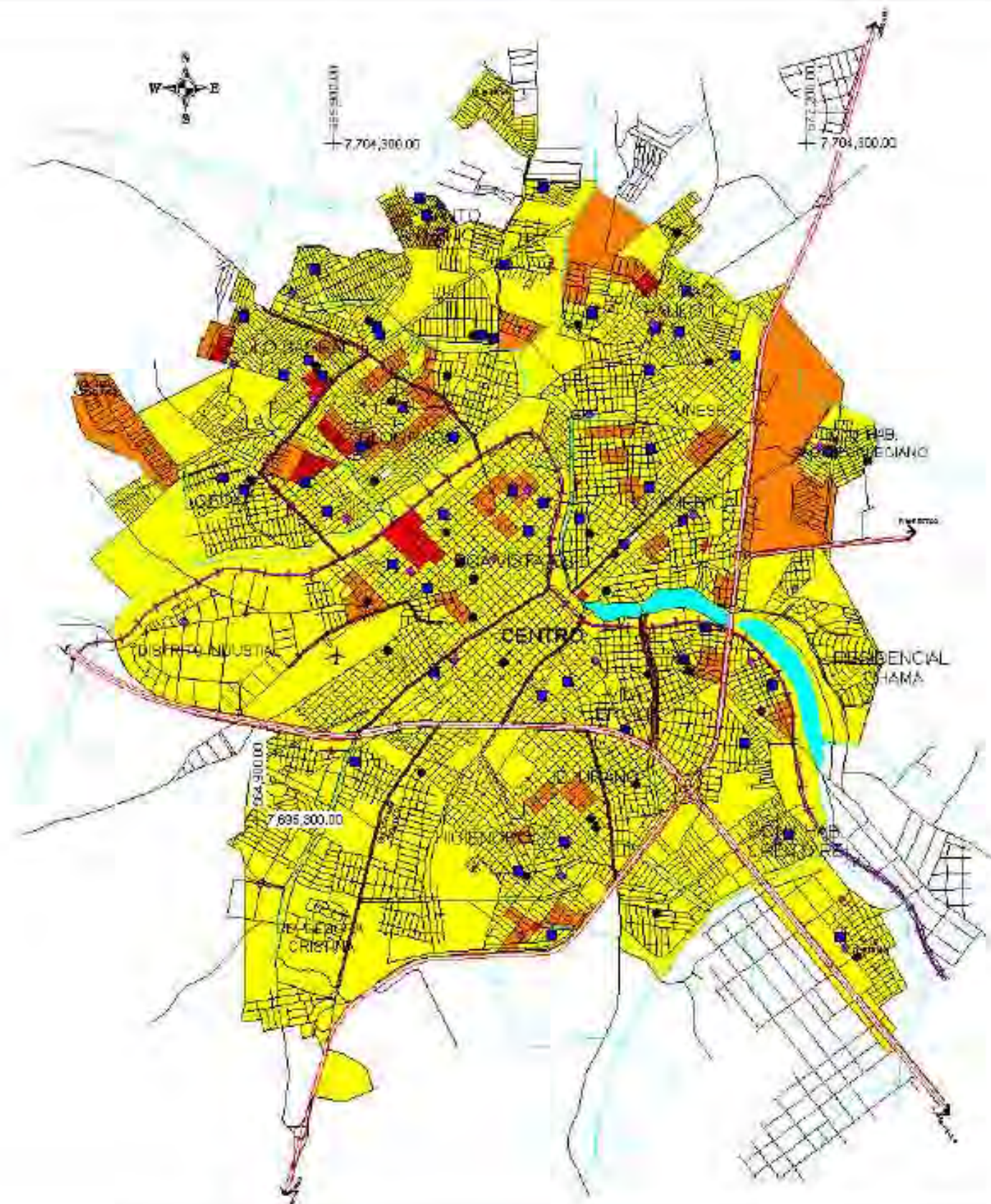
Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000

Organização e Realização:
ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Financiamento: CNPq
Presidente Prudente, 2005.

Escala: 1 : 60.000
0 0 600 1200m

Sistema de Projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Corrego Alegre.



Neste mapa 08 representamos o indicador referente aos domicílios particulares permanentes tipo cômodo.

Para o IBGE (2000, p.53) os domicílios particulares tipo cômodo caracterizam-se como construções únicas, nas quais a estrutura interna foi adaptada para alojar, em cada cômodo um grupo familiar com vida independente das demais, e, geralmente, possuem banheiros ou sanitários coletivos. Exemplos desse tipo de domicílios são as casas de cômodo, os cortiços e cabeças-de-porco.

Entendemos, portanto, que este tipo de domicílio é de baixa qualidade e oferece precárias condições de habitabilidade para seus moradores, constituído geralmente por uma população de baixa renda, com poucas possibilidades de acesso a casa própria ou mesmo sem possibilidade de pagar aluguel de um imóvel de melhor qualidade e conforto.

Percebemos, portanto, que há concentração desse tipo de habitação (entre 5% e 20% de domicílios em cada setor) em apenas 1,6% dos setores censitários (07 entre 426) que se encontram classificados como os piores setores dos domicílios particulares permanentes tipo cômodo. Se a eles somarmos os setores classificados como intermediários, teremos mais 38 setores com percentuais variando de apenas 1% a 4,9% de domicílios por setor na condição de cômodo. Os restantes (aqueles classificados como os melhores setores ou setores incluídos), que perfazem quase a totalidade dos setores (89,5%) apresentam baixas ou nulas ocorrências.

Dessa forma, o mapa mostra uma concentração espacial do indicador dos domicílios tipo cômodo nas porções noroeste e norte da área urbana. Tal concentração indica a presença de um estoque de moradias de baixo padrão nestas áreas. Indica também que para ali se deslocaram, possivelmente, pessoas e famílias que tem neste tipo de domicílio sua única alternativa habitacional e indica também que se trata de áreas de baixa valorização no mercado imobiliário.

O indicador selecionado apresenta a qualidade de demonstrar a desigualdade da realidade socioespacial intraurbana da cidade riopretense.

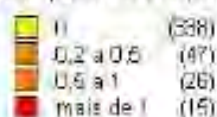
MAPA 09
São José do Rio Preto - 2000
Domicílios improvisados



<http://www.prudente.uarasp.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

Domicílios Improvisados (% por setor)



() Número de setores censitários

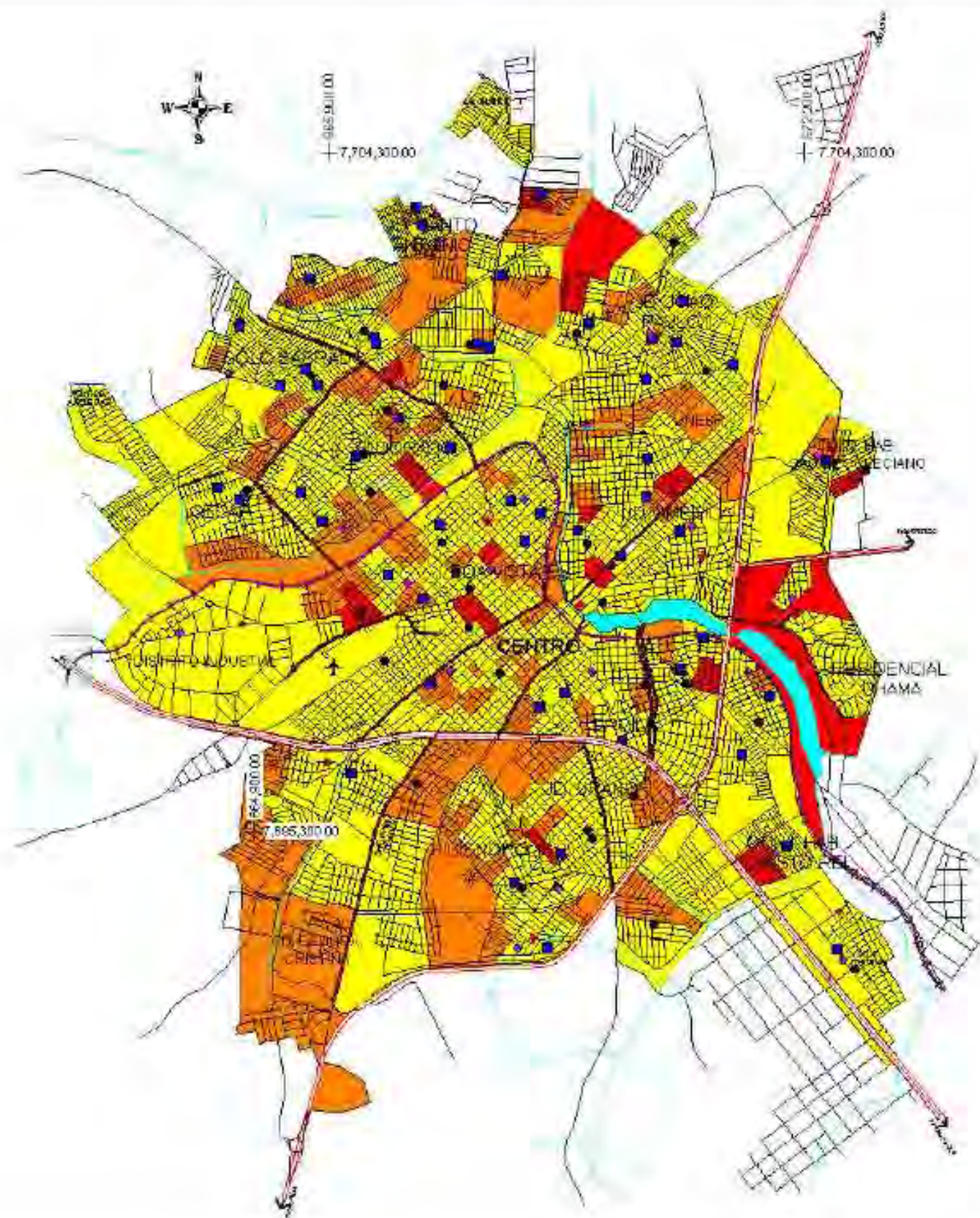
- Unidades de Saúde Municipais
- Crèches e Escolas Infantis Municipais
- Escolas Municipais
- Escolas Estaduais
- Aeroporto
- Rodovias
- Avenidas principais
- Ferrovia
- Hidrografia

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000
 Organização e Realização:
 ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Financiamento: CNPq
 Presidente Prudente, 2005.

Escala | 60.000
 0 0 600 (300m)

Sistema de Projeção: UTM
 Elipsóide: Hayford - Corrego Alegre



No mapa 09 apresentamos outro indicador relativo ao tipo de habitação que refere-se aos domicílios particulares improvisados.

Entende-se por domicílio tipo improvisado, segundo o IBGE (2000, p.53), aqueles localizados em unidade não-residencial que não tinham dependências destinadas exclusivamente à moradia, tais como lojas ou fábricas desativadas, prédios em construção, vagões de trem, barracas, trailers e aqueles domicílios situados sob pontes, viadutos, etc.

Concluimos, da mesma forma, que os domicílios tipo cômodo, que esse tipo de domicílio, que não fornece nenhuma qualidade de moradia, destina-se à classe social menos favorecida, segregada ou excluída social e espacialmente.

De maneira semelhante aos domicílios tipo cômodo, notamos no mapa que os 15 setores censitários (3,5% dos 426) que apresentam a pior classificação concentram-se, novamente, na área norte da cidade, com outros distribuídos por diversas outras áreas, inclusive próximas ao centro da cidade, porém com uma concentração menor da cidade e apresentam entre 04 e 12 domicílios improvisados por setor, confirmando novamente a concentração de uma população de baixa renda na periferia norte da cidade, pois, como apontamos acima, este tipo de moradia acaba sendo o último recurso para essas famílias.

Com relação aos 73 setores censitários classificados como intermediários (com o percentual de domicílios improvisados variando entre 0,2% e 1%), podemos considerá-los como apenas um bloco, pois todos os domicílios aí incluídos possuem apenas entre 01 e 03 domicílios improvisados e também não têm predominância em uma única região específica da cidade, apresentando-se de forma mais homogênea.

Já a quase maioria dos setores censitários (338, ou 79,3% do total de 426 setores) podem ser classificados no melhor indicador e se distribuem igualmente por toda a cidade. Todos os 338 setores censitários não possuem sequer um domicílio improvisado.

Isto confirma que é grande a concentração espacial desse indicador na cidade, com 30,6% dos domicílios improvisados situando-se em apenas 3,5% dos setores censitários.

Entendemos que esses dois primeiros indicadores intraurbanos selecionados indicam que os setores censitários que apresentam os piores indicadores, portanto, pior qualidade de vida para a população aí residente, apesar de um número pequeno (04 setores e 06 setores em cada variável) concentram-se em poucos lugares da cidade e já começam a caracterizar um padrão espacial não aleatório, ou seja, a recorrência de tipos precários de habitação nas mesmas áreas e/ou setores urbanos, coloca-nos frente a desigualdade de acesso a moradia e nos apresenta os lugares que passam a ser considerados como os únicos e possíveis de serem habitados por parcela da população.

Assim, o indicador demonstra claramente uma das desigualdades intraurbanas da cidade de São José do Rio Preto.

MAPA 10

São José do Rio Preto - 2000

Domicílios sem banheiro ou sanitário



<http://www.prudente.uar.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

Domicílios por setor (%)

0	(256)
0,1 a 1	(67)
1 a 3	(63)
3 ou mais	(10)

() Número de setores censitários

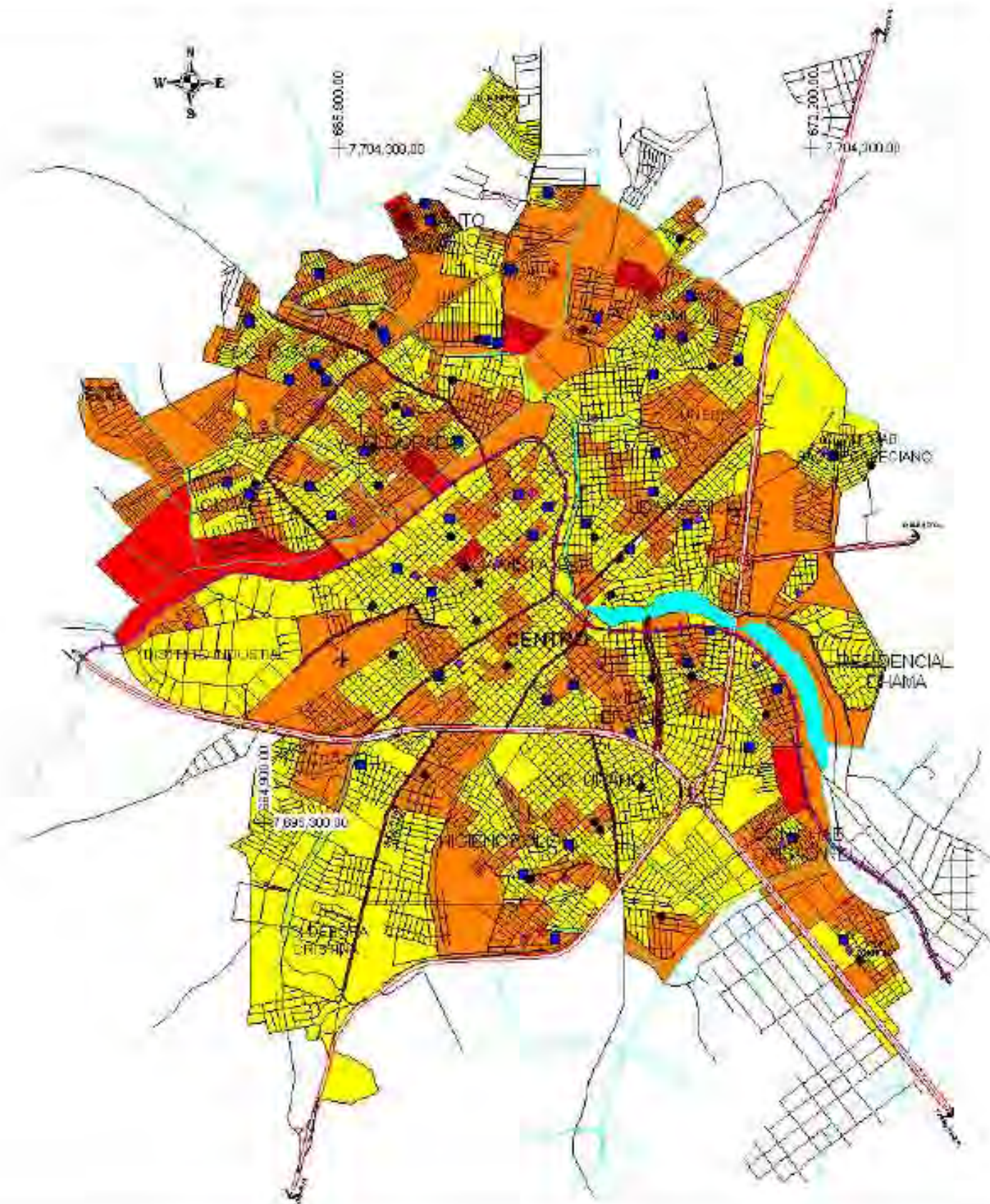
- ★ Unidades de Saúde Municipais
- Creches e Escolas Infantis Municipais
- Escolas Municipais
- Escolas Estaduais
- ✈ Aeroporto
- Rodovias
- Avenidas principais
- Ferrovia
- Hidrografia

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000
Organização e Realização:
ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Financiamento: CNPq
Presidente Prudente, 2005.

Escala: 1:60.000
0 200 400 600 800m

Sistema de Projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Corrego Alegre



No mapa 10, indicamos a localização dos domicílios particulares permanentes sem banheiro ou sanitário, que representam habitações sem as mínimas condições de saneamento básico e condições de vida mínimas, pertencentes às classes sociais menos favorecidas.

Do mapa, podemos concluir então que os 10 setores censitários (2,3%) que apresentam os piores indicadores (com os percentuais variando entre 3% e 21% dos domicílios por setor), ou seja, aqueles que possuem um maior percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário, concentram-se nas áreas norte ou noroeste da cidade (com exceção de apenas 03 setores em outras regiões da cidade). Entre esses 10 setores, destacam-se dois que possuem um total de 68 domicílios sem banheiro, sendo 36 em um setor e 32 domicílios no outro, mostrando, assim, uma elevada concentração dessa variável (15% do total de 459 domicílios sem banheiro) em apenas dois setores censitários.

Devemos observar ainda os setores censitários classificados como pior e que apresentam os vazios urbanos, representando residências de baixa qualidade ou mesma domicílios de ocupações irregulares ou ilegais. Ressalta-se também que os percentuais são elevados devido ao número reduzido de domicílios nessas áreas

Os 160 setores censitários que representam os indicadores intermediários (percentuais entre 0,1% até 2,9%), apesar de se distribuírem por todas as áreas da cidade, concentram-se, também, nas porções norte e noroeste da cidade. A variação de domicílios sem banheiro ou sanitário varia de 01 a 07 domicílios por setor censitário.

Quanto aos outros 256 setores (60%), classificados com o melhor indicador (0%), em que o número de domicílios sem banheiro é igual a zero, notamos que situam-se espalhados por toda a cidade, sem predominância em uma área específica da cidade.

Concluimos, portanto, que com relação a esse indicador são poucos os setores censitários classificados como piores (apenas 10 setores), mas que se concentram em uma única área geral da cidade, a norte, onde se localizam a maioria dos loteamentos populares.

Podemos concluir também que pelo elevado número de setores censitários classificados com o melhor indicador, a presença de banheiro nos domicílios é fundamental e o mínimo necessário para que se possa ter uma boa condição de vida e, se existem 10 setores que possuem um percentual de domicílios que não possuem banheiro igual ou superior a 3%, significa que o acesso a saneamento básico não é igual para toda a população, demonstrando, portanto, uma desigualdade entre os diferentes espaços da cidade.

Assim, este indicador é bem interessante pois expressa nitidamente as desigualdades existentes entre as diferentes classes sociais e os diferentes espaços por

elas ocupados e, seu mapeamento define muito bem a localização de cada um no interior do espaço intraurbano.

MAPA 11

São José do Rio Preto - 2000

Domicílios com quatro banheiros ou mais



<http://www.prudente.unesp.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

Domicílios por setor (%)

30 ou mais	(14)
20 a 30	(15)
10 a 20	(23)
0 a 10	(373)

() Número de setores censitários

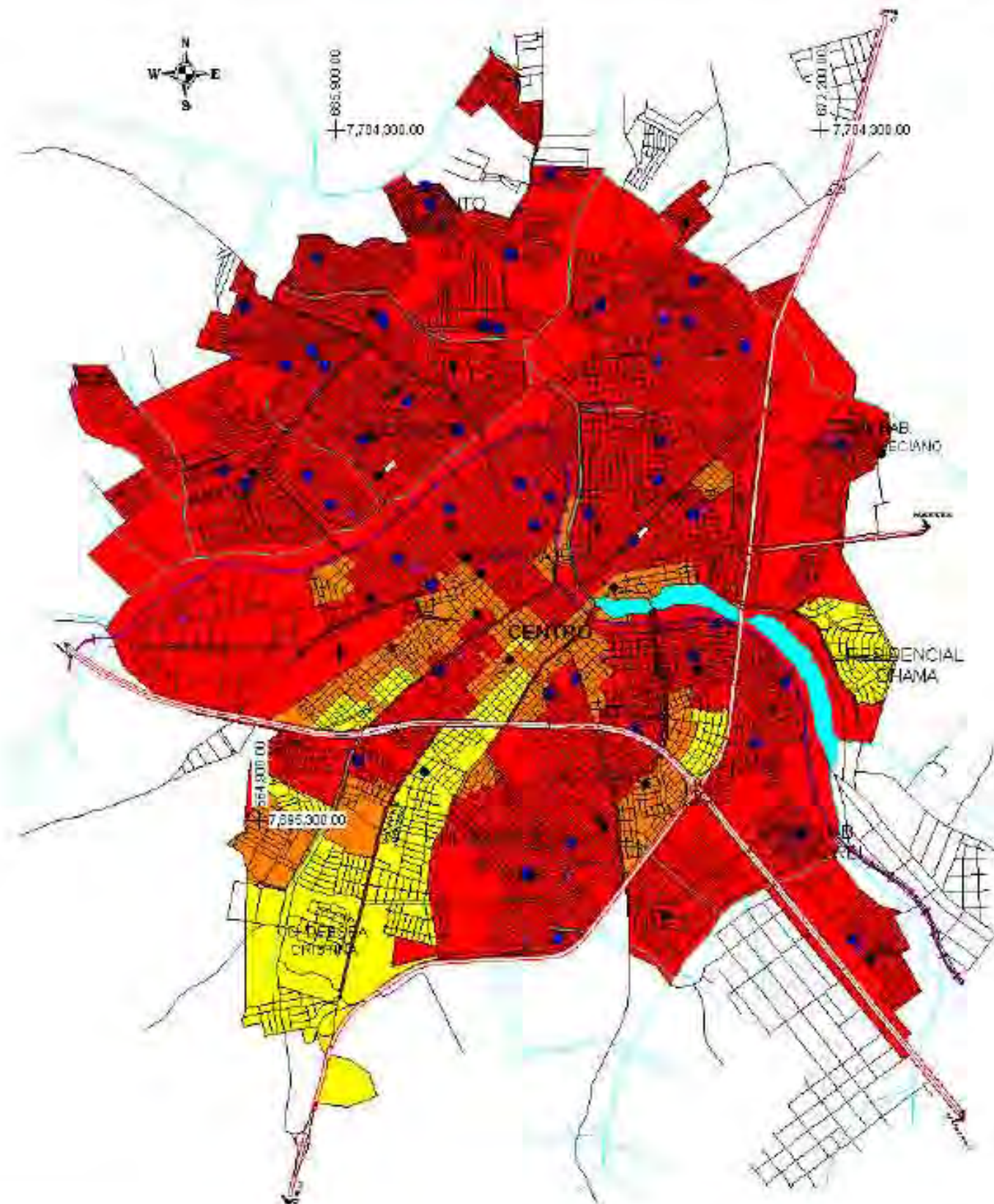
- Unidades de Saúde Municipais
- Creches e Escolas Infantis Municipais
- Escolas Municipais
- Escolas Estaduais
- Aeroportos
- Rodovias
- Avenidas principais
- Ferrovia
- Hidrografia

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000
Organização e Realização:
ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Financiamento: CNPq
Presidente Prudente, 2005.

Escala | 60.000
000 0 600 1200m

Sistema de Projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Corrego Alegre



No mapa 11 notamos que a localização dos domicílios particulares permanentes com 04 banheiros ou mais é totalmente diferente com relação aos domicílios sem banheiro ou sanitário, apontados no Mapa 10, ou seja, notamos uma relevante e considerável separação entre as classes sociais privilegiadas, localizadas nas áreas sudoeste e central da cidade, principalmente, onde se concentram o maior número de domicílios com 04 banheiros ou mais, e a classe mais pobres, localizadas, principalmente nas porções norte e noroeste da cidade, onde não há nenhum setor classificado no melhor indicador e no indicador intermediário.

Percebemos que a grande maioria dos 373 (87,6%) setores censitários que possuem menos de 10% dos domicílios com 04 ou mais banheiros, localizam-se na zona norte e oeste, como também na extrema periferia sudeste, onde se localizam os bairros da cidade considerados de padrão socioeconômico inferior. Apontamos ainda que destes 373 setores, 121 setores não apresentam um domicílio sequer com a presença de 04 banheiros ou mais.

Com relação aos 39 setores censitários inseridos no indicador intermediário, percebemos que se concentram, na maioria, também na zona sul e também na área central da cidade. A variação do percentual de domicílios por setor varia entre 10% a 29%, com o número máximo de 71 domicílios em apenas um setor censitário.

Em contraponto, temos apenas 14 (3,3% dos 426) setores censitários inseridos na categoria de melhor indicador (percentuais entre 30% e 84%), concentrados na zona sul da cidade, nos setores nos quais se inserem os condomínios ou loteamentos fechados e outros bairros de classe alta, com exceção de apenas dois setores censitários na região leste da cidade, sendo que um deles representa exatamente um loteamento fechado.

A concentração de imóveis com 04 banheiros ou mais por setor pode ser considerada elevada, variando de 51 a 198 imóveis por setor censitário.

Entendemos, assim, que os domicílios particulares permanentes com 04 ou mais banheiros pertencem a uma classe social mais favorecida, e se concentram, principalmente, nas áreas central e sul da cidade, levando-nos a concluir que, como já vinha se configurando, a localização domicílios desta classe mais rica nas mesmas regiões da cidade não se dá por acaso.

Assim, na análise deste indicador percebemos que a localização no espaço intraurbano das classes sociais mais favorecidas não se dá por acaso, o que faz com que os processos de segregação socioespacial e exclusão sociais se acirrem.

MAPA 12
São José do Rio Preto - 2000
Domicílios com até quatro moradores



<http://www.prudente.uaresp.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

Domicílios com até 4 moradores (%)

■	90 ou mais	(16)
■	80 a 90	(261)
■	70 a 80	(105)
■	50 a 70	(14)

() Número de setores censitários

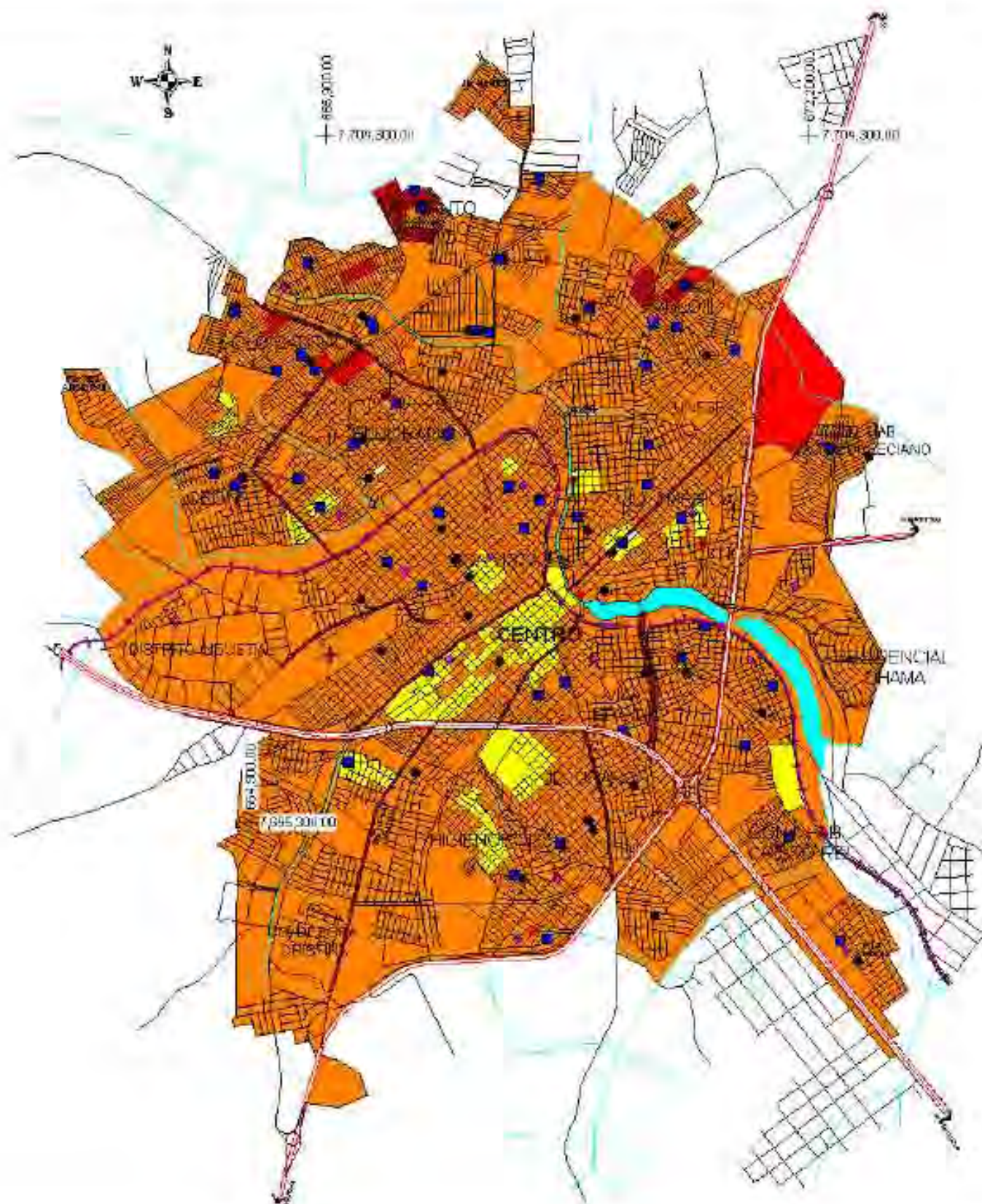
- Unidades de Saúde Municipais
- Creches e Escolas Infantis Municipais
- Escolas Municipais
- Escolas Estaduais
- ✈ Aeroporto
- Rodovias
- Avenidas principais
- Ferrovia
- Hidrografia

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000
 Organização e Realização:
ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Financiamento: CNPq
 Presidente Prudente, 2005.

Escala: 1:50.000
 0 500 1000m

Sistema de Projeção: UTM
 Elipsóide: Hayford - Corrego Alegre



MAPA 13

São José do Rio Preto - 2000

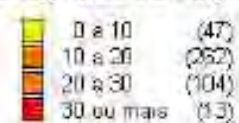
Domicílios com mais de quatro moradores



<http://www.prudente.usp.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

Domicílios com mais de 4 moradores (%)



() Número de setores censitários

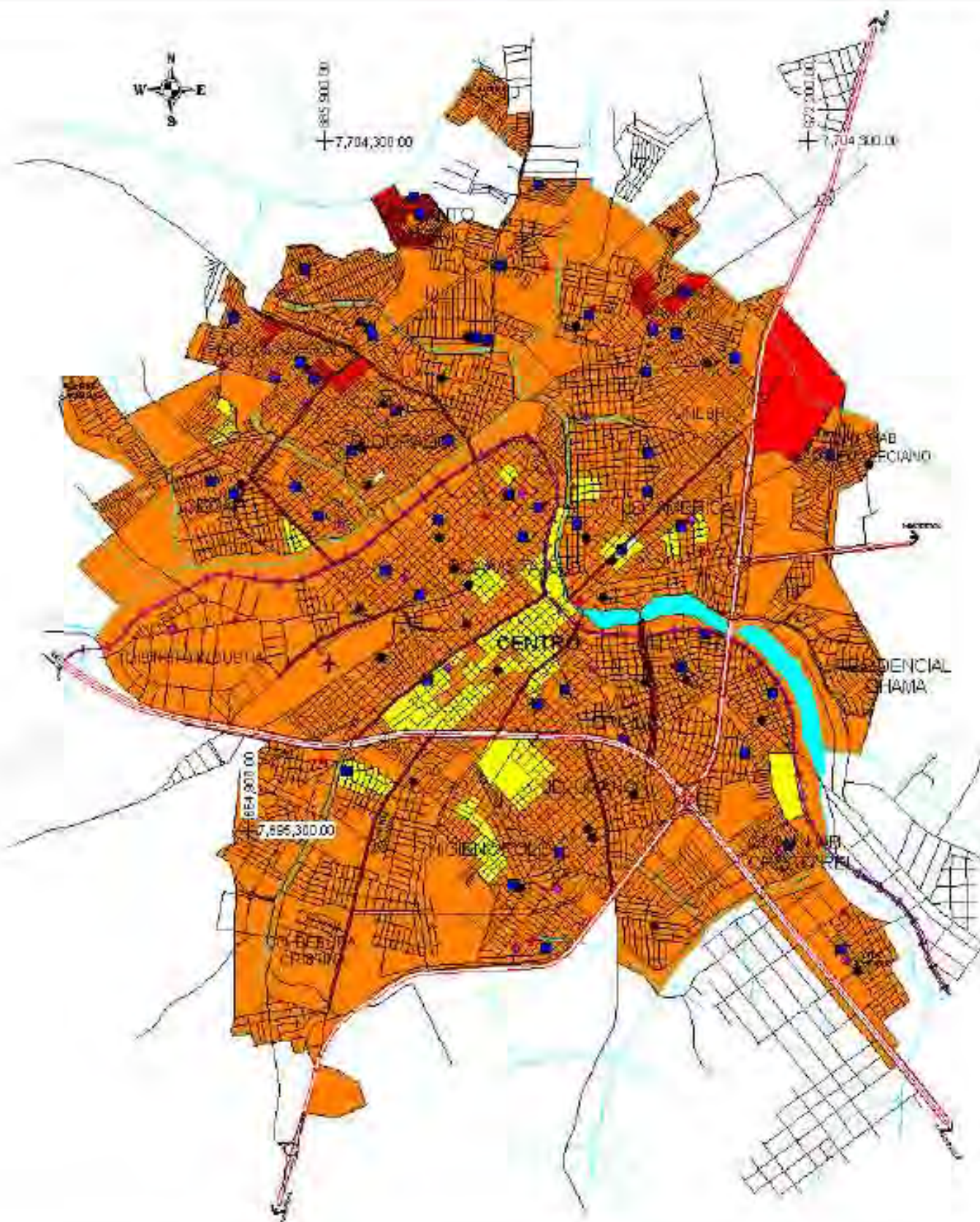
- ★ Unidades de Saúde Municipais
- Creches e Escolas Infantis Municipais
- ◆ Escolas Municipais
- Escolas Estaduais
- ✈ Aeroporto
- Rodovias
- Avenidas principais
- Ferrovia
- Hidrografia

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000
Organização e Realização:
ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Financiamento: CNPq
Presidente Prudente, 2005.

Escala | 60.000
000 0 600 1200m

Sistema de Projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Corrego Alegre



No mapa 12 apresentamos os domicílios por setor censitário que possuem até quatro moradores, entendendo ser este indicador revelador da presença de famílias pouco numerosas ou cujo número de pessoas dependente de um único chefe de família é de no máximo três, revelando-se, portanto, um indicador que representa uma melhor condição de vida para os seus moradores.

Assim, os setores censitários classificados com os piores indicadores são aqueles que apresentam os menores percentuais e os setores com maior percentual são classificados como os melhores indicadores.

Analisando o mapa, notamos que a quase totalidade dos setores censitários (366 ou 86% do total) apresentam indicadores intermediários, com o percentual de domicílios por setor censitário variando entre 70% até 90% e estão homogeneamente distribuídos por todo o espaço intraurbano de São José do Rio Preto.

Em relação aos 46 setores censitários classificados como melhor notamos uma concentração na região central da cidade, onde há uma maior valorização imobiliária, como apontamos nos mapas 06 e 07, concentrando, portanto uma população com melhores condições de vida e onde também há uma menor concentração do percentual de moradores em relação ao total da cidade, como observamos anteriormente, no mapa 04.

Já nas áreas onde se concentram o maior percentual de domicílios por setor (mapa 03) e onde se concentram o maior percentual de moradores (mapa 04), ou seja, nas norte e noroeste, temos também a concentração dos setores censitários com os menores percentuais de domicílios com até quatro moradores, ou seja, dos 14 setores censitários assim classificados, apenas um setor não se localiza nesta área da cidade.

Portanto, o indicador nos permite observar a localização dos domicílios cujo o número de moradores é menor, indicando, assim, uma melhor condição de vida para as pessoas que nelas residem, possibilitando a visualização das desigualdades existentes entre as diversas áreas da cidade.

Já no mapa 13, observamos o contrário do mapa 12, com a localização dos setores censitários cujos domicílios possuem mais de quatro moradores, representando uma qualidade de vida inferior das pessoas que nelas residem.

Assim, analisando o mapa 13 observamos praticamente uma repetição daquilo representado no mapa 12, ou seja, este mapa vem confirmar o mapa anterior, com os setores censitários classificados como melhores ou piores sendo praticamente os mesmos e, conseqüentemente a sua localização.

Com estes dois mapas encerramos a análise do primeiro subgrupo de indicadores relativos à habitação e, a partir deles começamos a configurar e mapear os processos de segregação socioespacial e exclusão social na cidade de São José do Rio Preto, principalmente pela constatação que as áreas da cidade onde se localizam os setores

que apresentam os piores e os melhores indicadores acabam por se repetir, como por exemplo, a predominância de maior percentual – que representam, nesse caso, os piores indicadores – de domicílios improvisados, domicílios tipo cômodo, sem banheiro e com maior percentual de domicílios com mais de quatro moradores nas áreas norte e noroeste, principalmente, e com menor destaque a área leste da cidade, onde se concentram e predominam os loteamentos destinados às classes de menor poder aquisitivo.

Enquanto isso, os domicílios situados, predominantemente na região sul da cidade, onde se localizam a maioria dos loteamentos ou condomínios fechados, apresentam os melhores indicadores, com a presença de maior percentual de domicílios com 04 banheiros ou mais, ou ainda a presença não significativa de domicílios improvisados, do tipo cômodo ou sem banheiro e também a presença de poucos domicílios com mais de quatro moradores.

Esse mapeamento, nos mostra como as desigualdades intraurbanas vão se configurando e os espaços da segregação socioespacial e da exclusão social são estruturados e determinados.

8.2 – Indicadores de infraestrutura de saneamento básico

Dando seqüência, procuraremos neste item mapear os indicadores de desigualdade intraurbana que apresentam o acesso das residências e das pessoas em relação à infraestrutura de saneamento básico essencial à garantia de melhores condições de vida para toda a população da cidade.

Entendemos que a oferta e a garantia de acesso à esse serviços à população é papel fundamental por parte do poder público municipal e o mínimo para garantir uma condição de vida digna para os moradores da cidade como um todo.

Como podemos observar anteriormente, na tabela 06, a cidade de São José do Rio Preto se mostra em boas condições em relação à infraestrutura de saneamento básico, pois 98,16% dos domicílios possuem banheiro e água encanada e 99,7% apresentam coleta de lixo. Porém, como poderemos observar a seguir, algumas áreas específicas da cidade não representarão esta realidade, mostrando que as desigualdades sociais e espaciais intraurbana também são acirradas por estes indicadores.

Assim, na seqüência, apresentaremos os seis indicadores de saneamento básico que nos permitem desvendar as desigualdades intraurbanas da cidade de São José do Rio Preto. Começamos pelo mapeamento dos domicílios com abastecimento de água ligados à rede geral.

No mapa 14 apresentamos um primeiro indicador referente a infraestrutura urbana de saneamento básico, que são os domicílios particulares permanentes com abastecimento de água ligados a rede geral com canalização em pelo menos um cômodo da casa.

Como observamos na análise do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, na tabela 06, o município de São José do Rio Preto apresentava uma cobertura de 98,16% dos domicílios com abastecimento de água.

Seguindo este dado, podemos observar no mapa uma distribuição homogênea por toda a cidade dos setores censitários com melhor, intermediário ou pior indicador.

Devemos ter atenção que os 6 setores censitários classificados no pior indicador (percentuais entre 0% e 25%), ou seja, setores com menor número ou percentual de domicílios ligados à rede geral de água localizam-se em pontos diferenciados da cidade, destacando o setor representando um vazio urbano.

Já no outro extremo, os setores censitários classificados com os melhores indicadores (percentuais de 75% a 100%) representam a quase totalidade dos setores 402 (ou 94,4%) com domicílios com abastecimento de água ligados à rede geral

Portanto, o mapa mostra uma boa distribuição espacial da infraestrutura de abastecimento de água na cidade como um todo, com apenas alguns pontos específicos onde o problema deve ser solucionado.

No entanto, os resultados apresentados por este indicador podem não demonstrar uma desigualdade social e espacial intraurbana na cidade analisada, mas pode ser interessante na análise de outras realidades intraurbanas do Brasil.

MAPA 15

São José do Rio Preto - 2000

Domicílios com abastecimento de água de outra forma



<http://www.prudente.uesp.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

Domicílios por setor (%)

0	(395)
0 a 0,5	(18)
0,5 a 1	(9)
1 a 10	(4)

() Número de setores censitários

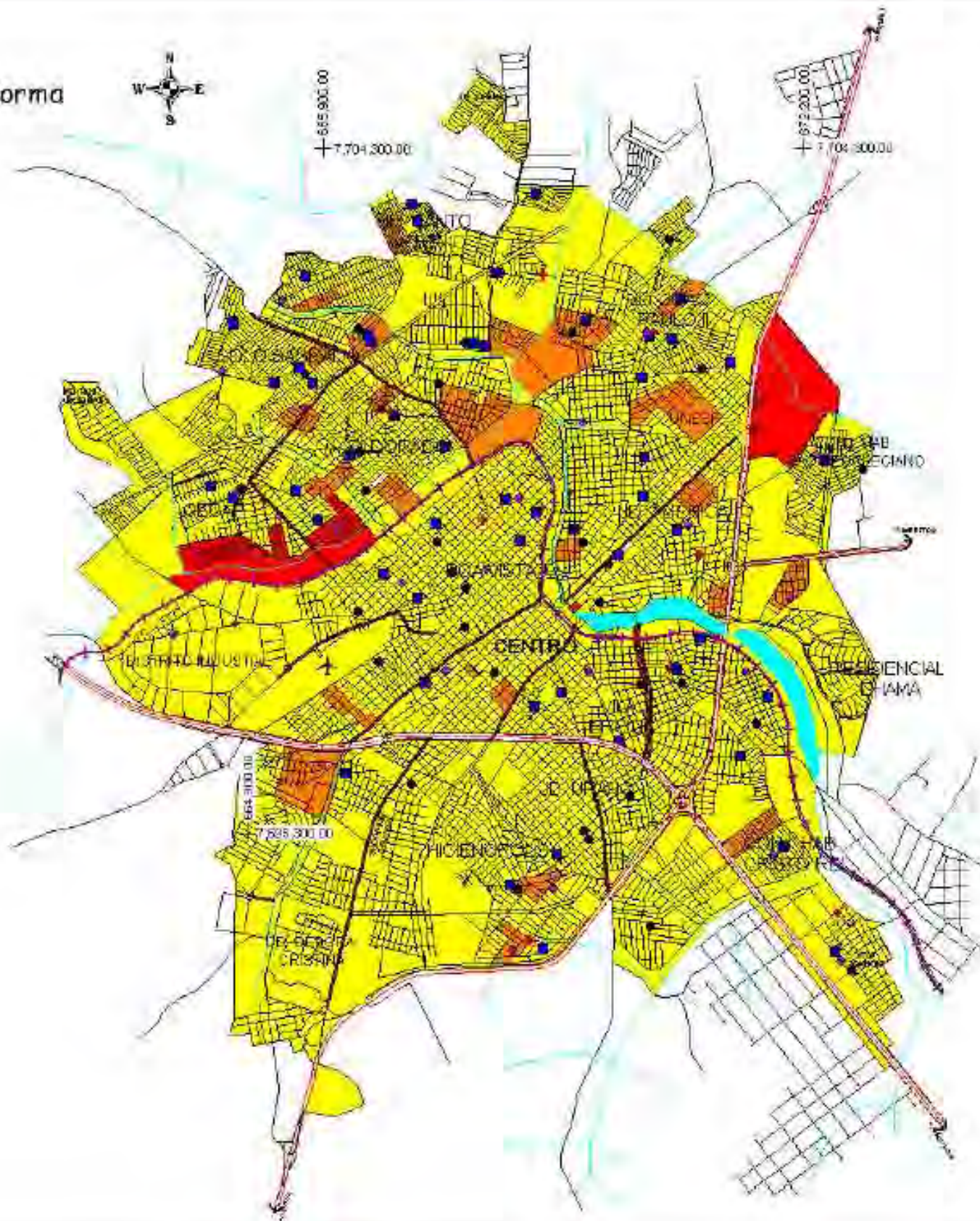
- ★ Unidades de Saúde Municipais
- Crèches e Escolas Infantis Municipais
- Escolas Municipais
- Escolas Estaduais
- ✈ Aeroporto
- Rodovias
- Avenidas principais
- Ferrovia
- Hidrografia

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000
Organização e Realização:
ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Financiamento: CNPq
Presidente Prudente, 2005.

Escala: 1:60.000
0 0 600 1200

Sistema de Projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Corrego Alegre



Apresentamos no mapa 15 a distribuição espacial dos domicílios particulares permanentes com abastecimento de água de outra forma, definido pelo IBGE (2000, p.83) “quando o domicílio for servido de água de reservatório (ou caixa), abastecido com água da chuva, por carro pipa, ou ainda, por poço ou nascentes localizados fora do terreno ou da propriedade onde está construído.

Confirmando o dado apresentado pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, notamos através deste mapa uma boa cobertura de abastecimento de água na cidade de Rio Preto, pois 92,7% (395) dos 426 setores censitários da cidade apresentam-se classificados com melhor indicador, com todos os setores não apresentando sequer um domicílio com abastecimento de água de outra forma.

Com relação aos 27 setores intermediários, percentual de domicílios por setor censitário com abastecimento de água de outra forma varia de apenas 0,1% até 1% dos domicílios por setor censitário e, em quase todos os setores, apenas um domicílio apresenta tal característica, com outros cinco setores apresentando entre dois e três domicílios.

E, apenas quatro setores apresentam 62% (57 de 92) do total de domicílios da cidade com abastecimento de água de outra forma, situados nas zonas noroeste e leste da cidade da cidade, em vazios urbanos, demonstrando ser necessário uma atuação direta para solucionar o problema. Atentamos ainda que apenas um setor apresenta 47 domicílios (ou 51% do total) com o abastecimento de água ocorrendo de outra forma.

Esta constatação demonstra como os indicadores sociais quando apresentados pela média mascaram a realidade, pois se assim fosse adotado, não conseguiríamos localizar no espaço intraurbano apenas os quatro setores muito desigual entre todos os outros em relação a forma do abastecimento de água, demonstrando, assim, que o indicador selecionado foi fundamental neste caso analisado.

MAPA 16

São José do Rio Preto - 2000

Domicílios com esgotamento sanitário ligado à rede geral



<http://www.prudente.uesp.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

Domicílios por setor (%)



() Número de setores censitários

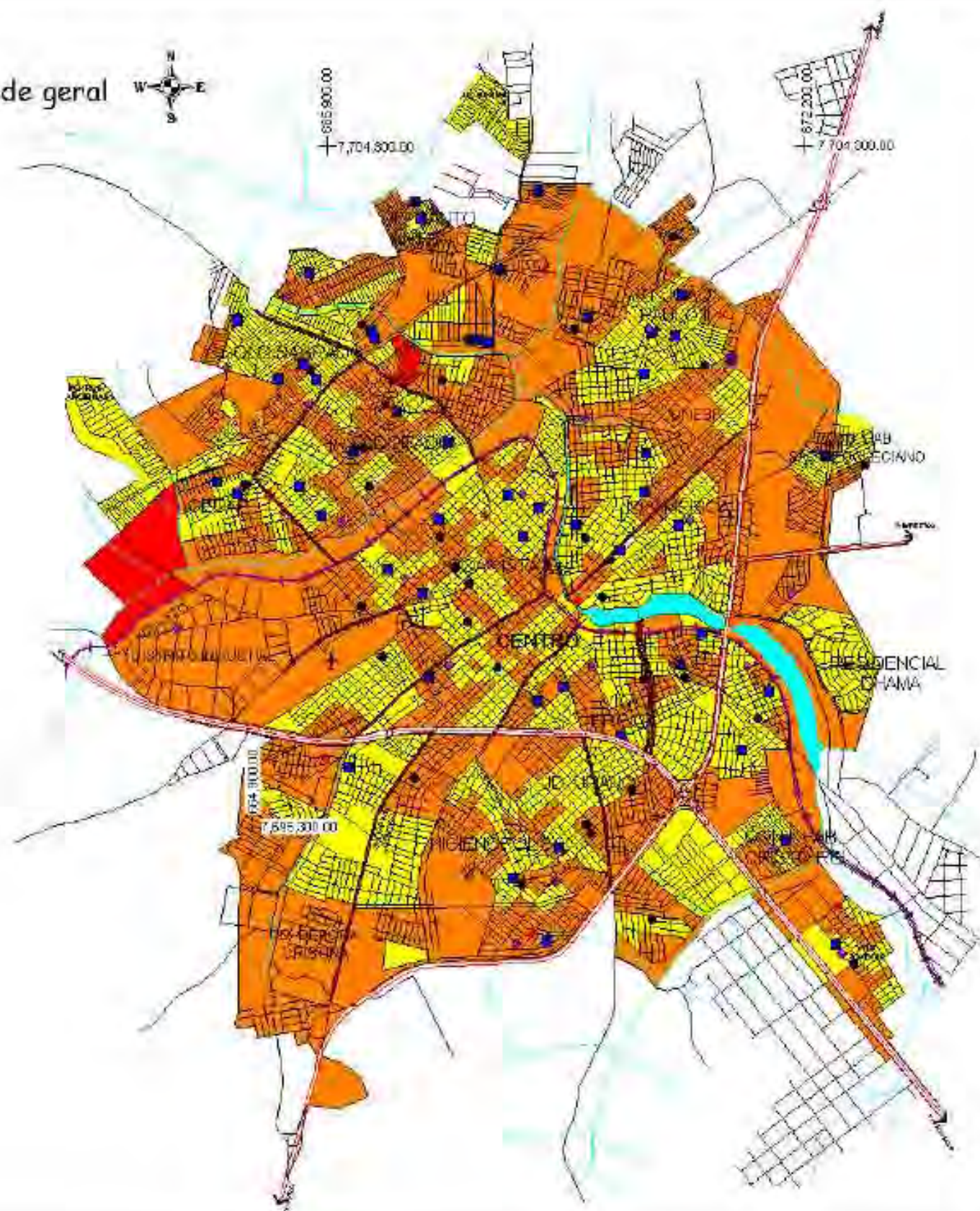
- Unidades de Saúde Municipais
- Creches e Escolas Infantis Municipais
- Escolas Municipais
- Escolas Estaduais
- ✈ Aeroporto
- Rodovias
- Avenidas principais
- Ferrovia
- Hidrografia

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000
Organização e Realização:
ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Financiamento: CNPq
Presidente Prudente, 2005.

Escala: 1:60.000
600 0 600 1200m

Sistema de Projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Corrego Alegre



Demonstrando mais um indicador referente à infraestrutura urbana e à condição ambiental dos domicílios, apresentamos no mapa 16 a distribuição espacial dos domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário com esgotamento sanitário ligado à rede geral de esgoto ou pluvial.

Percebemos pelo mapa que São José do Rio Preto apresenta uma cobertura boa com relação à rede de esgoto, e sua distribuição espacial se aproxima muito do que ocorre com o abastecimento de água, ou seja, os 234 setores censitários com melhores indicadores (100% dos domicílios por setor), neste caso, estão espalhados de forma homogênea por todo espaço intraurbano, sem uma concentração em uma área geral da cidade.

Chama a atenção que apenas dois setores censitários são classificados com os piores indicadores, com os percentuais sendo de 0% em um setor e 2% em outro, localizados um na porção noroeste (um vazio urbano) da cidade e um outro setor na parte norte da cidade, ou seja, em áreas que vêm se configurando com os piores indicadores.

Em relação aos 190 setores censitários classificados com os indicadores intermediários, percebemos uma distribuição por todo o espaço intraurbano da cidade e, a grande maioria deles (182 setores) possuem entre 90% e 99% dos domicílios com banheiro ou sanitário com esgotamento sanitário ligados à rede geral.

Assim sendo, na realidade urbana de São José do Rio Preto este indicador não expressa uma desigualdade na prestação dessa infraestrutura de saneamento, mas pode ser fundamental para compreender outras cidades onde ocorra uma seletividade na distribuição dos serviços de infraestrutura, beneficiando determinadas regiões em detrimento de outras.

MAPA 17

São José do Rio Preto - 2000

Domicílios com esgotamento sanitário de outra forma



<http://www.prudente.unesp.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

Domicílios por setor (%)



() Número de setores censitários

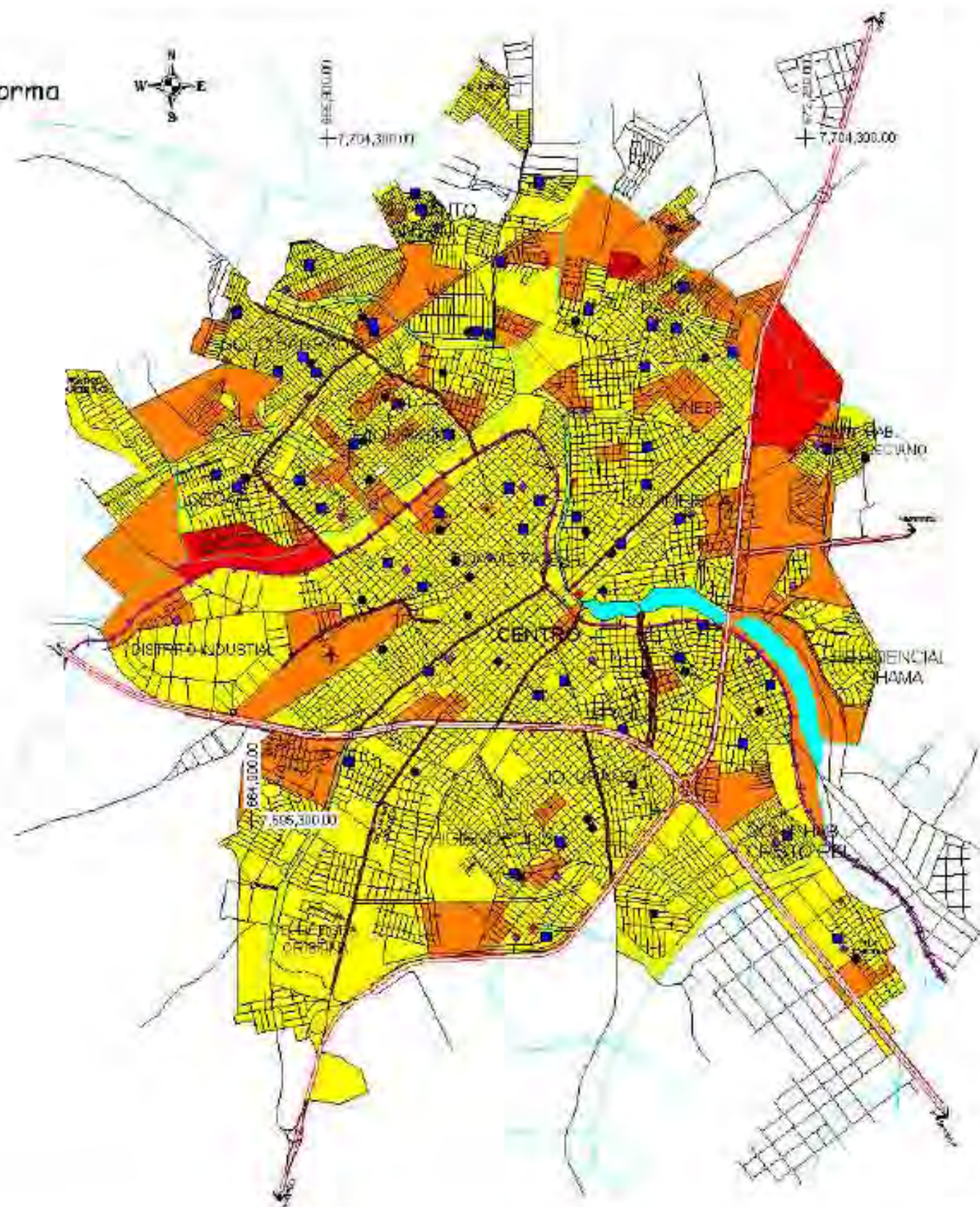
- Unidades de Saúde Municipais
- Creches e Escolas Infantis Municipais
- Escolas Municipais
- Escolas Estaduais
- ✈ Aeroporto
- Rodovias
- Avenidas principais
- Ferrovia
- Hidrografia

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000
Organização e Realização:
ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Financiamento: CNPq
Presidente Prudente, 2005.

Escala: 1:60.000
0 0 600 1200m

Sistema de Projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Corrego Alegre



No mapa 17 procuramos representar os domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário cujo esgotamento sanitário se dá de outras formas que não seja a rede geral de esgoto, como por exemplo o despejo em rios ou lagos, fossas negras, valas ou ainda outras formas definidas pelo IBGE (2000, p.85) “quando o escoadouro do dejetos provenientes do banheiro ou sanitário não se enquadrar nas outras categorias”.

Como apontamos anteriormente, São José do Rio Preto apresenta uma boa cobertura na rede geral de esgoto, sendo confirmado a partir deste indicador, que aponta um percentual de 88,7% dos setores censitários classificados no melhor indicador (sem domicílios com esgotamento sanitário sendo destinado de outras formas) e sua distribuição espacial ocorrendo pela cidade como um todo, com um destaque maior para a área central da cidade, tradicionalmente provida dessa infraestrutura urbana de saneamento básico.

Dos 45 setores censitários intermediários, também distribuídos por todo o espaço urbana de São José do Rio Preto, mas, principalmente na periferia noroeste, norte e leste, 20 setores apresentam apenas um domicílio por com o esgotamento sanitário ocorrendo de outra forma.

Assim, o mapa apresenta com exatidão a localização dos três setores censitários – que representam 57,3% (248) do total de 433 domicílios nesta condição – mais problemáticos em relação a este indicador de saneamento, com concentração maior na região norte da cidade, diferenciando-a, portanto do restante da cidade, mostrando que a desigualdade intraurbana existe, por mais imperceptível que seja, e que deve ser combatida, na busca de oferecer melhores condições de vida para toda a população.

MAPA 18

São José do Rio Preto - 2000

Domicílios com lixo coletado pelo serviço de limpeza

SIMESPP
Serviço de Inovação em Mapeamento e Estatística Social para Políticas Públicas

<http://www.prudente.uasp.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

Domicílios por setor (%)

100	(307)
90 a 100	(114)
60 a 90	(4)
0	(1)

() Número de setores censitários

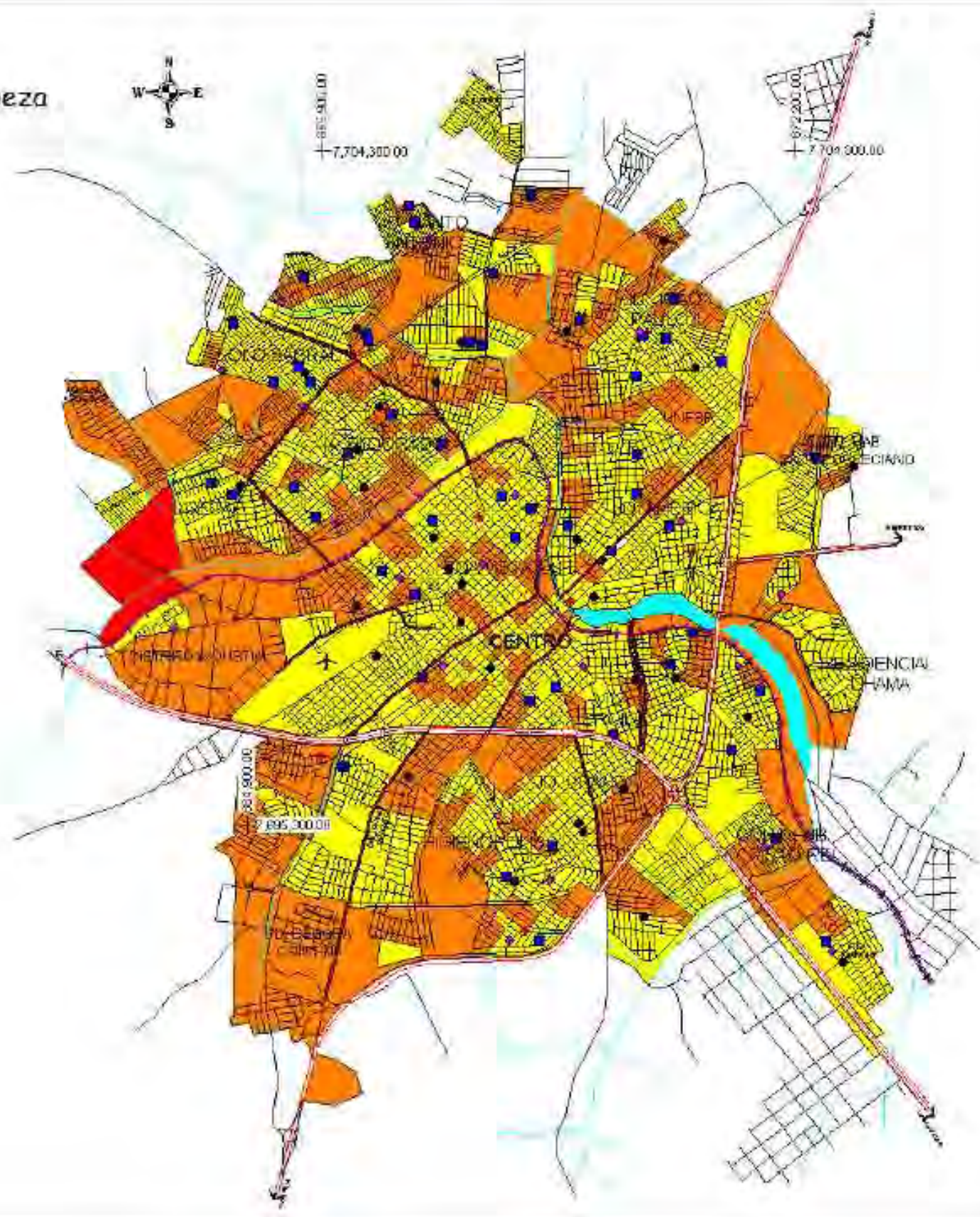
- Unidades de Saúde Municipais
- Creches e Escolas Infantis Municipais
- Escolas Municipais
- Escolas Estaduais
- Aeroporto
- Rodovias
- Avenidas principais
- Ferrovias
- Hidrografia

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000
Organização e Realização:
ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Financiamento: CNPq
Presidente Prudente, 2005.

Escala | 60.000
0 600 1200m

Sistema de Projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Corrego Alegre



Ao analisarmos os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, notamos na tabela 6 que a cobertura da coleta de lixo por serviço de limpeza na cidade riopretense apresentava o melhor índice, com um percentual de 99,7% dos domicílios atendidos.

Assim, no mapa 18 confirmamos a informação do Atlas, ao notarmos uma distribuição homogênea por toda cidade de todos os setores censitários nas diferentes condições, ou seja, não há concentração em nenhuma área geral da cidade dos indicadores melhores (100% dos domicílios) ou intermediários (entre 67% e 99,9%).

Temos apenas um setor classificado no pior indicador, novamente o vazio urbano localizado na porção noroeste da cidade que não têm nenhum domicílio com coleta de lixo realizada pelo serviço de limpeza.

Podemos apontar, ainda que 64 setores classificados como intermediários apresentam apenas um domicílio em cada setor nas condições apontadas pelo indicador.

Isso demonstra uma efetiva qualidade na oferta desta prestação de serviço para toda cidade, sem benefício de uma área em detrimento da outra, mas, ficando claro que não analisamos a qualidade e a periodicidade desta coleta de lixo nas diferentes áreas. No entanto, apesar da homogeneidade na distribuição espacial dos setores para esta realidade analisada, o indicador selecionado apresenta possibilidades de definir desigualdades em outros casos.

MAPA 19

São José do Rio Preto - 2000

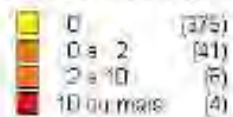
Domicílios com lixo outro destino



<http://www.prudente.uaespp.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

Domicílios por setor (%)



() Número de setores censitários

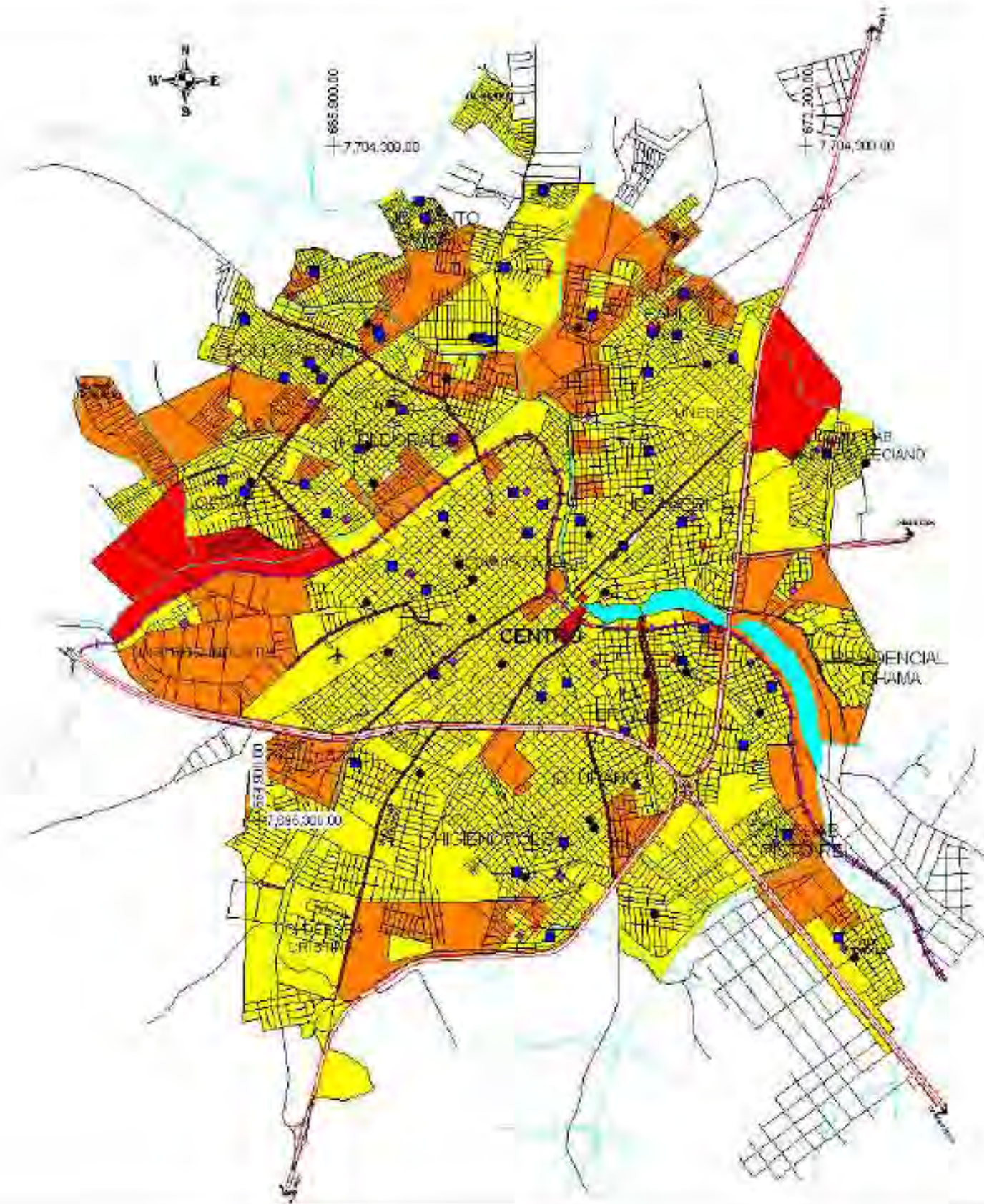
- Unidades de Saúde Municipais
- Creches e Escolas Infantis Municipais
- ◆ Escolas Municipais
- Escolas Estaduais
- ✈ Aeroporto
- Rodovias
- Avenidas principais
- Ferrovia
- Hidrografia

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000
Organização e Realização:
ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Financiamento: CNPq
Presidente Prudente, 2005.

Escala: 1:60.000
0 0 600 1200m

Sistema de Projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Corrego Alegre



Representamos no mapa 19 a distribuição espacial dos setores censitários cujo destino do lixo dos domicílios particulares permanentes não é coletado pelos serviço de limpeza e têm outro destino, como enterrado ou queimado no terreno ou jogado em terrenos baldios ou rios e lagos e ainda outro destino, definido pelo IBGE (2000, p.86) como o destino do lixo sendo diferentes das outras formas apontadas acima.

Percebemos praticamente a cidade inteira classificada com o melhor indicador (nenhum domicílio com coleta de lixo tendo outro destino), perfazendo um total de 375 setores censitários (88% do total) em boa situação na cobertura de coleta de lixo pelo serviço de limpeza.

No entanto, apesar de 88% da cidade ser bem servida pelo serviço de coleta de lixo, poucos setores concentram a maioria dos domicílios com outros destinos do lixo. Enquanto os 41 setores classificados com os indicadores intermediários (percentual variando entre 0,1% e 2%) possuem entre 1 e 7 e os outros 6 setores intermediários possuem no máximo 26 domicílios por setor nesta condição do destino do lixo, apenas quatro setores censitários, classificados com pior indicador (10% ou mais) concentram 181 (54,7% do total) domicílios com destino do lixo sendo realizado de outra forma.

Concluimos na análise do mapa que a localização dos domicílios particulares com lixo tendo outro destino são as áreas noroeste, nordeste e um setor na área central da cidade em detrimento do restante da cidade, permitindo, assim, a localização exata do indicador e onde a atuação de combate ao problema deva ser implementada.

Assim, o indicador selecionado permite localizar com precisão os locais de maior desigualdade em relação à cidade como um todo, onde a coleta de lixo pelo serviço de limpeza não é executada ou a população destina o lixo de forma errônea.

Neste mapa encerramos a análise do segundo subgrupo de indicadores sociais de desigualdade intraurbana relativos à infraestrutura de saneamento básico que, conjuntamente com os indicadores habitacionais permite configurar e mapear a estrutura dos processos de segregação socioespacial e exclusão social na cidade de São José do Rio Preto.

Com os seis indicadores apresentados neste segundo subgrupo, apesar de alguns não permitirem a percepção das desigualdade intraurbanas, para o caso estudado, podemos confirmar aquilo que constatamos com os indicadores de habitação: que as algumas áreas gerais da cidade concentram a localização dos setores censitários que apresentam os piores e os melhores indicadores, como por exemplo, a predominância de maior número – que representam, nesse caso, os piores indicadores – de setores cujos domicílios não possuem a canalização de água ligadas à rede geral e que o abastecimento se dá de outra forma, ou ainda os percentuais de domicílios com esgotamento sanitário ocorrendo de outra forma que não ligados à rede geral de esgoto e mesmo em relação ao

destino do lixo localizando-se nas zonas norte e noroeste, principalmente, e com menor destaque a parte leste da cidade, onde se concentram e predominam os loteamentos destinados às classes de menor poder aquisitivo.

Enquanto isso, os setores censitários situados, predominantemente nas áreas sul e central da cidade, onde se localizam a maioria dos loteamentos ou condomínios fechados e onde a valorização imobiliária é maior, apresentam os melhores indicadores, com a concentração de maior número de domicílios com abastecimento de água ligados à rede geral, com o esgotamento sanitário ligado à rede geral e também com o destino do lixo sendo realizado corretamente pelo serviço de limpeza.

Podemos perceber, portanto como as desigualdades sociais e espaciais intraurbanas vão se estruturando e como os espaços da segregação socioespacial e da exclusão social vão sendo definidos.

8.3 – Indicadores econômicos

Prosseguindo em nossa análise dos indicadores sociais que possam revelar os processos de segregação socioespacial e exclusão social em São José do Rio Preto, abordaremos a seguir os três indicadores referentes ao rendimento mensal das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes.

Os três indicadores de renda procuram caracterizar economicamente os responsáveis pelos domicílios particulares e, conseqüentemente, mapear a localização de diferentes segmentos sociais representados pela renda do chefe de família no espaço intraurbano de São José do Rio Preto, configurando, como os dez indicadores de habitação até aqui analisados, as desigualdades sociais e espaciais intraurbanas da cidade analisada.

Dentre os indicadores econômicos, temos aqueles que indicam as classes sociais menos favorecidas, que indicam o responsável pelo domicílio particular permanente sem renda mensal e aqueles com renda mensal de até 2 salários mínimos, como também o indicador do responsável pelo domicílio particular permanente com renda superior a 15 salários mínimos, representando a classe social mais abastada.

MAPA 20

São José do Rio Preto - 2000

Pessoas responsáveis pelos domicílios sem renda



<http://www.prudente.uesp.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

Pessoa responsável pelo domicílio por setor (%)

0 a 5	(256)
5 a 10	(121)
10 a 15	(36)
15 ou mais	(13)

() Número de setores censitários

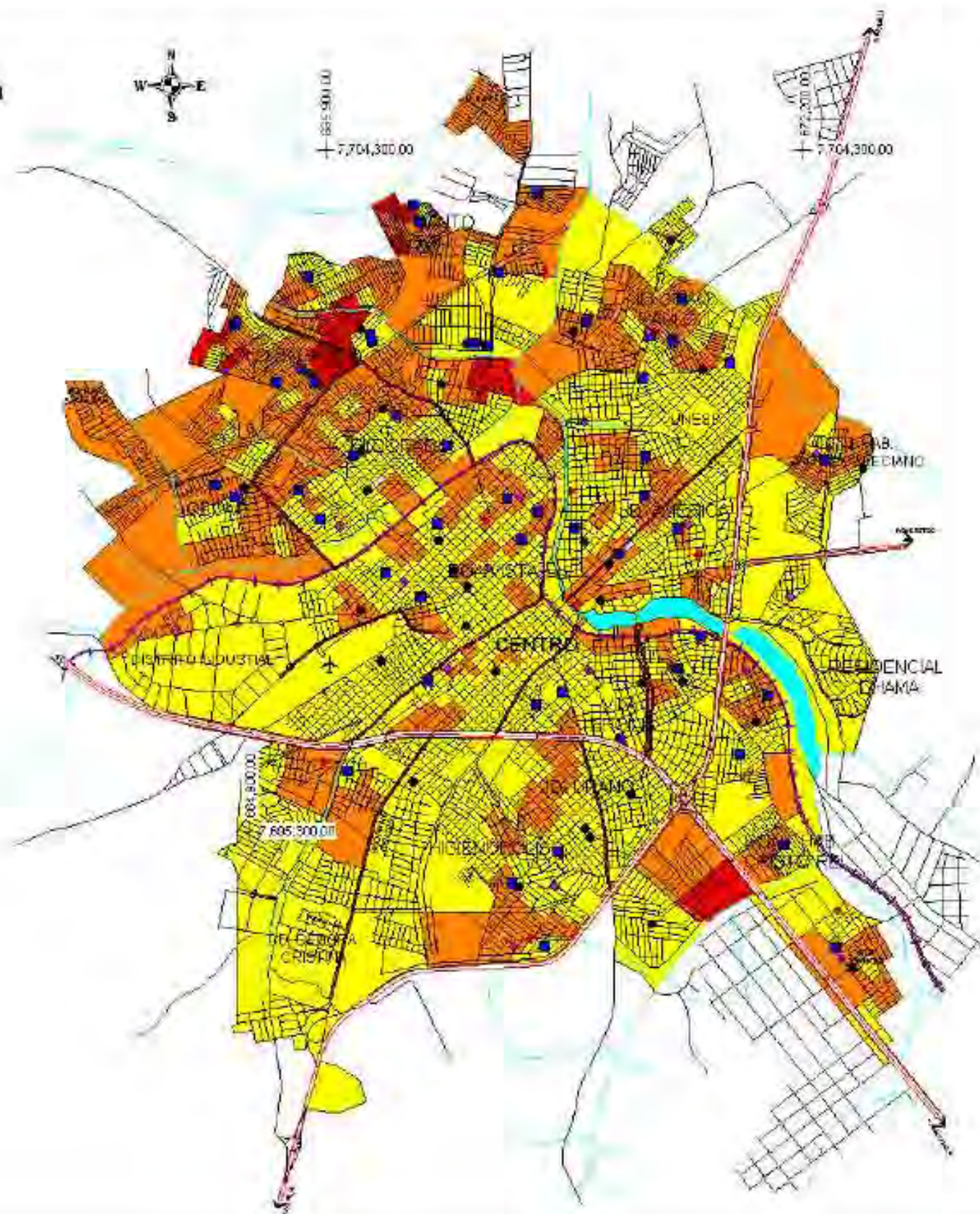
- Unidades de Saúde Municipais
- Creches e Escolas Infantis Municipais
- ◆ Escolas Municipais
- Escolas Estaduais
- ✈ Aeroporto
- Rodovias
- Avenidas principais
- Ferrovia
- Hidrografia

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000
Organização e Realização:
ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Financiamento: CNPq
Presidente Prudente, 2005.

Escala: 1:50.000
0 500 1000

Sistema de Projeção: UTM
Epsilão: Hayford - Córrego Alegre



Numa análise do mapa 20 percebemos nitidamente a concentração dos 13 (3%) setores censitários com pior indicador (com percentuais por setor censitário igual ou superior a 15%) nas áreas norte e noroeste da cidade, com exceção de apenas um setor situado ao sul da cidade. Esses setores apresentam entre 10 e 94 domicílios com os responsáveis sem renda, confirmando a presença de um grande número de famílias de baixa renda nessas porções da cidade.

Notamos ainda que os 157 setores que se classificam intermediário (percentuais variando entre 5% e 15%), apesar de distribuídos por todo o espaço intraurbano de São José do rio Preto, também se concentram nas mesmas áreas dos piores setores, ou seja, nas áreas noroeste e norte, onde se encontram, como já apontamos, a maioria dos loteamentos destinados à população de baixa renda, como vem se confirmando em quase todos os indicadores até aqui analisados.

Em contrapartida, observamos que os 256 setores censitários que se situam entre os melhores indicadores, concentram-se principalmente nas regiões oeste e sul da cidade e apresentam poucos domicílios nos quais os responsáveis declaram não possuir renda, variando entre zero (20 setores) e 23 domicílios por setor censitário. O mesmo pode ser observado com os setores classificados como intermediários, com uma variação do número de domicílios por setor sendo de 8 a 33 quando os percentuais de domicílios por setor variam entre 5% a 10% e entre 19 e 55 quando os percentuais variam entre 10% a 15%.

Concluimos, portanto, que as classes sociais menos favorecidas acabam por se concentrar em alguns poucos setores censitário (13 no total, ou apenas 3%) da cidade, mas concentrados em apenas duas áreas gerais da cidade, observado, principalmente, pelo elevado número de setores que apresentam os melhores indicadores (256 setores num total de 426, ou seja, 60,1%).

Apesar de a classe social menos privilegiada se concentrar em apenas duas áreas da cidade, não significa que há regiões totalmente homogêneas, formadas por apenas uma classe social, confirmada pela existência de setores de pior indicador e indicador intermediário em outras regiões da cidade (sudoeste e sul).

Portanto, o indicador apresenta a condição de facilmente definir as desigualdades existentes no espaço intraurbano de São José do Rio Preto.

MAPA 21

São José do Rio Preto - 2000

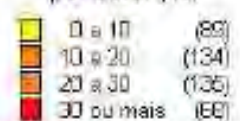
Pessoa responsável pelo domicílio com renda até 2 salários mínimos



<http://www.prudente.uar.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

Pessoa responsável pelo domicílio por setor (%)



() Número de setores censitários

- Unidades de Saúde Municipais
- Creches e Escolas Infantis Municipais
- Escolas Municipais
- Escolas Estaduais
- ✚ Aeroportu
- Rodovias
- Avenidas principais
- Ferrovia
- Hidrografia

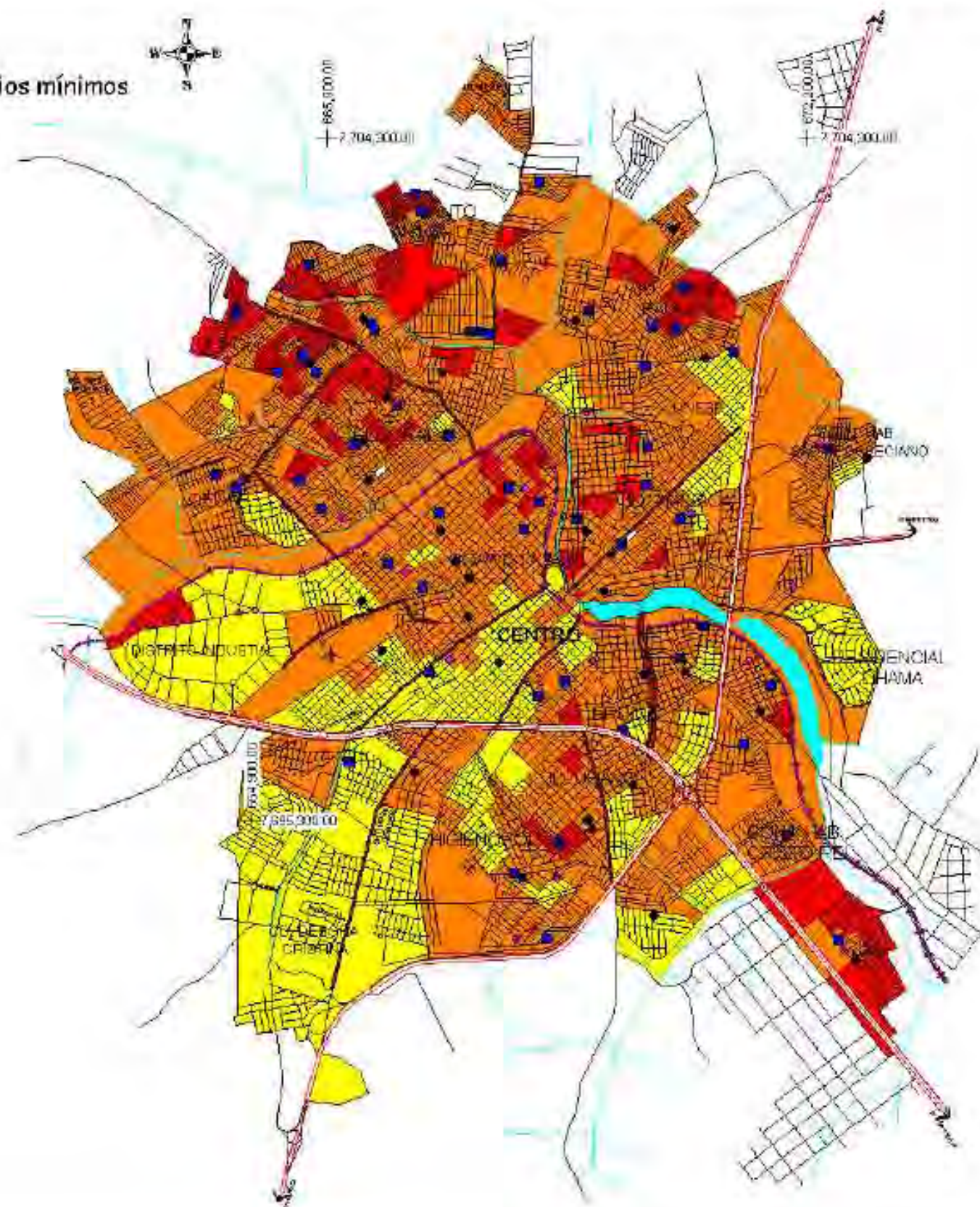
Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000

Organização e Realização:
ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Financiamento: CNPq
Presidente Prudente, 2005.

Escala: 1:60.000
0 300 600 1200m

Sistema de Projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Corrego Alegre



No mapa 21 representamos os setores censitários que representam a espacialização no espaço intraurbano de São José do Rio Preto outro indicador de renda que, como a variável anterior, destaca a localização da classe mais pobre da cidade: a pessoa responsável pelo domicílio particular permanente com rendimento mensal até dois salários mínimos. Ressaltamos que neste indicador se enquadram chefes de família com rendimentos inferiores a dois salários mínimos mensais.

Neste mapa observamos uma concentrada localização dos 68 setores censitários de pior indicador (percentuais iguais ou superiores a 30% de domicílios por setor) novamente nas áreas norte e noroeste da cidade, vindo a confirmar, novamente, a concentração da classe menos favorecida em poucos setores da cidade e em determinadas localizações (que se repetem nas diferentes variáveis já analisadas) como as áreas norte e noroeste, com destaque também para a porção sudeste, neste caso.

Assim como o indicador anterior, que apresentava um elevado número de domicílios por setor censitário com o responsável sem renda (entre 10 e 94 domicílios), neste indicador os setores de pior indicador apresentam até 88 domicílios por setor censitário com o responsável declarando possuir renda mensal até dois salários mínimos, mostrando que o número de responsáveis pelos domicílios sem renda é muito parecido àqueles com renda até dois salários mínimos, significando uma condição qualidade de vida muito ruim.

Temos também neste mapa a constatação de que os setores censitários de indicador intermediário, com percentuais variando entre 10% e 30% (269 setores ou 63,1% do total), distribuem por toda a cidade, mas também concentram-se nas mesmas áreas que os setores de pior indicador.

Como no indicador anterior, temos a maioria dos 89 setores censitários de melhor indicador (de 0% até 10% de domicílios por setor) concentrando-se nas áreas que já se configuram como sendo a localização das classes sociais mais favorecidas, ou seja, as áreas central e sul/sudoeste da cidade.

Observamos, também, que os setores classificados como piores e intermediários, representando um total 337 setores ou 79,1% deles, levando-nos a concluir novamente a concentração da classe mais pobre em poucos setores da cidade, o que não significa, no entanto, que os ricos estão espalhados por todo o espaço ou áreas da cidade, o que pode mostrar um elevado grau de exclusão social e de segregação socioespacial ou de autosegregação quando consideramos que estes têm a possibilidade de escolher seu local de moradia, o que confirma, mais ainda, a questão de a localização das diferentes classes sociais, pois os piores e os melhores setores nas diferentes variáveis acabam se repetindo.

Concluimos, assim, que o mapeamento do indicador de pessoa responsável pelo domicílio particular permanente com renda mensal de até 2 salários mínimos permite

uma representação muito nítida da desigualdade existente entre os diferentes setores censitários e as diferentes áreas gerais da cidade.

MAPA 22

São José do Rio Preto - 2000

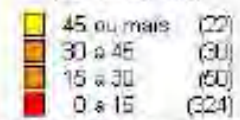
Pessoa responsável pelo domicílio com renda mais de 15 salários mínimos



<http://www.prudente.uar.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

Pessoa responsável pelo domicílio por setor (%)



() Número de setores censitários

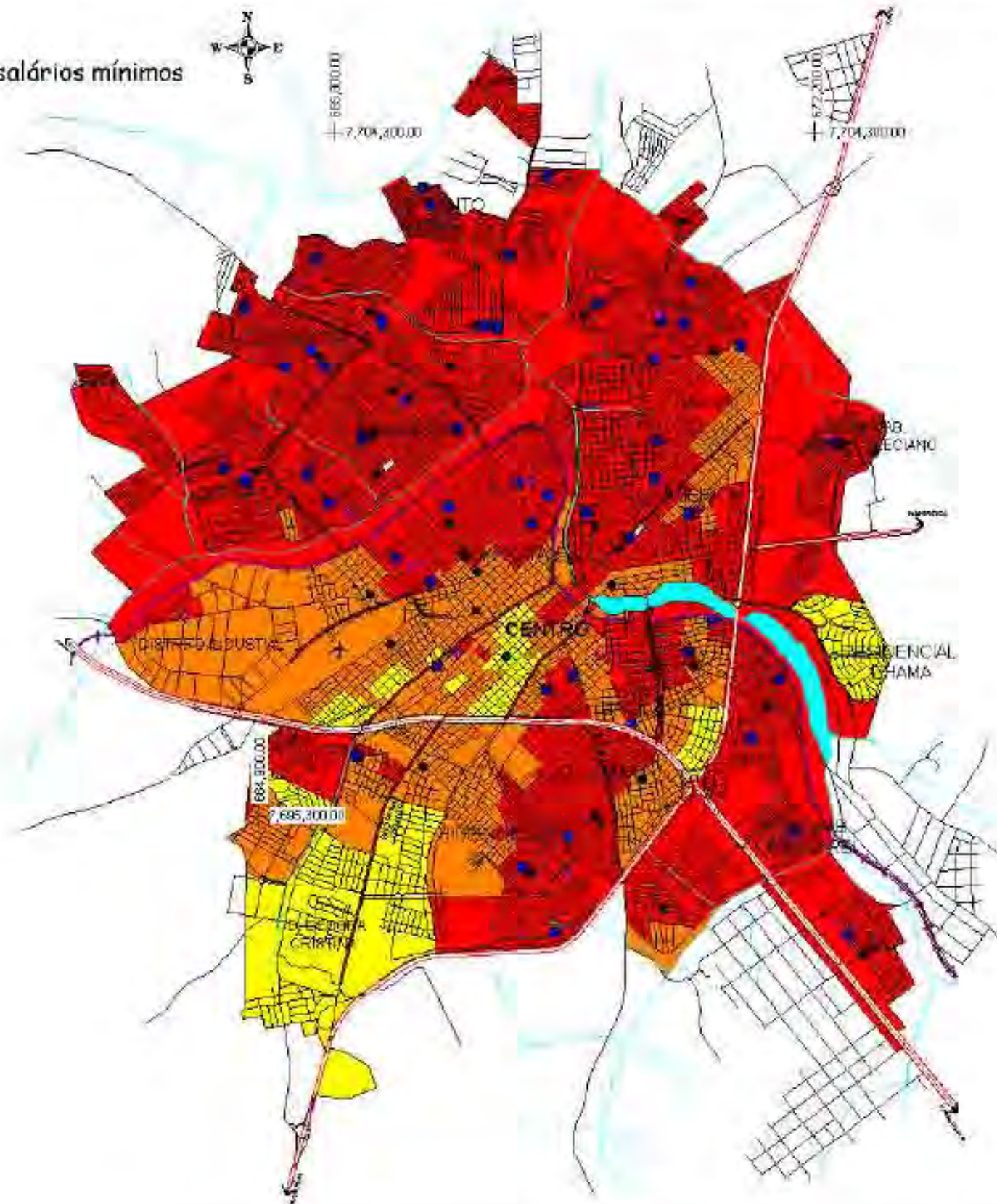
- ★ Unidades de Saúde Municipais
- Creches e Escolas Infantis Municipais
- Escolas Municipais
- Escolas Estaduais
- ✈ Aeroporto
- Rodovias
- Avenidas principais
- Ferrovia
- Hidrografia

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000
Organização e Realização:
ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Financiamento: CNPq
Presidente Prudente, 2005.

Escala | 60.000
0 600 1200m

Sistema de Projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Corrego Alegre



O terceiro indicador econômico analisado representa o outro extremo do rendimento mensal dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, ou seja, aqueles com renda mensal superior a 15 salários mínimos, como podemos observar no mapa 22, que representa a localização da classe social mais favorecida.

Assim, os setores classificados com os piores indicadores são, agora, representados pelos menores percentuais (entre 0% a 15% de domicílios por setor em que o responsável pelo domicílio possui renda mensal superior a 15 salários mínimos) e representam a grande maioria dos setores censitários da cidade (76,5% ou 324 setores) e localizados em todas as áreas gerais da cidade, com menor grau de concentração nas áreas central e sudoeste. Dos 324 setores assim classificados, 26 não apresentam sequer um responsável pelo domicílio declarando possuir tal renda mensal, enquanto outros 33 setores apresentam apenas um responsável em tal situação e os setores 265 restantes possuem entre dois e 52 responsáveis possuindo uma renda mensal acima de 15 salários mínimos, mostrando que os ricos se concentram, mas não se localizam exclusivamente nessas áreas de concentração.

Os 50 setores censitários inseridos na primeira variação de percentuais (15% a 30%) e que representam uma parcela dos indicadores intermediários, concentram-se principalmente nas áreas oeste e central da cidade e o número de responsáveis inseridos em tal faixa de renda por setor censitário varia de 22 a 78.

Podemos observar que os outros 30 setores intermediários (percentuais entre 30% a 45%) concentram-se, principalmente na porção oeste da cidade, com exceção de alguns localizados em outras áreas da cidade. Nesses setores, o número de responsáveis com renda mensal superior a 15 salários mínimos varia entre 44 e 117 por setor censitário, ou seja, um número considerável, levando-nos a concluir que nesses setores há uma maior concentração da classe rica da cidade.

Os setores de melhor indicador (com percentuais iguais ou superiores a 45%), que somam um total de 22 (5,2% do total), localizam-se concentrados na área sudoeste da cidade, onde, como já destacamos, concentram-se os condomínios ou loteamentos fechados e os bairros mais valorizados da cidade, com exceção de apenas dois setores na zona leste da cidade, sendo que o setor mais ao extremo representa 03 condomínios fechados. Notamos nesses setores uma grande concentração de responsáveis inseridos na faixa de renda analisada, com o número variando entre 74 e 240 responsáveis por setor censitário, com dois setores apresentando mais de 80% dos responsáveis pelo domicílio com renda mensal superior à 15 salários mínimos

A partir da análise desse indicador, podemos perceber como é relevante a concentração da classe mais favorecida em apenas alguns poucos setores e em apenas uma determinada área da cidade, enquanto que os setores de pior indicador, onde se

localizam as classes sociais menos favorecidas ocupam uma área bem maior e em quase todo o espaço intraurbano da cidade.

Chama a atenção, também, a inexistência, nas zonas norte, noroeste e nordeste da cidade, como também na sudeste, de sequer um setor inserido no indicador intermediário, mostrando, novamente que a localização das diferentes classes acabam se repetindo, confirmando que o lugar de classe social no espaço urbano não é aleatório, mas sim predeterminado, revelando um intenso processo de segregação socioespacial e exclusão social no interior do espaço urbano de São José do Rio Preto.

Assim, mesmo sabendo que a renda não é o único elemento a determinar a qualidade de vida, em uma sociedade capitalista ela é fundamental fazendo com que as desigualdades sociais e espaciais urbanas se intensifiquem, acirrando ainda mais os processos de segregação socioespacial e exclusão social nas cidades capitalistas, como podemos observar a partir da análise dos três indicadores econômicos.

Podemos depreender disso que a separação entre as diferentes classes sociais é nítida, com a localização das classes social mais privilegiada em poucos setores e apenas uma região, confirmando que a segregação socioespacial e a exclusão social em São José do Rio Preto são uma realidade e se complementam.

Mais uma vez, percebemos, a partir dos dois indicadores de responsável pelo domicílio particular permanente sem renda e responsável com renda até dois salários mínimos, que a separação das diferentes classes sociais na cidade de São José do Rio Preto é de grande importância para configuração da segregação e da exclusão e, conseqüentemente, na estruturação do espaço intraurbano, visto que, nas áreas central e sudoeste, principalmente, onde se concentram as classes sociais mais privilegiadas localizam e se concentram inúmeros equipamentos urbanos públicos e privados – shopping center, hospitais, escolas públicas e privadas, universidades privadas e autarquia estadual, clínicas médicas especializadas, entre outros.

Isso nos leva a concluir, com base também nos mapas anteriores, que, enquanto a classe menos favorecida, que constitui a maior parte da população se distribui espacialmente por diversas áreas da cidade, a classe social mais privilegiada se concentra, se espacializa e se territorializa em algumas poucas e definidas áreas da cidade, senão em apenas uma.

Vimos até aqui, com base nesses 14 indicadores sociais anteriormente analisados, mais os mapas 06 e 07 com os valores do m² para o cálculo do IPTU, que a localização das diferentes classes sociais vai se configurando em regiões ou áreas separadas umas das outras, ou seja, em algumas regiões tem-se o predomínio da classe social menos favorecida – principalmente as áreas norte, noroeste e sudeste da cidade – e em outras regiões, com destaque para a área sul/sudoeste, há uma maior concentração da

classe mais privilegiada, aumentando, assim, o distanciamento e as desigualdades intraurbanas.

8.4 – Indicadores sociais

Procuraremos ainda, com base em mais quatro indicadores sociais intraurbanos do IBGE caracterizar ainda mais os processos segregativos e excludentes estruturadores das desigualdades socioespaciais intraurbanas.

Assim, a partir de três indicadores que procuram caracterizar a escolaridade ou a instrução do responsável pelo domicílio, quais sejam: pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes sem instrução e menos de um ano de estudo e pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com 17 anos ou mais de estudos; um indicador sobre a idade do chefe de família (pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com 10 a 19 anos de idade) e um indicador referente pessoas residentes em domicílios particulares improvisados concluímos nossa análise, configuração e mapeamento dos processos de segregação socioespacial e exclusão social, observados nitidamente a partir das desigualdades intraurbanas das cidades capitalistas, no caso a partir da análise de uma cidade media do interior paulista.

MAPA 23

São José do Rio Preto - 2000

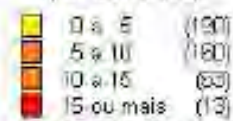
Pessoa responsável pelo domicílio sem instrução e menos de um ano de estudos



<http://www.prudente.uesp.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

Pessoa responsável pelo domicílio por setor (%)



() Número de setores censitários

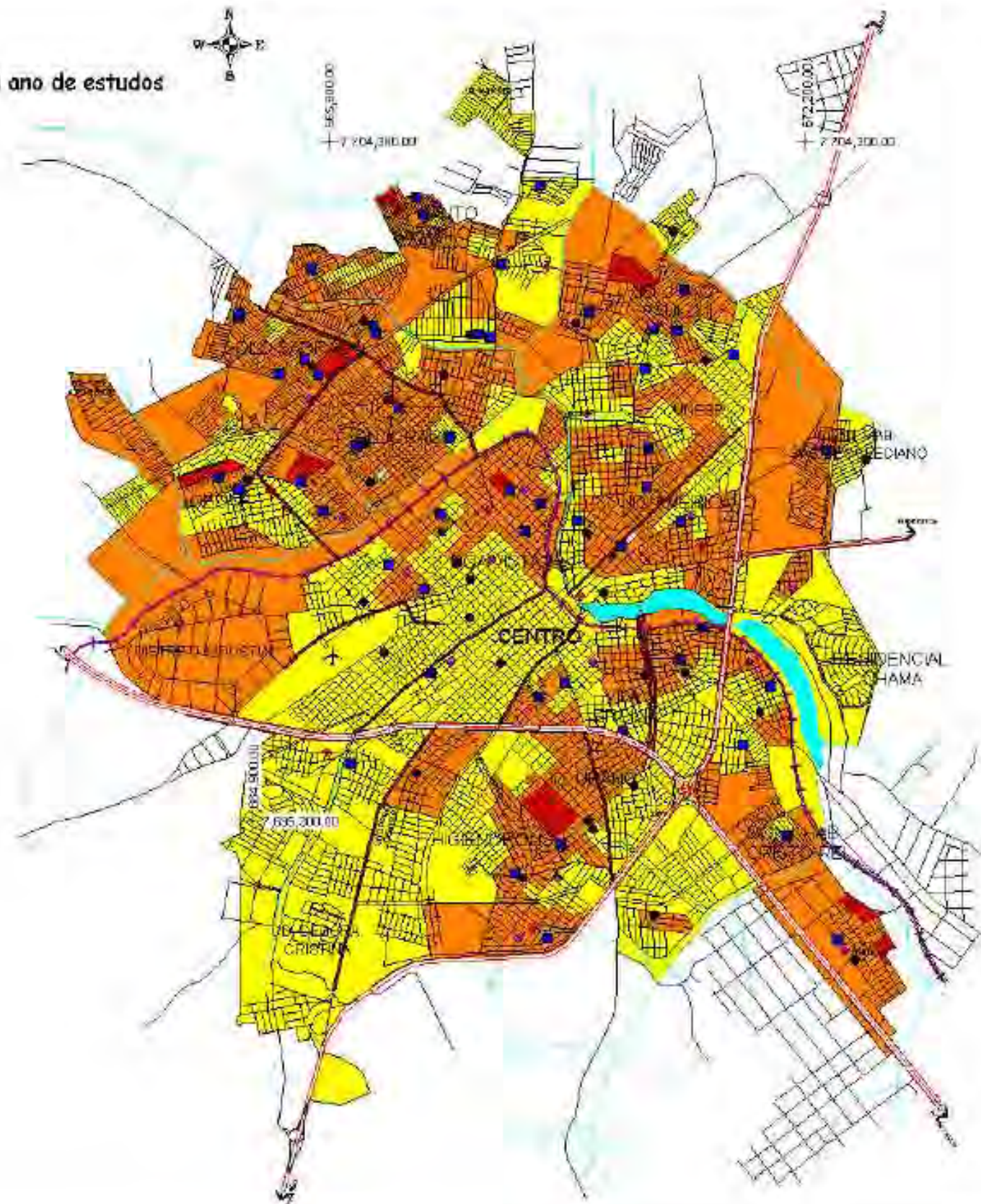
- Unidades de Saúde Municipais
- Creches e Escolas Infantis Municipais
- ◆ Escolas Municipais
- Escolas Estaduais
- ✈ Aeroporto
- Rodovias
- Avenidas principais
- Ferrovia
- Hidrografia

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000
Organização e Realização:
ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Financiamento: CNPq
Presidente Prudente, 2005.

Escala: 1:50.000
0 100 200 300

Sistema de Projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Córrego Alegre



No mapa 23 demonstramos a localização das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes sem instrução e menos de um ano de estudo.

Neste mapa percebemos que os 13 setores censitários que apresentam pior indicador (com percentuais iguais ou superiores a 15% dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes sem instrução e menos de um ano de estudo) localizam-se em diversas áreas da cidade, mas concentram-se em maior número naquelas áreas onde tem-se a maioria dos loteamentos populares (periferia norte e noroeste), com destaque, também, para a extrema periferia sudeste. Nota-se, ainda, a existência de alguns desses setores na região sul. Podemos considerar também que a concentração de pessoas sem instrução responsável pelos domicílios por setor considerável, apesar de uma variação muito grande entre os 13 setores (variação entre 27 a 57).

A mesma análise poder ser feita para os setores censitários que apresentam o indicador intermediário (entre 5% e 15%), com a sua localização e concentração acompanhando os setores de pior indicador.

Levando-se em conta o número de setores censitários assim classificados, 236 no total, ou seja, 55,4% dos setores censitários da cidade, podemos considerar como elevado o número de responsáveis pelos domicílios sem instrução ou menos de um ano de estudo, portanto, com poucas perspectivas de melhorias e de mudanças em suas condições de vida, o que pode levar, no decorrer dos anos, a agravar e acirrar os processos de segregação socioespacial e exclusão social em São José do Rio Preto.

Como em vários outros mapas, temos um grande número de setores censitários classificados nos melhores indicadores (190, ou 44,6%) espalhados por toda a cidade, mas concentrando-se nas áreas sudeste (onde se localizam a maioria dos condomínios ou loteamentos fechados), central e oeste da cidade.

Assim, o indicador, como outros anteriormente analisados, permite mapear a desigualdade intraurbana existente entre os diferentes setores censitários e as diversas regiões da cidade.

Uma observação fundamental que devemos fazer em relação ao indicador é em relação ao fato dele apresentar apenas os domicílios particulares permanentes, excluindo outros tipos de domicílios, como os tipo cômodo ou os domicílios improvisados, o que pode acarretar o encobrimento da realidade naqueles setores censitários que apresentavam maior concentração deste tipo de domicílio e que, certamente, também concentram uma população com menores níveis de instrução.

MAPA 24

São José do Rio Preto - 2000

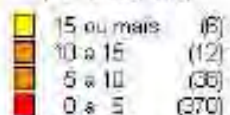
Pessoa responsável pelo domicílio com 17 anos ou mais de estudos



<http://www.prudente.uasp.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

Pessoa responsável pelo domicílio por setor (%)



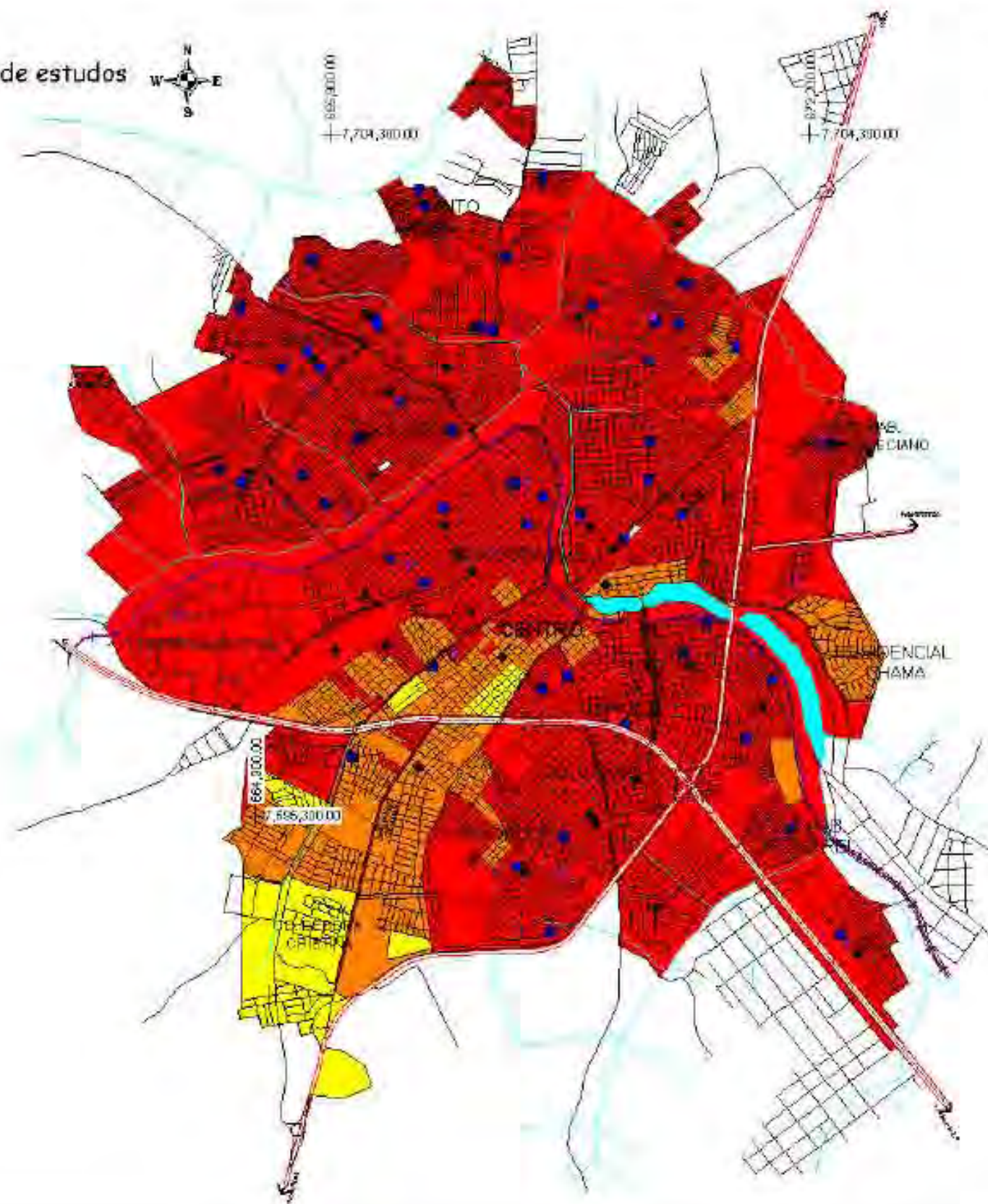
- () Número de setores censitários
- Unidades de Saúde Municipais
- Creches e Escolas Infantis Municipais
- ◆ Escolas Municipais
- Escolas Estaduais
- ✈ Aeroporto
- Rodovias
- Avenidas principais
- Ferrovia
- Hidrografia

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000
Organização e Realização:
ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Financiamento: CNPq
Presidente Prudente, 2005.

Escala | 60.000
0 600 1200m

Sistema de Projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Corrego Alegre



Localizamos no mapa 24 as pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com 17 anos de estudos ou mais, ou seja, aquelas pessoas que tiveram a oportunidade de cursar um curso superior e a possibilidade de melhores condições de vida e perspectivas de um futuro melhor.

Essa melhor condição de vida, proporcionada pela elevada escolaridade torna-se nítida quando percebemos que a totalidade dos poucos setores que apresentam melhor indicador localizam-se na área de melhor qualidade dos domicílios, de melhores condições de acesso às infraestruturas de saneamento básico e de maior renda, como acontece também com os indicadores intermediários melhores classificados.

Interessante ressaltar a elevadíssima concentração dessa variável quando se analisa o número de pessoas por setor censitário classificados com o melhor indicador (com percentuais iguais ou superiores a 15%), com os seis setores possuindo entre 26 e 71 pessoas responsáveis pelos domicílios com 17 anos de estudo ou mais.

Nota-se a total inexistência dos setores de melhor indicador nas áreas caracterizadas e configuradas como de localização das classes sociais menos privilegiadas. Do total de 370 (86,9%) setores com os piores indicadores, 147 (34,5% do total de 426 setores) não apresentam sequer um responsável pelo domicílio com a escolaridade analisada.

Vemos, portanto, que os setores com melhor indicador acabam por se configurar naquelas regiões onde os outros indicadores também se mostraram melhores, o mesmo valendo para os piores setores, das áreas ou regiões mais excluídas e segregadas da cidade.

Assim, a partir desses dois mapas (23 e 24), representando as diferentes escolaridades dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, que há uma total interrelação entre baixa escolaridade ou instrução, baixo ou inexistente rendimento nominal mensal e inferiores qualidades das habitações, que acabam por configurar um elevado grau de segregação socioespacial e exclusão social, aumentando, assim as desigualdades intraurbanas na cidade de São José do Rio Preto.

MAPA 25

São José do Rio Preto - 2000

Pessoa responsável pelo domicílio com 10 a 19 anos de idade



<http://www.prudente.uasp.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

Pessoa responsável pelo domicílio por setor (%)

0	(177)
0,1 a 1	(191)
1 a 2	(52)
2 ou mais	(6)

() Número de setores censitários

- Unidades de Saúde Municipais
- Creches e Escolas Infantis Municipais
- ◆ Escolas Municipais
- Escolas Estaduais
- ✈ Aeroporto
- Rodovias
- Avenidas principais
- Ferrovia
- Hidrografia

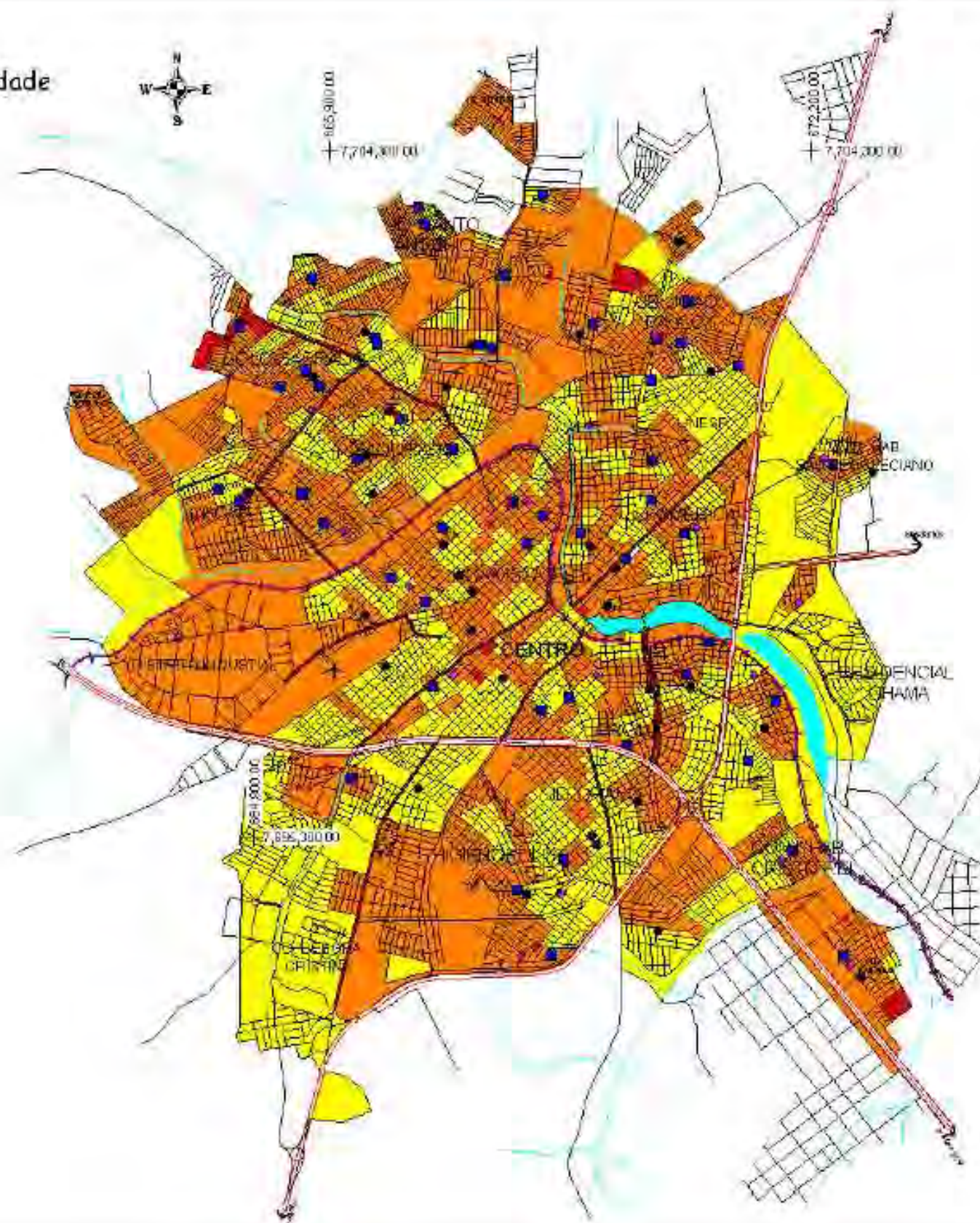
Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000

Organização e Realização:
ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Financiamento: CNPq
Presidente Prudente, 2005.

Escala | 60.000
0 600 1200m

Sistema de Projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Corrego Alegre



No mapa 25 procuramos mapear e localizar no espaço intraurbano de São José do Rio Preto os responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com 10 a 19 anos de idade, entendendo que este indicador reflete menores condições de vida da população, com crianças e jovens assumindo papéis de chefe de família.

Ressaltamos, novamente, a deficiência do indicador em representar apenas os domicílios particulares permanentes e não aqueles domicílios destinados à população de menor poder aquisitivo.

Assim, seguindo a tendência dos outros indicadores que revelam as condições de vida inferiores e a localização das classes sociais menos favorecidas, o mapeamento deste indicador mostra, também, a maior concentração dos seis setores censitários classificados com os piores indicadores (percentuais iguais ou superiores a 2% de domicílios por setor) nas áreas norte e noroeste da cidade, com alguns outros setores dispersos ou isolados em outras localidades.

Notamos, porém, que o número de domicílios chefiados por jovens entre 10 e 19 anos de idade atinge no máximo 7 domicílios em cada setor censitário, mas que a sua concentração é relevante, com 36 domicílios (de um total de 472) nesta situação em apenas seis setores censitários.

Com relação aos 243 setores intermediários (entre 0,1% e 2%), notamos que apresentam-se distribuídos por todas as áreas gerais da cidade, com uma discreta concentração na área norte e com uma variação de um a cinco domicílios por setor censitário com chefes de família com idade entre 10 e 19 anos.

Os setores melhores classificados (0%), representam 177 (41,5%) dos 426 e distribuem-se por todo espaço intraurbano de São José do Rio Preto e todos os setores não possuem domicílios chefiados por jovens com idade entre 10 e 19 anos.

Portanto, o indicador ressalta as desigualdades existentes no espaço intraurbano de São José do Rio Preto e permite mapear e localizar os espaços da segregação e da exclusão.

MAPA 26

São José do Rio Preto - 2000

Pessoas residentes em domicílios improvisados



<http://www.prudente.uar.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

Pessoas residentes em domicílios particulares improvisados por setor (%)

0,01 a 0,09	(338)
0,1 a 0,19	(81)
0,2 a 0,29	(17)
0,3 ou mais	(10)

() Número de setores censitários

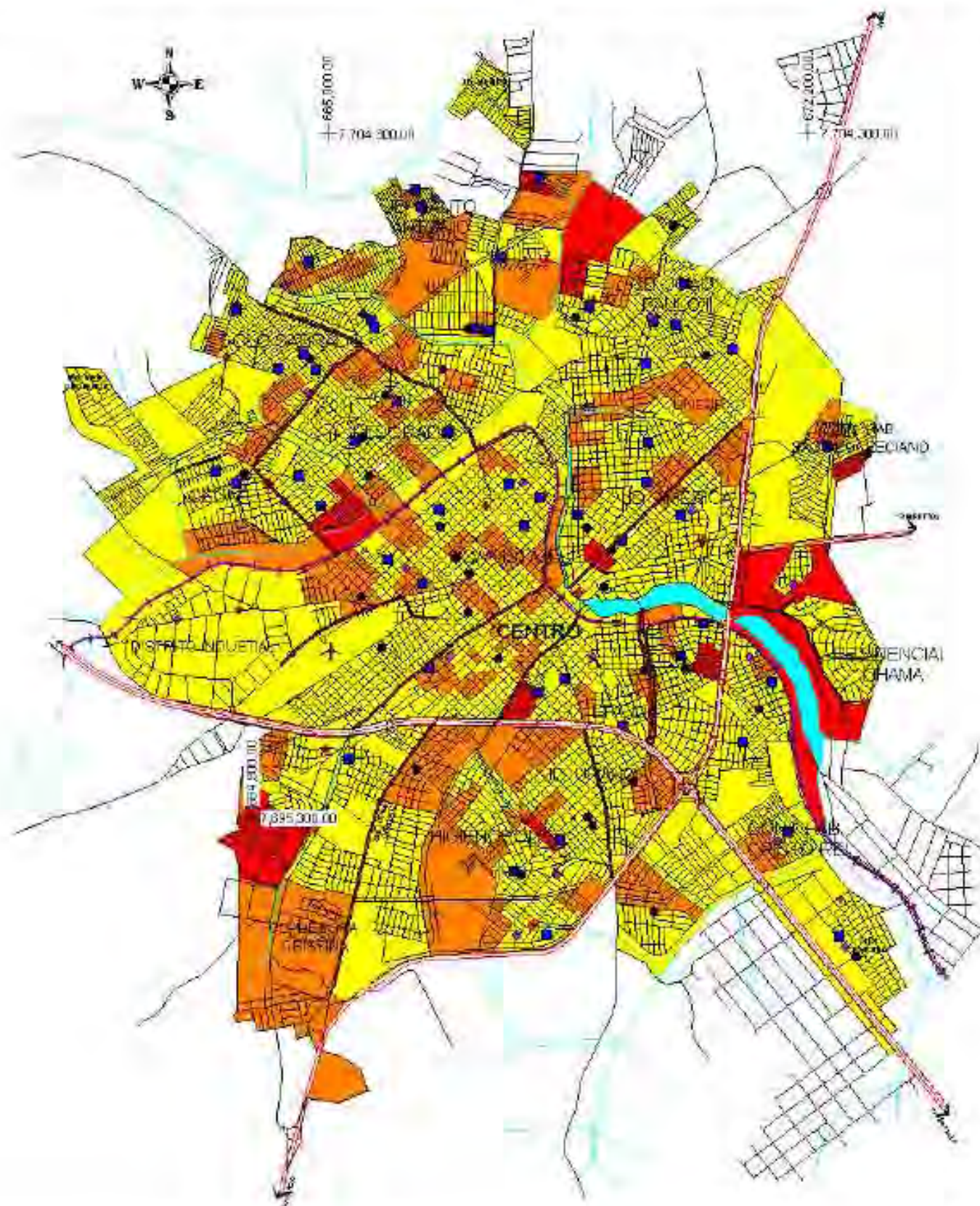
- Unidades de Saúde Municipais
- Creches e Escolas Infantis Municipais
- Escolas Municipais
- Escolas Estaduais
- Aeroporto
- Rodovias
- Avenidas principais
- Ferrovias
- Hidrografia

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000
Organização e Realização:
ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Financiamento: CNPq
Presidente Prudente, 2005.

Escala | 60.000
0 200 400 600 800

Sistema de Projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Córrego Alegre.



O último indicador a ser analisado no mapa 26 representa a configuração espacial das pessoas residentes em domicílios particulares improvisados e onde as condições de vida da população não são as mais favoráveis.

Na análise do mapa notamos que os 10 piores setores (percentuais entre 0,3 ou mais)) que concentram 48,3% da população residente em domicílios improvisados encontram-se na distribuídos por todo o espaço intraurbano da cidade, com o número de pessoas por setor censitário variando entre 6 e 49. É relevante assinalar que estes dez setores encontram-se classificados com o pior indicador em relação aos domicílios particulares improvisados, como apontamos no mapa 9.

Nos 78 setores intermediários, classificados percentuais variando entre 0,1% e 0,3%, a variação de pessoas residentes em domicílios improvisados varia entre 1 e 6 pessoas por setor e não há uma concentração deles em uma determinada área geral da cidade, com uma distribuição dispersa por todo espaço urbano de São José do Rio Preto.

Essa distribuição espacial por toda a cidade também ocorre com os 338 setores censitários melhor classificados, com todos os setores censitários não possuindo pessoas residindo em domicílios particulares improvisados.

Pelo pequeno número de pessoas residindo nestas condições, o indicador permite mapear claramente os setores mais carentes e com condições de vida mais debilitadas.

Procuramos dessa forma, a partir desses 19 indicadores de diferentes dimensões mapear a localização e a concentração das diferentes classes sociais nas diferentes áreas gerais da cidade e, a partir disso, configurar a segregação socioespacial e a exclusão social na cidade de São José do Rio Preto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, baseados no mapeamento dos 19 indicadores sociais de desigualdade intraurbana anteriormente analisados e, também os mapas relativos aos valores do m² das propriedades urbanas edificadas ou não, para a cobrança do IPTU, podemos concluir que a segregação socioespacial e a exclusão social são elementos importantes na estruturação do espaço intraurbano da cidade São José do Rio Preto.

O fator determinante dessa conclusão se confirma pela constatação de que os setores censitários de pior indicador localizam-se, principalmente, em duas zonas gerais da cidade: a zona norte e a zona noroeste da cidade, onde, como apontamos anteriormente, localizam-se a maioria dos loteamentos populares – alguns deles implantados pelo Poder Público Municipal – além da periferia no extremo sudoeste da cidade e onde notamos a presença de uma maior número de setores censitários com os maiores percentuais de pessoas residentes, como analisado no mapa 04.

E, também, por outro lado, ao observarmos que os poucos setores que apresentam os melhores indicadores entre a maioria dos analisados, concentram-se naquela área que, desde início apontamos ser a localização dos condomínios ou loteamentos horizontais fechados, ou seja, a zona sudoeste da cidade, onde se localizam os bairros mais valorizados da cidade, como observamos nos mapas 06 e 07.

Dessa forma, no mapa 27, a seguir, apresentamos um mapa síntese, que nos possibilite mapear todos os setores classificadas nos melhores e nos piores setores com base em todos os indicadores de desigualdade intraurbana anteriormente analisados.

Para a elaboração do mapa síntese utilizamos a seguinte metodologia: para cada setor censitário foi atribuída uma nota em cada um dos 19 indicadores analisados, cujos valores variavam de uma, para os setores censitários classificados como melhores, até quatro, quando os setores classificavam-se com os piores indicadores, sendo as notas dois e três relativas aos setores censitários classificados como intermediários.

Assim, para cada setor censitário foi obtida uma média aritmética relativa aos valores obtidos por cada um deles em cada indicador analisado.

Dessa forma, no mapa síntese, diferentemente dos outros mapas, optamos por trabalhar com quatro classificações diferentes, e não apenas três, em relação aos setores censitários.

Adotamos, então, a seguinte classificação:

1. os setores censitários que obtiveram uma nota variando entre 1 a 1,5 foram classificados como os melhores indicadores;

2. setores com nota entre 1,51 e 2 foram classificados como setores intermediários melhor;
3. nota entre 2,01 e 2,5 classificavam os setores como intermediários pior;
4. nota igual ou superior a 2,51 definia o setor censitário com pior indicador²⁹.

Assim, na seqüência apresentamos o mapa síntese dos indicadores sociais de desigualdade intraurbana selecionados para analisar a realidade social e espacial da cidade de São José do Rio Preto.

²⁹ Em anexo apresentamos, uma a uma, as notas obtidas por cada setor censitário.

MAPA 27
São José do Rio Preto - 2000
MAPA SÍNTESE DOS INDICADORES



<http://www.prudente.unesp.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

Notas setores censitários



() Número de setores censitários

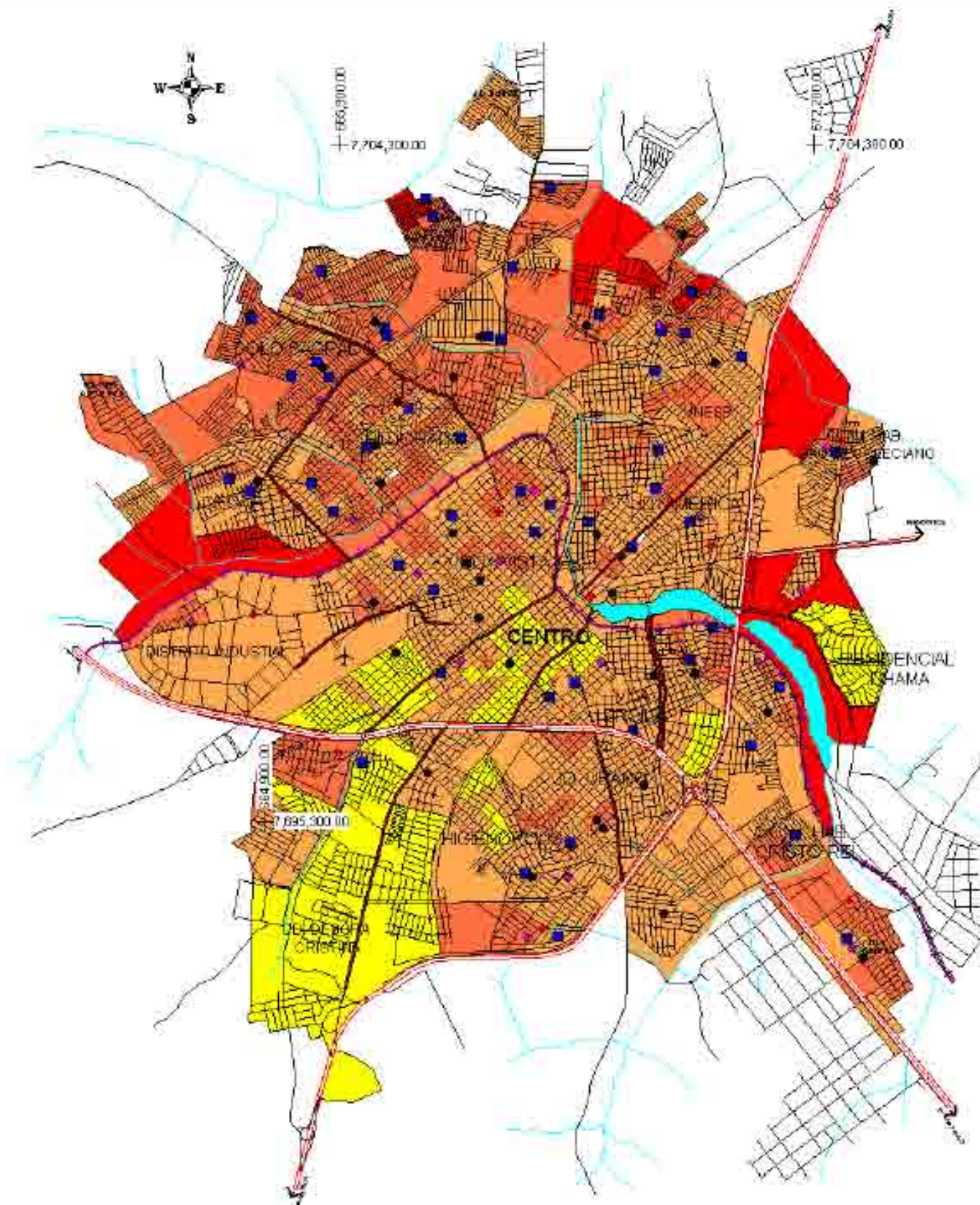
- ★ Unidades de Saúde Municipais
- Creches e Escolas Infantis Municipais
- ◆ Escolas Municipais
- Escolas Estaduais
- ✈ Aeroporto
- Rodovias
- Avenidas principais
- Ferrovia
- Hidrografia

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000
 Organização e Realização:
 ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Financiamento: CNPq
 Presidente Prudente, 2005.

Escala 1:60.000
 0 0 600 1200m

Sistema de Projeção: UTM
 Elipsóide: Hayford - Cônego Alegre



Entendemos que o mapa síntese vai de encontro àquilo que vínhamos constatando desde os primeiros mapas analisados, ou seja, os melhores indicadores concentrados nos setores censitários localizados nas áreas sudoeste e central, com alguns outros setores em distintas porções da cidade e os piores indicadores concentrados nos setores localizados nas periferias norte e noroeste da cidade.

Notamos uma concentração dos 40 setores censitários com melhores indicadores nessas áreas de concentração da classe mais favorecida, onde se localizam as áreas mais valorizadas da cidade pelo mercado imobiliário e pela prefeitura municipal, pois como apontamos anteriormente, a interrelação entre esses dois atores, fundamentais na (re)estruturação e (re)produção dos espaço urbano e que se complementam e se confundem em determinados momentos, promovem a manutenção e o aumento dos processos de segregação socioespacial e exclusão social nas cidades brasileiras.

Em uma relação dialética, ao concentrarmos os melhores indicadores sociais e espaciais e, conseqüentemente, as classes sociais mais favorecidas em apenas algumas áreas gerais da cidade, concentramos em outras porções da cidade as classes sociais menos favorecidas, juntamente com os piores indicadores, ou seja, ao mesmo tempo em que se valoriza uma determinada área da cidade, outra área se torna menos valorizada ou mais depreciada como também quando se auto-segrega, em condomínios ou loteamentos fechados, segrega-se e se exclui outra parcela da população, como podemos perceber a partir da leitura do mapa síntese, com a constatação da concentração de parte dos 11 setores censitários classificados como pior ou com a maioria dos 121 setores classificados como intermediários pior naquelas áreas mais depreciadas e desvalorizadas da cidade.

Assim, já nos mapas 03 e, principalmente no mapa 04, começávamos a perceber um nítida separação das diferentes classes sociais no interior do espaço urbano de São José do Rio Preto, pois sabemos que uma maior densidade residencial e habitacional ocorre nos locais onde se localizam as classes menos favorecidas, que vem a ser confirmado nos mapas 12 e 13, em relação ao número pessoas residentes por domicílios particulares permanentes.

Essas desigualdades sociais e espaciais foram se configurando em todos os outros mapas analisados.

Ora essas desigualdades sociais e espaciais se caracterizando com maior intensidade e maior concentração, como observamos nos indicadores analisados nos mapas 10 (domicílios sem banheiro ou sanitário), 11 (domicílios com 4 banheiros ou mais), 15 (domicílios com o abastecimento de água ocorrendo de outra forma), 19 (domicílios com lixo tendo outro destino que não a coleta pelo serviço de limpeza), 20 e 21 (pessoa responsável pelo domicílio particular permanente sem renda mensal ou renda mensal até dois salários mínimos, respectivamente), 22 (pessoa responsável pelo domicílio particular

permanente com rendimento mensal superior a 15 salários mínimos), 24 (pessoa responsável pelo domicílio particular permanente com 17 anos ou mais de estudos).

E, nos outros mapas analisados, as desigualdades se apresentando nítidas, mas com menor intensidade entre as diferentes áreas gerais da cidade.

Dessa forma, podemos afirmar que as desigualdades sociais e espaciais intraurbanas na cidade de São José do Rio Preto e, conseqüentemente os processos de segregação socioespacial e exclusão social que representam, caracterizam-se nitidamente no espaço intraurbano da cidade, tornando-se fundamentais na estruturação desse mesmo espaço.

Ou seja, entendendo os processos de segregação socioespacial e exclusão social como características fundamentais da cidade capitalista e do processo de urbanização excludente, consideramos que sua principal forma de expressão é a configuração das desigualdades sociais e espaciais intraurbanas, configurando a separação, em distintas áreas ou regiões gerais da cidade, das diferentes classes sociais, ou seja, a localização da classe mais rica, mais privilegiada segregada e excluindo a classe social menos favorecida, tendo sua expressão máxima na produção de loteamentos ou condomínios horizontais fechados para a classe de mais alta renda, que busca, dessa forma, o isolamento e o não contato com o diferente.

Sabendo que essa forma de exclusão e de segregação, ou melhor, a auto-segregação é uma escolha/preferência tomada pela classe dominante, Villaça crítica essa forma de pensar da classe dominante apontando o seguinte:

A ideologia do espaço urbano atinge seu nível mais estúpido e perigoso nos condomínios suburbanos de alta renda, quando pretende opor a cidade da minoria burguesa a uma outra cidade: a da mais pobre. (VILLAÇA, 1998, p.349).

Contudo, apesar dessa postura da classe mais privilegiada, que a acaba por acirrar as desigualdade e as diferenças, levando à intolerância e a indiferença e a impossibilidade de relação entre as diferentes classes, parece-nos claro que essa ideologia está se saindo “vitoriosa”³⁰.

Em busca de seus objetivos, a classe social mais privilegiada ou dominante, acaba por dominar ou a influenciar os principais agentes/atores promotores dos processos de segregação socioespacial e exclusão social nas cidades brasileiras: o Poder Público Municipal e o mercado imobiliário.

³⁰ Destacamos a palavra vitoriosa com aspas pelo fato de entendermos que ela é relativa, pois os resultados dessa segregação socioespacial, quanto mais ele se acirra, mais os processos contraditórios acabam se revelando, como por exemplo, a queda das condições de vida nas cidades proporcionadas por elevados índices de violência, aumento da degradação ambiental, entre outros.

Influenciando nas decisões e nas formas de planejar a cidade por parte do Poder Público Municipal, essa classe luta por melhores investimentos em seus locais de moradia, lutam, com *lobies* fortíssimos, para aprovação de legislação urbanística nem um pouco restritivas e até incentivadoras com relação aos seus projetos e empreendimentos de construção e expansão dos condomínios ou loteamentos fechados, como acontece em São José do Rio Preto.

No caso de São José do Rio Preto, ressaltamos, importância de apontar que, apesar dos processos de exclusão social e segregação socioespacial se configurarem claramente na cidade, a formação de espaços homogêneos, com a presença de apenas uma classe social é uma tendência, que ao longo do tempo não se confirma, principalmente quando se trata das regiões da classe mais favorecida, como afirma Villaça (1998, p.142):

[...] a segregação não impede a presença nem o crescimento de outras classes no mesmo espaço. Não existe a presença exclusiva das camadas de mais alta renda em nenhuma região geral [...] (embora haja presença exclusiva de camadas de baixa renda em grandes regiões urbanas.

De fato, o que ocorre, como podemos perceber com os 19 indicadores representados nos mapas analisados, além dos mapas 04, 05, 06 e 07, é que as classes sociais mais privilegiadas ou de mais alta renda tendem a se auto-segregar e a se concentrar numa mesma área geral da cidade, e não a se distribuir aleatoriamente por toda a cidade (VILLAÇA, 1998, p.150).

Outro elemento que entendemos ser fundamental na configuração da exclusão social e da segregação socioespacial em São José do Rio Preto é a influência e a participação direta do Poder Público Municipal, principalmente em relação a dois fatores: a política habitacional e a legislação urbanística.

No primeiro caso, apontamos para o fato da política habitacional implantada a partir dos anos de 1980, com o principal objetivo de combater o déficit habitacional (Lei 4.477 de 30 de dezembro de 1988, denominada Política Municipal de Desenvolvimento Habitacional), ao constatar que:

A questão habitacional chegou a o impasse atual pela ausência de planejamento em todas as esferas governamentais, não sendo a habitação tratada como prioridade social, que é. (PREFEITURA MUNICIPAL, 1988, Anexo 01 da Lei 4.477/88).

No entanto, essa mesma política habitacional, apesar da sua importância e relevância como uma política social de inclusão, acabou por realizar um planejamento equivocado, no nosso ponto de vista, quando da criação do Programa Nossa Terra, com o

intuito de coordenar a implantação de loteamentos populares de interesse social para a população de baixa renda, acabou por concentrar esta população na periferia noroeste e norte da cidade, com a implantação dos loteamentos populares, concentrados nesta mesma área, confirmando que o planejamento urbano é uma atividade política, portanto influenciada por uma teia de relações de conflitos e interesses, de ganhadores e perdedores, de dominantes e dominados, como afirma Souza (2002, p.83).

Com relação à legislação urbanística, entendemos que o Poder Público Municipal também deixa a desejar, principalmente com relação à implantação de condomínios ou loteamentos horizontais fechados, pela ausência de mecanismos de controle dos mesmos, pois não há nenhum item no Plano Diretor da cidade que regulamenta esse tipo de empreendimento e as vezes com tomadas de decisões de incentivo à elaboração dos mesmos empreendimentos.

Concluímos, portanto, que a partir desses dois fatores, o Poder Público Municipal teve uma participação determinante na configuração espacial da cidade e, conseqüentemente, foi ator atuante na promoção e aumento dos processos de segregação socioespacial e exclusão social, a partir de uma forte influência do estrato social de maior poder aquisitivo.

Esta mesma classe social, ainda, determina a localização dos empreendimentos imobiliários para as classes mais pobres em locais distantes dos locais de sua moradia, como no caso de Rio Preto, quando da implantação de loteamentos populares, a Prefeitura Municipal trocou/permutou terrenos de sua propriedade na área sul da cidade, que como observamos anteriormente, é a área de concentração da maioria dos loteamentos ou condomínios horizontais fechados e de maior valorização imobiliária e fundiária, com o preço da terra sendo os maiores da cidade, com áreas localizadas na extrema periferia norte e noroeste da cidade, promovendo, assim, o aumento dos processos segregativos e excludentes na cidade.

Isso tudo, acaba por privilegiar cada vez mais o mercado imobiliário, que é dominado e controlado pela mesma classe social dominante, promovendo a exclusão de grande parte da população desse mercado, que se torna restrito e exclusivo para aqueles que possuem condições de pagar pela localização da moradia, como ocorre em São José do Rio Preto, com a concentração dos preços dos terrenos mais caros nas centrais e sul da cidade, restando às classes sociais menos favorecidas o acesso às áreas menos valorizadas da cidade, localizadas nas zonas mais periféricas da cidade, principalmente nas áreas norte e noroeste.

Assim, em São José do Rio Preto, percebemos essas desigualdades sociais e espaciais a partir da análise dos 19 mapas, além do mapa síntese dos indicadores intraurbanos por setor censitário do IBGE, quando concluímos que grande parte dos piores

indicadores concentram-se naquelas zonas segregadas e excluídas da cidade, ou seja, a norte e a noroeste, principalmente, e algumas outras em menor destaque e, pelo contrário, os melhores indicadores concentram-se nas áreas consideradas de auto-segregação e de maior inclusão social ou seja, as áreas sudoeste, com maior destaque, como também a sul e a central.

Dessa forma, concluímos que os processos de segregação socioespacial e de exclusão social não são fatores naturais nas cidades capitalistas, como afirmavam alguns autores da Escola de Chicago – em relação aos processos segregadores – mas sim, serem processos planejados e orquestrados para benefício de uma pequena parcela da população, a classe mais privilegiada, em detrimento da maioria, como mostram os indicadores de desigualdade intraurbana selecionados.

Nesse sentido de a segregação socioespacial e a exclusão social não serem processos naturais, Vainer (1998) afirma o seguinte:

[...] a cidade recusa toda naturalização. A injustiça, a desigualdade, a segregação e a exclusão³¹ que a caracterizam não são imposições de qualquer natureza, fosse a natureza humana: são processos sociais, historicamente instituídos e, em consequência, historicamente superáveis. (VAINER, 1998, p.44)

Portanto, vemos que as necessidades de transformações e mudanças da realidade das desigualdade intraurbanas nas cidades brasileiras são necessárias e, felizmente possíveis, e que o combate e negação da continuidade dos processos de segregação socioespacial e exclusão social devem ser levados a cabo por todos aqueles que têm por ideologia e compromisso político, uma cidade mais justa e menos desigual, segregada e excludente, com o objetivo de maior equidade social.

Assim, a formação e a leaboração de mecanismos mais democráticos de planejamento e gestão das cidades é indispensável para essa transformação e isso será possível, com a participação de toda a população, pois como afirma Beltrão Spósito (1996, p.84):

A assunção da condição de sujeitos políticos por aqueles que estão submetidos às práticas segregativas é, sem dúvida, um caminho para a recuperação de um espaço e de uma identidade urbana, resultado das articulações entre as diferenças.

Entendemos, assim, que alguns avanços nesse sentido já começaram a ser conquistados, como as práticas do Orçamento Participativo da cidade de Porto Alegre, como

³¹ Grifo nosso.

também, a conquista por vários movimentos sociais, a partir de vários anos de debates e lutas, pela aprovação, no ano de 2001, por unanimidade no Congresso Nacional, da Lei 10.257, denominada Estatuto da Cidade, que dentre outras coisas, traz vários mecanismos para a democratização das cidades e de maior controle do desenvolvimento por parte do Poder Público Municipal.

Portanto, formas e mecanismos por uma sociedade mais justa e uma cidade livre da segregação socioespacial e da exclusão social existem, e dessa forma, concluímos concordando com as palavras de Vainer (1998, p.44):

[...] a utopia de uma cidade justa e tolerante é fundamental sempre e quando seja acompanhada de dois exercícios constantes: o exercício da crítica, teórica e prática, dos processos concretos – sociais, econômicos e políticos – que engendram e reproduzem a cidade injusta e intolerante; o exercício da vivência não programada da celebração da festa, em que encontros autênticos se mostrem irredutíveis ao simulacro da espetacularização tão ao gosto do marketing urbano.

Assim, a luta contra uma cidade da burguesia, uma cidade de poucos e para poucos, segregada e excludente ainda está no começo, mas mecanismos e possibilidades de mudança começam a se formular, como a elaboração análise de um conjunto de indicadores sociais e espaciais de desigualdade intraurbana que nos propusemos realizar aqui, principalmente pelo fato de serem indispensáveis no processo de formulação, elaboração, implementação e análise de política e de planejamento público, permitam que o sonho de uma cidade e de uma sociedade mais justa e incluyente se torne possível, sabendo ser uma dura batalha que se dará ao longo do tempo.

Concluímos, dessa forma, que a presente pesquisa reforça os resultados de outros estudos realizados pelo SIMESPP, como por exemplo da tese de doutorado defendida por Marisco (2003).

Em primeiro lugar, os indicadores selecionados apontam que o “lugar de cada um” não é definido aleatoriamente. Pelo contrário, alguns agentes da produção do espaço urbano são fundamentais na definição dos lugares da diferença.

E, em segundo lugar, cabe destacar que, apesar dos estudos centrados na metrópole, não compreenderem a especificidade das cidade médias, o que se evidenciou nesta pesquisa foi a perversidade dos processos de segregação socioespacial e exclusão social em São José do Rio Preto. Isto sugere que a ausência e/ou ineficiência de movimentos populares urbanos em cidades médias torna a produção do espaço urbano nestes contextos um processo definido, quase que exclusivamente, pelos segmentos mais favorecidos da sociedade de classes.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Thompson A ., SERRA, Rodrigo V. (orgs.). *Cidades Médias Brasileiras*, Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 394p.
- ATKINSON, Rob. Combatendo a exclusão social urbana: o papel da participação comunitária na regeneração das cidades européias. In: *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro, Ano XII, nº1, 1998. p.107-127.
- AZEVEDO, Sérgio. Política de habitação popular e subdesenvolvimento:dilemas, desafios e perspectivas. In: DINIZ, Eli (org.). *Debates urbanos 4 – políticas públicas para áreas urbanas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p.67-114.
- BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. In: *Revista de Geografia*. Dourados, nº 4, p. 71-86, 1996.
- _____. *Novos conteúdos da periferia urbana*. Mimeo, s/e. 2002
- BRASIL, República Federativa. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em:< <http://www.brasil.br>>. Acesso em Janeiro de 2005.
- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php> >. Acesso em Agosto de 2004.
- _____. *Manual do recenseador Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 151p.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1992. 98p.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Tradução de Arlene Caetano São Paulo: Paz e Terra, 2000. 590p.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 5ªed. São Paulo: Cortez, 2000. 89p.
- COSTA, Alfredo B. da: *Exclusões sociais*. Lisboa: Gradiva. 2001. 99p.
- CYMBALISTA, Renato. Regulação urbanística e morfologia urbana. In: *Revista POLIS*. São Paulo, 1999. nº32. p.75-91.
- SCOREL, Sarah. Exclusão social: em busca de uma categoria. In: SCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: uma trajetória da exclusão social*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. p.23-81.
- FARRET, Ricardo Libanez:Paradigmas da estruturação do espaço residencial intraurbano. In: FARRET, Ricardo Libanez et. al: *O espaço da cidade: contribuição à análise urbana*. São Paulo: Projeto, 1985. p. 73-90.

FURINI, Luciano A.. *Modernidade, vulnerabilidade e população de rua em Presidente Prudente(SP)*. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, 2002. 184p. (Dissertação, mestrado em Geografia).

GUIMARÃES, Raul B. et. al. *Sistema de informação para tomada de decisão municipal*. Presidente Prudente: Relatório de Pesquisa Fase II – FAPESP, Programa Políticas Públicas. 2003.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003

HARVEY, David. *Justiça social e a cidade*. São Paulo: HUCITEC, 1978. 215p.

IPEA. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em junho de 2004.

JANUZZI, Paulo de M. *Indicadores sociais no Brasil – conceitos, fontes de dados e aplicações*. Campinas: Alínea, 2001.

_____. *Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais*. Campinas. Inédito: ed. do autor, 2002.

KOGA, Dirce: *Medidas de cidade: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2003, 299p.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 202p.

_____. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000. 144p.

LEFÈBVRE, Henri. (tradução de Rubens E. Frias). *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991. 145p.

_____. (tradução de Sérgio Martins). *A revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999, 178p.

LESBAUPIN, Ivo. *Poder local x exclusão social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil*. Petrópolis: VOZES, 2001. 102p.

LEVITAS, Ruth: “What is social exclusion?”. In: Gordon, D. & Townsend, P. (Eds.). *Breadline Europe: the measure of poverty*. Bristol, U.K.: The Policy Press, 2000. p.357-384.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. Tradução de E. S. Abreu. São Paulo: Martins Fontes 1997. 359p.

MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

_____. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In.: ARANTES, Otília B.F., VAINER, Carlos B. & MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: VOZES, 2000. p.121-192.

_____. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: VOZES, 2001.

MARISCO, Luciane M. O.: *A norma e o fato: abordagem analítica da segregação socioespacial e exclusão social a partir dos instrumentos urbanísticos*. 2003. 224f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. In: *Espaço & Debates*, v.24, nº45, p.24-33, jan/jul 2004.

NASCIMENTO, Elimar P. *Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários*. Mimeo. 1994.

MOARIS, Maria da P. e LIMA, Ricardo. Indicadores urbanos como instrumento de gestão e formulação de políticas públicas. In. *Revista de Administração Municipal*. Ano 46, nº232, nov/dez 2001.

PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: SIMMEL, George et. al. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p.29-72.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 4ªed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p.349.

PRÉTECEILLE, Edmond. Segregação, classes e políticas nas grandes cidades. In: *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, vol. X, nº2, p.15-37, ago/dez 1996.

_____. A construção social da segregação urbana: convergências e divergências. In: *Espaço & Debates*, v.24, nº45, p.11-23, jan/jul 2004.

ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2003. 244p.

ROLNIK, Raquel. Mapeando a regulação urbanística e a exclusão territorial no estado de São Paulo. In: *Revista POLIS*, São Paulo, n.32, p.07-21, 1999.

SABÓIA, Ana Lúcia. Inclusão social: critérios de análise e métodos de mensuração. In. *Anais do II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL*. Santo André: Prefeitura Municipal, 2002. p.43-47.

SALAS, Minor M. e CASTRO, Franklin S.: Segregación urbana: un acercamiento conceptual. In: *Revista de Ciências Sociais*. Universidade de Costa Rica, Costa Rica, n.61, p. 17-26, 1993.

SANTOS, Milton. *A urbanização desigual*. Petrópolis: Vozes, 1980. 152p.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987. 142p.

_____. *Manual de geografia urbana*. São Paulo: HUCITEC, 1989. 214p.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993. 197p.

_____. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: HUCITEC/EDUC, 1994. 165p.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174p.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (Município). *Conjuntura Econômica 2000*. 15ª ed. São José do Rio Preto: Secretaria Municipal de Planejamento. 2000. disponível em: < <http://riopreto.sp.gov.br> >. Acesso em julho de 2004.

_____. *Conjuntura Econômica 2003*. 18ª ed. São José do Rio Preto: Secretaria Municipal de Planejamento. 2003. disponível em: < <http://riopreto.sp.gov.br> >. Acesso em julho de 2004.

_____. *Lei 4.477 de 30 de dezembro de 1988, denominada Política Municipal de Desenvolvimento Habitacional*. São José do Rio Preto: Secretaria Municipal de Planejamento. 1988.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas*. São Paulo: Contexto. 2000. 139p.

SMOLKA, Martin. O capital incorporador e seus movimentos de valorização. In: *Cadernos PUR/UFRJ*. Rio de Janeiro, ano II, nº 1, p.41-78, Jan/Abril 1987.

_____. *Dinâmica imobiliária e estruturação intra-urbana: o caso do Rio de Janeiro*. 1989.

SOGAME, Maurício. *Metropolização e segregação sócio-espacial: o loteamento Jd. Gianetti em Ferraz de Vasconcelos – SP*. 1999. 220f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SOUZA, Marcelo Lopes. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 556p.

_____. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 192p.

SPOSATI, Aldaíza (Coord.). *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo*. São Paulo: Educ. 1996.

_____. Inclusão social: critérios de análise e métodos de mensuração. In: *Anais do II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL*. Santo André: Prefeitura Municipal, 2002. p.48-52.

SPOSITO, Eliseu S. Sistema de informação para tomada de decisão municipal. 95f. Presidente Prudente: Relatório de Pesquisa FAPESP – Fase 1. 2002

TOPALOV, Cristhian. Análise do ciclo de reprodução do capital investido na produção da indústria da construção civil. In: FORTI, Reginaldo (org.) *Marxismo e urbanismo capitalista: textos críticos*. São Paulo: Ciências Humanas, 1992. p.53-80.

VAINER, Carlos B. Cidades, cidadelas e utopias do reencontro – uma reflexão sobre tolerância e urbanismo. In: *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro, ano XII, nº01, 1998. p.33-46.

VASCONCELOS, Pedro de A. Dois séculos de pensamento sobre a cidade. Ilhéus: Editus, 1999, 596p.

VERAS, Maura P. B. Notas ainda preliminares sobre a exclusão social, um problema brasileiro de 500 anos. In: VERAS, Maura P. B. (org.). *Por uma sociologia da exclusão social – o debate com Serge Paugam*. São Paulo: EDUC, 1999.

VIEIRA, Alexandre B. *O Poder Público Municipal e a segregação socioespacial em São José do Rio Preto – SP*. 2001. 66f. Relatório de pesquisa de iniciação científica. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

_____. *A segregação socioespacial em São José do Rio Preto – SP*. 2002. 60f. Monografia de Bacharelado em Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1998. 373p.

WHITACKER, Artur M. Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto – SP. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista. 2003. Tese de Doutorado.

ANEXO

setor censitário	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	V9	V10	V11	V12	V13	V14	V15	V16	V17	V18	V19	synthese
354980505000001	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	1	1	1	1	2	1	4	1	1	1
354980505000002	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2	3	1	1	1	1	1	4	2	1	1
354980505000003	1	3	1	1	1	1	2	1	1	4	2	2	1	1	2	1	4	2	2	2
354980505000004	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	1	1	1	2	4	1	4	1	1	2
354980505000005	1	1	1	1	2	2	3	3	1	2	3	4	1	1	2	1	4	1	1	2
354980505000006	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	2	2	1	3	1	1	1
354980505000007	1	2	3	1	1	1	2	1	1	2	2	1	1	1	2	1	3	2	3	2
354980505000008	1	2	2	1	2	2	2	1	1	2	2	1	1	1	1	1	2	2	2	2
354980505000009	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	1	1	1	1	1	1	2	2	1	1
354980505000010	1	3	1	1	2	2	2	1	1	1	2	1	2	1	1	1	3	2	2	2
354980505000011	1	1	3	1	1	1	2	1	2	3	1	1	1	1	1	1	3	2	1	1
354980505000012	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	1	1	1	1	2	1	2	4	1	1
354980505000013	1	3	1	1	2	1	2	1	1	2	2	1	1	1	1	1	4	1	2	2
354980505000014	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	3	3	1	4	3	1	2
354980505000015	1	4	1	1	2	2	2	1	1	2	2	1	1	2	3	1	4	2	2	2
354980505000016	1	1	2	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	1	2	1	3	1	1	1
354980505000017	1	1	1	1	2	2	2	1	1	4	1	1	2	2	3	1	4	1	1	2
354980505000018	1	1	1	1	2	2	1	1	1	3	1	1	1	1	1	2	1	3	2	1
354980505000019	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	1	1	1	2	3	1	4	1	1	1
354980505000020	1	1	1	1	2	2	2	1	2	4	1	1	1	2	4	2	4	1	1	2
354980505000021	1	3	1	1	2	2	2	1	1	3	2	1	1	1	2	2	4	2	4	2
354980505000022	1	1	1	3	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
354980505000023	1	1	1	1	2	2	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	3	1	1	1
354980505000024	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	1	1	1	1	3	1	4	3	1	2
354980505000025	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	1	2	1	3	3	1	2
354980505000026	1	3	2	3	1	1	2	1	2	3	2	1	2	2	4	1	3	4	2	3
354980505000027	1	1	3	1	1	1	1	1	1	4	1	1	1	2	3	1	3	3	1	2
354980505000028	1	1	3	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	1	2	1	2	1	1	1
354980505000029	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	2	3	1	4	2	1	2
354980505000030	1	1	2	1	1	1	1	1	1	4	1	1	1	2	4	1	4	3	1	2
354980505000031	1	1	1	1	2	2	2	1	2	3	1	1	1	3	3	1	3	1	1	2
354980505000032	1	1	1	1	2	2	1	1	1	2	1	1	2	2	3	1	4	1	1	2
354980505000033	2	1	1	1	2	2	1	1	1	3	1	1	1	2	2	3	1	4	2	1
354980505000034	1	1	1	1	2	2	1	1	1	3	1	1	1	2	3	1	4	1	1	2
354980505000035	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	1	1	1	2	3	1	4	3	1	2
354980505000036	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	2	4	1	4	3	1	2
354980505000037	1	3	1	1	2	2	2	1	2	4	2	1	1	3	4	1	4	2	2	3
354980505000038	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	3	4	2	4	1	1	2
354980505000039	1	2	1	1	2	1	2	1	1	3	2	1	1	2	3	2	4	2	2	2
354980505000040	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	2	4	1	4	1	1	2
354980505000041	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	3	4	2	4	2	1	2
354980505000042	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	2	4	2	4	3	1	2
354980505000043	1	1	1	1	2	2	2	1	2	3	1	1	1	2	3	1	4	1	1	2
354980505000044	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	2	4	1	4	2	1	2
354980505000045	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	2	4	3	4	2	1	2
354980505000046	1	1	1	1	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
354980505000047	1	3	1	1	1	1	2	1	1	3	2	1	1	1	2	1	3	1	2	2
354980505000048	1	2	1	1	2	2	2	1	1	4	2	1	1	1	1	1	3	2	2	2
354980505000049	1	3	3	1	1	1	2	1	1	4	2	1	1	1	2	1	3	1	2	2
354980505000050	1	2	3	1	1	1	2	1	1	4	2	1	1	1	2	1	2	1	2	2
354980505000051	1	1	4	1	2	2	2	1	1	4	1	1	1	1	1	1	2	2	1	2
354980505000052	1	1	1	1	2	2	2	1	1	3	1	1	1	2	3	1	3	1	1	2
354980505000053	1	2	1	1	2	2	2	1	1	4	2	1	1	2	4	2	4	2	2	2
354980505000054	1	1	1	1	2	2	2	1	1	4	1	1	1	2	4	1	4	2	1	2
354980505000055	1	3	1	1	3	3	2	1	4	4	2	1	1	3	4	2	4	1	2	3
354980505000056	1	4	1	1	2	2	2	1	1	4	2	1	2	3	4	1	4	1	3	3
354980505000057	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	3	4	2	4	2	1	2
354980505000058	2	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	2	4	2	4	1	1	2
354980505000059	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	3	4	3	4	2	1	2
354980505000060	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	3	4	2	4	2	1	2
354980505000061	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	3	4	2	4	2	1	2
354980505000062	1	2	1	1	2	2	2	1	1	4	2	1	2	2	4	2	4	2	3	3
354980505000063	1	1	1	1	2	2	2	1	1	4	1	1	1	2	3	2	4	2	1	2
354980505000064	1	1	1	1	2	2	2	1	1	4	1	1	1	2	4	2	4	2	1	2
354980505000065	1	1	1	1	2	2	2	2	1	4	1	1	2	3	4	2	4	1	1	2
354980505000066	1	2	1	1	2	2	2	1	1	4	2	1	1	3	4	2	4	1	2	2
354980505000067	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	2	4	2	4	2	1	2
354980505000068	1	1	1	1	2	2	2	1	2	4	1	1	1	3	4	1	4	1	1	2
354980505000069	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	1	3	1	4	2	1	2
354980505000070	1	1	1	1	2	2	2	1	2	4	1	1	1	2	3	1	4	2	1	2
354980505000071	1	3	1	1	2	2	2	1	1	3	2	1	1	2	3	1	4	1	2	2

354980505000072	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	4	4	2	4	1	1	2
354980505000073	1	1	1	1	1	1	2	2	2	4	1	1	2	1	3	1	2	1	1	2
354980505000074	1	1	1	1	1	1	1	1	2	4	1	1	1	1	2	1	1	3	1	1
354980505000075	1	1	1	1	2	2	1	1	1	2	1	1	1	1	2	1	4	1	1	1
354980505000076	1	1	1	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	1	1	1	1
354980505000077	1	1	1	1	3	3	1	1	1	2	1	1	1	2	2	1	3	1	1	1
354980505000078	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	2	4	2	4	1	1	2
354980505000079	4	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	1	4	1	4	2	1	2
354980505000080	1	1	1	1	2	2	2	1	1	4	1	1	1	3	4	1	4	1	1	2
354980505000081	1	1	1	1	2	2	2	1	1	4	1	1	1	3	4	2	4	1	1	2
354980505000082	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	4	4	2	4	2	1	2
354980505000083	3	1	1	1	2	2	1	1	2	4	1	1	1	3	4	3	4	2	1	3
354980505000084	2	1	1	1	2	2	1	1	2	4	1	1	2	4	4	4	2	4	1	3
354980505000085	1	3	1	1	1	1	2	1	1	4	2	1	2	3	4	2	4	1	3	3
354980505000086	3	1	1	1	2	2	1	1	2	4	1	1	2	3	4	2	4	3	1	3
354980505000087	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	4	4	2	4	2	1	2
354980505000088	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	3	4	1	4	2	1	2
354980505000089	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	2	2	1	2	4	3	4	2	1	3
354980505000090	2	4	1	1	2	2	2	1	1	4	2	1	1	1	3	1	4	1	4	3
354980505000091	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	2	3	1	4	1	1	2
354980505000092	1	1	1	1	2	2	1	1	1	3	1	1	1	2	3	1	4	2	1	2
354980505000093	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	1	2	1	3	2	1	1
354980505000094	1	1	1	1	3	3	2	1	1	1	1	1	1	1	1	3	1	1	1	1
354980505000095	1	1	1	1	3	3	1	1	1	2	1	1	1	1	2	1	3	1	1	1
354980505000096	1	1	1	2	2	2	1	1	1	3	1	1	1	1	3	1	4	2	1	2
354980505000097	1	1	1	1	2	2	2	2	1	4	1	1	1	2	3	1	4	2	1	2
354980505000098	1	1	2	1	2	2	3	1	1	4	2	3	1	1	2	2	4	2	1	2
354980505000099	1	1	1	1	3	3	2	2	1	4	1	1	2	4	4	3	4	2	1	3
354980505000100	1	2	1	1	2	2	2	1	1	3	2	1	1	1	3	1	4	1	2	2
354980505000101	2	4	1	1	2	2	2	1	1	4	2	1	2	1	3	1	4	3	2	3
354980505000102	1	2	1	1	2	2	2	1	1	4	2	1	1	2	3	1	4	1	2	2
354980505000103	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	2	4	1	4	3	1	2
354980505000104	4	2	1	1	2	2	2	1	1	4	2	1	2	3	4	2	4	2	2	3
354980505000105	1	1	1	1	2	2	2	2	1	4	1	1	1	3	4	2	4	2	1	2
354980505000106	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	3	4	1	4	1	1	2
354980505000107	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	3	4	3	4	2	1	2
354980505000108	1	2	1	1	2	2	2	1	1	4	2	2	3	4	4	3	4	3	2	3
354980505000109	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	3	4	3	4	2	1	2
354980505000110	1	1	1	1	2	2	2	1	2	4	1	1	1	4	4	2	4	2	1	2
354980505000111	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	1	4	4	2	4	1	1	2
354980505000112	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	3	4	2	4	1	1	2
354980505000113	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	3	4	2	4	1	1	2
354980505000114	1	3	1	1	2	2	2	1	1	4	2	1	2	3	4	2	4	3	2	3
354980505000115	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	1	2	4	1	4	2	1	2
354980505000116	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	3	4	1	4	1	1	2
354980505000117	1	1	1	1	2	2	1	1	2	4	1	1	2	3	4	1	4	3	1	2
354980505000118	3	1	1	1	3	3	2	1	2	4	1	1	1	4	4	2	4	2	1	3
354980505000119	1	1	2	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	2	4	2	4	2	1	2
354980505000120	1	1	1	1	1	1	3	1	4	4	2	3	2	2	4	1	3	1	1	2
354980505000121	1	1	1	1	2	2	2	1	1	4	2	2	1	3	4	2	4	2	1	2
354980505000122	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	3	4	2	4	3	1	2
354980505000123	1	4	1	1	3	3	2	1	1	4	2	1	2	3	4	3	4	1	2	3
354980505000124	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	3	2	4	1	4	1	1	2
354980505000125	1	1	1	2	3	3	1	1	1	4	1	1	1	3	4	2	4	2	1	2
354980505000126	1	1	1	1	2	2	2	2	1	4	1	1	1	3	4	2	4	1	1	2
354980505000127	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	2	4	1	4	2	1	2
354980505000128	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	3	4	2	4	1	1	2
354980505000129	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	2	4	1	4	1	1	2
354980505000130	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	1	2	4	1	4	1	1	2
354980505000131	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	2	4	1	4	1	1	2
354980505000132	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	2	4	1	4	1	1	2
354980505000133	1	1	1	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	1	1	1	1
354980505000134	1	2	1	1	2	2	2	1	1	4	2	1	2	3	4	2	4	3	2	3
354980505000135	1	1	1	1	2	2	1	1	2	4	1	1	1	3	4	2	4	2	1	2
354980505000136	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	1	1	2	2	4	2	4	1	1	2
354980505000137	2	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	3	4	4	4	1	1	2
354980505000138	1	2	1	1	2	2	2	2	1	4	2	1	3	3	4	4	4	1	2	3
354980505000139	1	4	1	1	2	2	2	1	1	4	2	1	1	4	4	3	4	1	4	3
354980505000140	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	3	4	3	4	1	1	2
354980505000141	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	3	4	2	4	2	1	2
354980505000142	2	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	3	4	2	4	3	1	2
354980505000143	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	2	4	2	4	1	1	2

354980505000144	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	1	3	1	4	1	1	2
354980505000145	1	3	1	1	1	1	2	1	1	4	2	2	1	1	2	1	4	2	2	2
354980505000146	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	2	3	4	2	4	1	1	2
354980505000147	2	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	3	4	2	4	2	1	2
354980505000148	1	1	4	1	2	2	2	1	2	4	1	1	1	3	4	2	4	1	1	3
354980505000149	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	3	4	4	4	1	1	2
354980505000150	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	4	4	2	4	2	1	2
354980505000151	1	1	1	1	2	2	2	1	1	4	1	1	1	2	4	1	4	1	1	2
354980505000152	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	1	3	4	3	4	1	1	2
354980505000153	1	1	1	1	2	2	2	1	1	4	1	1	1	2	4	1	4	1	1	2
354980505000154	1	1	1	2	2	2	2	2	1	4	1	1	1	2	4	2	4	1	1	2
354980505000155	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	3	4	2	4	2	1	2
354980505000156	1	2	1	1	1	1	2	1	2	4	2	1	1	1	3	1	3	2	2	2
354980505000157	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	1	1	1	1	3	1	4	2	1	1
354980505000158	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	1	1	1	1	4	1	4	1	1	1
354980505000159	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	1	1	1	1	3	1	4	2	1	1
354980505000160	1	1	1	1	2	2	2	1	1	4	1	1	1	1	3	1	4	2	1	2
354980505000161	1	1	1	1	1	1	2	1	1	4	1	1	1	1	3	1	3	1	1	1
354980505000162	1	3	1	1	1	1	2	1	1	4	2	1	1	1	2	1	3	1	2	2
354980505000163	1	1	1	1	2	2	1	1	1	3	1	1	1	1	2	1	3	2	1	1
354980505000164	1	2	1	1	1	1	2	1	1	4	2	1	1	2	4	1	4	2	2	2
354980505000165	1	3	1	1	2	2	2	1	1	4	2	1	2	3	4	2	4	2	3	3
354980505000166	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	4	4	3	4	2	1	2
354980505000167	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	2	4	3	4	1	1	2
354980505000168	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	3	4	2	4	1	1	2
354980505000169	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	2	4	2	4	1	1	2
354980505000170	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	3	4	2	4	2	1	2
354980505000171	1	3	1	1	2	2	2	1	1	3	2	1	1	2	3	1	4	2	2	2
354980505000172	1	1	1	1	3	3	2	1	1	2	2	2	1	1	2	1	4	1	1	2
354980505000173	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	2	4	1	4	2	1	2
354980505000174	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	4	1	4	1	4	1	1	2
354980505000175	1	2	1	1	2	2	2	1	1	4	2	1	1	2	4	1	4	2	2	2
354980505000176	1	1	1	1	2	2	1	1	2	4	1	1	1	1	4	2	4	1	1	2
354980505000177	1	1	1	1	2	2	2	1	1	4	1	1	1	1	3	1	4	1	1	2
354980505000178	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	1	4	1	4	1	1	2
354980505000179	1	3	1	1	2	2	2	1	1	4	2	1	1	2	4	1	4	1	2	2
354980505000180	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	1	4	1	4	1	1	2
354980505000181	3	1	1	1	2	2	2	1	1	4	1	1	2	2	4	2	4	1	1	2
354980505000182	1	1	1	1	2	2	2	1	2	4	1	1	1	2	4	2	4	2	1	2
354980505000183	3	1	1	2	2	2	2	1	2	4	1	1	3	3	4	3	4	2	1	3
354980505000184	1	1	1	1	2	2	2	1	1	4	2	2	2	2	4	2	4	2	1	2
354980505000185	1	2	1	1	2	2	2	2	1	4	2	2	2	2	4	2	4	2	3	3
354980505000186	1	2	2	1	2	2	2	1	2	4	2	1	1	2	3	1	4	2	2	2
354980505000187	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
354980505000188	1	1	1	1	2	2	2	1	1	1	2	2	1	1	1	1	3	3	1	1
354980505000189	1	1	1	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1	1
354980505000190	1	1	1	1	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1	1
354980505000191	1	2	1	1	3	3	2	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	2	1
354980505000192	1	1	1	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1
354980505000193	1	3	1	1	2	2	2	1	1	2	2	1	1	1	2	1	3	1	4	2
354980505000194	1	1	1	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
354980505000195	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
354980505000196	1	2	1	1	2	2	2	3	1	4	2	2	1	2	4	1	4	1	2	3
354980505000197	1	1	1	3	2	2	3	3	1	4	2	2	2	2	4	1	4	2	1	3
354980505000198	1	1	1	1	2	2	1	1	1	2	1	1	2	1	2	1	3	1	1	1
354980505000199	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	1	1	1	1	4	1	3	1	1	1
354980505000200	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	1	1	2	1	3	1	3	2	1	1
354980505000201	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	1	1	1	1	3	1	3	2	1	1
354980505000202	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	1	1	1	1	4	1	3	3	1	2
354980505000203	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	1	3	1	2	1	1	1
354980505000204	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	1	1	1	1	4	1	4	1	1	1
354980505000205	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	2	3	1	4	1	1	2
354980505000206	1	2	1	1	2	2	2	1	1	1	2	1	1	2	2	2	2	1	2	2
354980505000207	1	2	1	1	2	2	2	1	1	4	2	1	1	2	4	2	4	1	2	2
354980505000208	1	1	1	1	2	2	2	2	1	4	1	1	3	3	4	3	4	1	1	3
354980505000209	1	1	1	2	2	2	2	2	1	4	1	1	2	4	4	3	4	3	1	3
354980505000210	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	3	3	4	2	4	1	1	2
354980505000211	2	1	1	1	2	2	2	2	2	4	1	1	1	4	4	2	4	2	1	3
354980505000212	1	1	1	1	2	2	2	1	2	4	1	1	1	3	4	3	4	1	1	2
354980505000213	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	3	3	4	3	4	1	1	2
354980505000214	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	1	3	4	3	4	2	1	2
354980505000215	2	2	1	1	3	3	2	1	1	4	2	1	2	4	4	3	4	2	2	3

354980505000216	2	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	3	4	3	4	2	1	2
354980505000217	2	2	1	1	2	2	2	1	1	4	2	1	1	3	4	3	4	1	2	3
354980505000218	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	1	1	4	1	4	2	1	2
354980505000219	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	3	4	2	4	1	1	2
354980505000220	1	4	1	1	3	2	2	1	3	4	2	2	1	2	4	3	4	1	3	3
354980505000221	1	1	1	1	2	2	1	1	2	4	1	1	1	3	4	3	4	1	1	2
354980505000222	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
354980505000223	2	1	1	1	2	2	2	1	1	4	1	1	1	3	4	3	4	2	1	2
354980505000224	2	1	1	1	3	3	2	1	2	4	1	1	1	3	4	2	4	2	1	3
354980505000225	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	2	4	4	2	4	2	1	3
354980505000226	1	2	1	1	4	4	2	1	1	4	2	1	3	4	4	3	4	3	2	3
354980505000227	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	2	2	4	2	4	1	1	2
354980505000228	2	4	1	1	3	3	2	1	1	4	2	1	2	2	4	2	4	1	2	3
354980505000229	1	2	1	1	2	2	4	1	1	4	2	1	3	2	4	1	4	1	2	3
354980505000230	2	1	1	1	3	3	2	2	2	4	2	2	3	3	4	2	4	3	1	3
354980505000231	1	1	1	1	2	2	2	1	1	4	2	2	1	3	4	3	4	2	1	3
354980505000232	1	2	1	2	2	2	2	1	2	4	2	2	2	3	4	2	4	1	2	3
354980505000233	1	1	1	2	2	2	2	2	2	4	1	1	1	3	4	3	4	1	1	3
354980505000234	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	2	2	1	3	4	1	4	1	1	2
354980505000235	1	1	1	2	3	3	2	1	2	4	2	2	2	3	4	2	4	2	1	3
354980505000236	1	3	1	1	2	2	2	3	2	4	2	3	1	3	4	2	4	2	3	3
354980505000237	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	2	4	2	4	1	1	2
354980505000238	1	1	1	3	3	3	2	2	1	4	1	1	1	3	4	3	4	2	1	3
354980505000239	4	1	1	1	3	3	2	2	1	4	1	1	1	3	4	4	3	4	1	3
354980505000240	1	1	1	2	2	2	2	1	1	4	2	2	2	3	4	3	4	1	1	3
354980505000241	4	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	3	3	4	2	4	3	1	3
354980505000242	1	1	1	1	4	4	1	1	1	4	1	1	4	3	4	4	4	2	1	3
354980505000243	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	4	3	4	4	4	1	1	3
354980505000244	1	1	1	2	2	2	2	2	1	4	2	2	1	3	4	2	4	1	1	3
354980505000245	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	2	4	1	4	2	1	2
354980505000246	1	1	1	1	2	2	2	1	1	4	1	1	1	2	4	1	4	2	1	2
354980505000247	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	2	4	4	2	4	3	1	3
354980505000248	1	1	1	1	3	3	2	1	1	4	2	2	4	3	4	2	4	2	1	3
354980505000249	1	1	1	2	2	2	2	1	1	4	1	1	1	3	4	1	4	2	1	2
354980505000250	1	2	1	4	2	2	2	1	1	4	2	1	1	2	4	2	4	2	4	3
354980505000251	1	1	1	1	1	2	1	1	1	4	1	1	1	2	4	2	4	3	1	2
354980505000252	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	2	3	4	3	4	2	1	3
354980505000253	4	1	1	1	3	3	1	1	1	4	2	2	2	4	4	4	4	3	1	3
354980505000254	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	3	4	3	4	1	1	2
354980505000255	1	2	1	1	3	3	2	1	2	4	2	2	3	3	4	2	4	2	2	3
354980505000256	1	2	1	1	3	3	2	1	1	4	2	2	1	4	4	2	4	2	2	3
354980505000257	1	1	1	1	3	3	2	1	2	4	1	1	2	4	4	3	4	2	1	3
354980505000258	2	1	1	2	3	3	1	1	2	4	1	1	4	4	4	3	4	3	1	3
354980505000259	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	2	4	4	2	4	1	1	2
354980505000260	1	1	1	1	3	3	1	1	2	4	1	1	4	4	4	2	4	3	1	3
354980505000261	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	4	3	4	3	4	3	1	3
354980505000262	1	1	1	1	3	3	1	1	2	4	1	1	4	4	4	2	4	2	1	3
354980505000263	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	1	3	4	2	4	2	1	2
354980505000264	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	2	2	2	4	4	3	4	2	1	3
354980505000265	1	2	1	1	3	3	2	2	2	4	2	2	3	4	4	2	4	3	2	3
354980505000266	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	2	4	1	4	1	1	2
354980505000267	1	2	1	1	2	2	2	1	1	4	2	1	1	2	4	1	4	1	2	2
354980505000268	3	1	1	3	3	3	2	2	3	4	1	1	1	4	4	3	4	3	1	3
354980505000269	1	1	1	1	1	1	2	2	1	4	2	2	2	1	4	1	4	2	1	2
354980505000270	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	2	4	1	4	2	1	2
354980505000271	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	2	4	1	4	2	1	2
354980505000272	2	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	2	2	4	2	4	2	1	2
354980505000273	1	2	1	1	2	2	2	1	1	4	2	1	1	2	4	1	4	2	3	2
354980505000274	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	3	2	4	1	4	1	1	2
354980505000275	1	1	4	1	1	1	1	1	1	4	1	1	1	1	4	1	4	2	1	2
354980505000276	1	1	4	1	1	1	1	1	1	4	1	1	1	1	4	1	4	1	1	2
354980505000277	1	1	4	1	1	1	1	1	1	4	1	1	1	1	4	1	4	1	1	2
354980505000278	1	1	1	1	2	2	2	2	1	4	2	2	2	2	4	2	4	2	1	3
354980505000279	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	2	4	4	2	4	2	1	3
354980505000280	1	1	1	1	2	3	1	1	1	4	1	1	2	3	4	2	4	1	1	2
354980505000281	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	3	4	4	2	4	3	1	3
354980505000282	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	2	4	4	2	4	2	1	3
354980505000283	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	2	3	4	3	4	1	1	2
354980505000284	1	1	1	2	2	2	2	2	2	4	1	1	1	4	4	2	4	1	1	3
354980505000285	1	2	1	1	4	3	2	1	1	4	2	1	2	3	4	1	4	1	3	3
354980505000286	1	1	1	1	3	3	2	1	1	4	1	1	2	4	4	1	4	1	1	2
354980505000287	1	2	1	1	2	2	2	1	1	4	2	2	3	3	4	2	4	2	2	3

354980505000288	1	1	1	1	2	2	2	1	1	4	1	1	1	2	4	2	4	2	1	2	
354980505000289	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	3	4	1	4	3	1	2	
354980505000290	1	1	1	1	2	2	1	1	2	4	1	1	3	3	4	2	4	1	1	2	
354980505000291	1	1	1	1	3	3	2	1	2	4	1	1	3	4	4	3	4	2	1	3	
354980505000292	1	1	1	1	2	2	2	2	1	4	1	1	3	2	4	1	4	2	1	2	
354980505000293	1	3	1	1	2	2	2	1	1	4	2	1	1	2	4	1	4	3	2	3	
354980505000294	1	2	2	4	2	2	3	4	3	4	3	4	2	2	4	2	4	2	3	4	
354980505000295	1	1	1	4	2	2	1	1	1	4	1	1	1	1	3	1	4	2	1	2	
354980505000296	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	1	4	1	4	1	1	2	
354980505000297	1	1	1	1	2	2	2	1	1	4	1	1	2	1	4	1	4	2	1	2	
354980505000298	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	2	4	1	4	2	1	2	
354980505000299	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	2	4	1	4	2	1	2	
354980505000300	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	2	3	4	2	4	1	1	2	
354980505000301	1	1	1	1	3	3	2	1	1	4	1	1	2	3	4	4	4	1	1	3	
354980505000302	1	1	1	1	2	2	2	1	1	4	1	1	2	3	4	2	4	2	1	2	
354980505000303	1	1	4	1	3	3	4	3	4	4	4	4	3	3	4	2	4	1	1	4	
354980505000304	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	2	2	4	1	4	2	1	2	
354980505000305	2	1	1	1	3	3	1	1	1	4	2	2	2	2	3	4	2	4	2	3	
354980505000306	1	1	1	1	3	3	1	1	2	4	1	1	2	3	4	3	4	2	1	3	
354980505000307	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	4	3	4	3	4	2	1	3	
354980505000308	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	2	3	4	3	4	1	1	2	
354980505000309	1	1	1	1	4	4	1	1	1	4	1	1	1	3	4	1	4	1	1	2	
354980505000310	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	1	4	4	2	4	4	1	3	
354980505000311	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	3	4	4	2	4	2	1	3	
354980505000312	4	3	1	1	3	3	2	1	1	4	2	1	1	4	4	3	4	2	3	3	
354980505000313	2	1	1	1	3	3	2	2	1	4	1	1	4	4	4	2	4	4	1	3	
354980505000314	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	2	4	4	3	4	3	1	3	
354980505000315	1	3	1	1	3	2	2	1	1	4	2	1	2	4	4	2	4	1	2	3	
354980505000316	1	2	1	1	3	3	2	1	1	4	2	2	3	4	4	2	4	2	3	3	
354980505000317	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	2	4	2	4	1	1	2	
354980505000318	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	3	4	2	4	2	1	2	
354980505000319	1	2	1	1	3	3	2	1	1	4	2	1	1	3	4	1	4	2	2	3	
354980505000320	1	1	1	1	3	3	2	1	2	4	1	1	2	3	4	2	4	2	1	3	
354980505000321	1	1	1	2	4	4	2	1	2	4	1	1	4	3	4	3	4	2	1	3	
354980505000322	2	2	1	1	4	4	2	1	2	4	2	1	2	3	4	2	4	2	2	3	
354980505000323	1	1	1	1	3	3	1	1	2	4	1	1	3	3	4	3	4	2	1	3	
354980505000324	2	1	1	3	4	4	2	2	3	4	1	1	3	4	4	3	4	2	1	4	
354980505000325	1	1	1	1	4	4	2	1	3	4	1	1	4	4	4	4	4	3	1	4	
354980505000326	1	2	1	1	4	4	2	1	2	4	2	1	4	4	4	2	4	2	3	4	
354980505000327	1	1	1	1	4	4	1	1	1	4	1	1	1	4	4	2	4	1	1	3	
354980505000328	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	3	3	4	1	4	1	1	2	
354980505000329	1	1	1	1	3	3	2	1	2	4	1	1	3	3	4	2	4	2	1	3	
354980505000330	1	4	1	1	2	2	2	1	1	4	2	1	2	3	4	1	4	1	4	3	
354980505000331	1	2	1	1	2	2	2	1	1	4	2	1	2	3	4	1	4	2	2	3	
354980505000332	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	2	4	1	4	2	1	2	
354980505000333	1	1	1	1	2	2	2	1	1	4	1	1	1	2	4	1	4	2	1	2	
354980505000334	1	2	1	2	2	2	2	2	1	4	2	1	1	2	4	2	4	1	2	3	
354980505000335	2	1	1	1	2	2	2	1	2	4	1	1	1	2	3	2	4	1	1	2	
354980505000336	1	4	1	1	2	2	2	1	1	4	2	1	2	3	4	2	4	3	2	3	
354980505000337	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	3	4	3	4	1	1	2	
354980505000338	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	3	4	3	4	2	1	2	
354980505000339	1	1	1	1	2	2	2	1	1	4	1	1	2	4	4	2	4	3	1	3	
354980505000340	1	1	1	1	2	2	2	1	1	4	1	1	2	3	4	2	4	1	1	2	
354980505000341	2	1	1	1	2	3	1	1	1	4	1	1	2	4	4	2	4	3	1	3	
354980505000342	1	3	1	1	2	2	2	1	1	4	2	1	1	2	4	1	4	2	2	2	
354980505000343	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	3	4	2	4	1	1	2	
354980505000344	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	1	2	4	1	4	1	1	2	
354980505000345	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	2	4	1	4	2	1	2	
354980505000346	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	2	3	4	2	4	1	1	2	
354980505000347	1	1	1	1	2	2	2	1	1	4	1	1	1	1	3	1	3	1	1	2	
354980505000348	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	1	3	1	4	1	1	2	
354980505000349	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	1	1	2	1	3	1	1	2	
354980505000350	1	2	1	1	2	2	2	1	1	4	2	1	1	1	3	1	4	2	2	2	
354980505000351	1	1	1	3	3	3	1	1	1	2	1	1	1	1	2	1	4	1	1	2	
354980505000352	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	1	2	3	1	4	2	1	2
354980505000353	1	3	1	1	3	2	2	1	1	4	2	1	2	3	4	2	4	2	2	3	
354980505000354	1	1	1	1	2	2	2	1	1	4	1	1	3	3	4	2	4	2	1	2	
354980505000355	2	1	1	1	2	2	1	1	2	4	1	1	1	4	4	3	4	1	1	2	
354980505000356	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	3	4	2	4	2	1	2	
354980505000357	1	1	1	1	2	2	1	1	2	4	1	1	1	3	4	2	4	2	1	2	
354980505000358	2	1	1	1	2	2	2	2	2	4	1	1	3	3	4	1	4	1	1	3	
354980505000359	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	2	4	2	4	2	1	2	

354980505000360	1	2	1	1	2	2	2	1	1	4	2	2	1	2	4	2	4	1	2	2
354980505000361	1	1	2	1	2	2	2	2	1	4	2	2	1	1	4	1	4	1	1	2
354980505000362	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	2	2	1	2	4	1	4	2	1	2
354980505000363	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	2	4	1	4	2	1	2
354980505000364	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	2	4	2	4	2	1	2
354980505000365	1	1	1	1	4	4	1	1	1	4	1	1	3	3	4	3	4	1	1	3
354980505000366	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	2	3	4	2	4	2	1	2
354980505000367	1	1	1	1	3	3	1	1	2	4	1	1	2	4	4	2	4	3	1	3
354980505000368	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	2	4	4	2	4	2	1	3
354980505000369	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	2	4	1	4	2	1	2
354980505000370	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	3	2	4	1	3	2	1	2
354980505000371	1	1	1	1	3	3	2	2	1	4	2	3	1	4	4	3	4	2	1	3
354980505000372	1	1	1	1	2	2	2	2	1	4	1	1	1	2	4	1	4	3	1	2
354980505000373	3	1	2	4	4	4	3	4	1	4	3	4	2	2	4	2	4	1	1	4
354980505000374	1	3	1	1	3	3	2	2	1	4	2	1	1	3	4	2	4	1	2	3
354980505000375	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	2	4	1	4	2	1	2
354980505000376	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	2	4	1	4	2	1	2
354980505000377	1	4	1	1	2	2	2	1	1	4	2	1	1	1	4	1	4	1	4	3
354980505000378	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	2	3	4	2	4	2	1	2
354980505000379	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	2	4	2	4	1	1	2
354980505000380	2	1	1	1	2	2	2	2	2	4	1	1	1	3	4	2	4	1	1	2
354980505000381	1	1	1	1	2	2	2	2	1	4	1	1	1	2	4	2	4	2	1	2
354980505000382	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	1	1	1	1	3	1	4	3	1	2
354980505000383	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	1	1	1	1	3	1	4	3	1	2
354980505000384	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	2	4	2	4	1	1	2
354980505000385	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	2	4	2	4	1	1	2
354980505000386	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	1	1	1	2	4	2	4	2	1	2
354980505000387	1	1	1	1	2	2	2	1	1	4	1	1	1	4	4	3	4	1	1	2
354980505000388	2	1	1	1	2	2	1	1	2	4	1	1	1	3	4	2	4	1	1	2
354980505000389	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	3	4	2	4	1	1	2
354980505000390	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	3	4	2	4	1	1	2
354980505000391	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	4	4	2	4	3	1	2
354980505000392	1	4	1	1	2	2	2	1	1	4	2	1	1	4	4	3	4	1	3	3
354980505000393	1	2	2	1	1	1	2	1	1	4	2	2	1	2	4	1	4	2	2	2
354980505000394	1	1	1	3	2	2	2	1	2	4	2	2	3	2	4	3	4	2	1	3
354980505000395	1	3	1	1	3	3	2	1	1	4	2	2	2	3	4	2	4	1	3	3
354980505000396	1	1	1	1	2	2	2	1	1	4	1	1	1	2	4	2	4	2	1	2
354980505000397	2	1	1	1	3	3	3	4	3	4	1	1	3	4	4	4	4	1	4	4
354980505000398	4	2	1	1	4	4	2	2	3	4	2	2	3	4	4	4	4	3	3	4
354980505000399	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	3	3	4	3	4	2	1	3
354980505000400	1	1	1	2	4	4	2	2	2	4	2	2	2	4	4	3	4	3	1	4
354980505000401	1	1	1	2	2	2	2	1	1	4	1	1	1	2	4	2	4	2	1	2
354980505000402	1	4	2	1	3	2	3	3	2	4	3	3	1	2	4	1	4	1	4	4
354980505000403	1	1	1	1	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	1	1	1	1
354980505000404	2	1	1	2	2	2	1	1	1	4	1	1	1	3	4	3	4	2	1	2
354980505000405	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	3	4	2	4	2	1	2
354980505000406	1	1	1	1	3	3	1	1	1	2	1	1	1	2	2	1	3	2	1	2
354980505000407	1	1	1	1	2	2	1	1	1	3	1	1	2	2	3	1	3	2	1	2
354980505000408	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	3	4	2	4	3	1	2
354980505000409	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	1	1	2	2	4	2	4	2	1	2
354980505000410	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
354980505000411	1	4	1	1	2	2	2	1	1	4	2	1	2	2	4	2	4	2	4	3
354980505000412	1	1	1	1	2	2	2	1	1	4	1	1	2	2	4	1	4	2	1	2
354980505000413	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	4	4	1	4	2	1	2
354980505000414	1	1	1	3	2	2	1	1	1	4	1	1	1	2	4	1	4	1	1	2
354980505000415	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	3	4	2	4	2	1	2
354980505000416	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	1	2	4	1	4	3	1	2
354980505000417	3	4	1	1	3	3	2	3	1	4	2	3	1	3	4	2	4	2	4	4
354980505000418	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
354980505000419	1	1	1	1	3	3	2	2	2	4	2	2	1	2	4	2	4	1	1	3
354980505000420	1	1	1	1	3	3	2	2	1	4	2	2	1	2	4	1	4	2	1	3
354980505000421	1	1	1	1	2	2	2	1	1	4	1	1	1	2	4	1	4	2	1	2
354980505000422	1	1	2	1	3	3	3	2	1	4	2	2	3	3	4	3	4	2	1	3
354980505000423	1	1	1	3	3	3	4	4	1	4	1	1	1	4	4	2	4	1	1	3
354980510000004	1	1	1	1	3	3	2	1	1	4	2	2	1	4	4	3	4	2	1	3
354980510000005	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	1	4	4	4	4	3	1	3
354980510000006	1	1	1	1	3	3	2	1	2	4	1	1	2	4	4	2	4	2	1	3
354980510000007	1	1	1	1	3	3	1	1	2	4	1	1	3	4	4	4	4	1	1	3
354980510000008	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	1	4	4	3	4	3	1	3
354980510000009	1	1	1	1	3	3	1	1	1	4	1	1	2	4	4	2	4	4	1	3
354980510000010	1	1	1	1	2	2	2	1	1	4	1	1	1	4	4	3	4	2	1	2
354980510000011	1	1	1	1	3	3	2	2	2	4	1	1	2	4	4	3	4	3	1	3

354980510000012	1	1	1	1	2	2	1	1	1	4	1	1	2	3	4	2	4	2	1	2
-----------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---